



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS

**DO PREGÃO DA AVÓ XIMINHA AO GRITO DA ZUNGUEIRA
Trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda.**

**Salvador
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS

**DO PREGÃO DA AVÓ XIMINHA AO GRITO DA ZUNGUEIRA
Trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda.**

**Salvador
2010**

ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS

DO PREGÃO DA AVÓ XIMINHA AO GRITO DA ZUNGUEIRA
Trajetórias femininas no comércio de rua de Luanda.

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Livio Sansone

Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Selma Pantoja

Salvador
2010

ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS

DO PREGÃO DA AVÓ XIMINHA AO GRITO DA ZUNGUEIRA

Trajétórias femininas no comércio de rua em Luanda.

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Livio Sansone

Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Selma Pantoja

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Livio Sansone (orientador)
Doutor em Antropologia – UvA-Amsterdam
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Selma Pantoja (co-orientadora)
Doutora em Sociologia – USP-SP
Universidade de Brasília

Prof^o. Dr^o. Cláudio Pereira
Doutor em Antropologia – UNICAMP-SP
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Ângela Figueiredo
Doutora em Sociologia – IUPERJ-RJ
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

À Nga Madía, minha Avó
À Nga Manda, minha Mãe
pelos ensinamentos ancestrais
com os quais tenho sobrevivido.
As mulheres comerciantes que
trabalham nas ruas de Luanda.

AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente estudo só foi possível, graças à colaboração direta e indireta de um conjunto de pessoas e instituições, para as quais expresso a minha gratidão.

Agradeço em primeiro lugar, ao CNPQ, por me ter concedido a bolsa que tornou materialmente possível a elaboração desta dissertação.

Devo especial gratidão a minha família pela aposta e prioridade que mesmo em momentos de crise sempre concederam a minha formação.

A minha “mestra” Fátima Viegas pelos incentivos constantes, desde a Licenciatura, como poderia não retribuir a todos seus estímulos.

Ao professor Livio Sansone, não só, pela disponibilidade e entusiasmo para orientar o trabalho, mas, sobretudo, pelos incentivos e o espírito de camaradagem demonstrado durante esta jornada.

À professora Selma Pantoja pela prontidão na co-orientação e pelas ricas discussões fruto dos seus longos anos de pesquisa em torno da História social angolana, que forneceram valiosos contributos para as nossas reflexões.

À Coordenação, a Secretaria e ao corpo docente do POSAFRO especialmente pelo empenho na execução das suas funções.

Sinto-me igualmente grato, aos meus amigos e colegas pela camaradagem e palavras incentivadoras que me têm transmitido. Meus agradecimentos especiais ao Zeca Dias, Remos Muanda, Adérito Manuel, Juariano Ferreira, Simão Jaime, Dionísio José, Marcos, Horácio Vadila, Luiza Reis, Ana Rita Machado, Valdinéia Sacramento e Tatiana Raquel.

Não podia deixar de estender a minha gratidão, a todos os entrevistados que atendendo as solicitações da pesquisa, forneceram depoimentos que tornaram plausível levar a diante os propósitos do trabalho.

RESUMO

A dissertação analisa a presença de mulheres na economia informal de Luanda, particularizando o caso das estratégias de sobrevivência e trajetórias de vida das comerciantes de rua. Trata-se de um estudo compreensivo, descritivo e qualitativo, os dados foram obtidos mediante uma pesquisa de campo, assente em entrevistas semi-estruturadas e observações diretas. As conclusões saídas do estudo apresentam o comércio de rua numa perspectiva dinâmica salientando que ao mesmo tempo em que constitui hoje uma das faces mais marcante da economia de Luanda, a sua presença se afirma desde os primórdios da cidade.

Palavras-chave: comércio de rua, kinguilas, zungueiras, trajetórias de vida, sobrevivência.

ABSTRACT

The dissertation examines the presence of woman's theme in the informal sector of Luanda, particularizing the survival strategy and life history of woman street sellers' case. This is a comprehensive study, descriptive and qualitative data were obtained through field research, based on semi-structured interviews and direct comments. The conclusions resulting from the study show the street trading in a dynamic stressing at the same time as it is today one of the most striking faces of the economy here, its presence is said from the beginning of the city.

Key-words: Street vendor, kinguilas, zungueiras, life trajectory, survival.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Divisão Político-Administrativo da República de Angola.....	14
Figura 2 - Mapa Etnolinguístico de Angola	21
Figura 3 – Gravura ilustrando a Quitanda Grande.....	26
Figura 4 – Um dos musseques da época	32
Figura 5 – Mercado popular da época	35
Figura 6 – Quitanda do Xamavu	36
Figura 7 – Divisão político-administrativa da província de Luanda em Municípios	71
Figura 8 - Zungueiras fugindo da fiscalização.....	71
Figura 9 – Mapa do Bairro Nelito Soares.....	73
Figura 10 – Roboteiro.....	74
Figura 11 – Jovens zungueiros na Avenida Deolinda Rodrigues.....	75
Figura 12 – Ponto de venda na rua Porto Moniz.....	76
Figura 13 – Vista do município do Sambizanga	78
Figura 14 – Zungueiras dispersando das ações da fiscalização.....	80
Figura 15 – Panorama do comércio de rua no circuito dos congolenses	81
Figura 16 – Kinguila no Bairro Hoji ya Henda.....	85
Figura 17 – Pintores no Bairro Hoji-ya-henda	114
Figura 18 – Vocabulário informal das comerciantes de rua.....	96
Figura 19 – Produtos comercializados por gênero e local de abastecimento	96
Figura 20 – Vendedores Senegaleses no Hoji-ya-henda	118
Figura 21 – Interior da banca	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura das exportações de Angola (1978-1992)	52
Tabela 2 – Distribuição da população urbana e rural e densidade demográfica de Angola (1970-2005)	59
Tabela 3 – Incidência da pobreza, 1995 e 2000/2001	60
Tabela 4 – Percentagem dos setores da educação nas despesas governamentais nos países membros da SADC	62
Tabela 5 – Entrevistadas segundo o grupo etnolinguístico	106
Tabela 6 – Estatuto civil das entrevistadas	116

LISTA DE SIGLAS

ADRA: Ação Para o Desenvolvimento Rural de Angola	121
AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento.....	16
AIP-ANGOLA: Instituto de Pesquisa. Económica e Social.....	16
ASDI: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....	64
ASSOMEL: Associação de Mulheres Empresárias de Luanda	16
BM: Banco Mundial	55
FMI: Fundo Monetário Internacional	55
FNLA: Frente Nacional Para a Libertação de Angola.....	51
GPL: Governo Provincial de Luanda.....	91
INE: Instituto Nacional de Estatística.....	60
MPLA: Movimento Popular Para a Libertação de Angola.....	51
MICS: Índice de Indicadores Sociais Múltiplos	21
OIT: Organização Internacional do Trabalho.....	49
PNUD: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento.....	125
RDC: República Democrática do Congo.....	115
SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	61
SEF: Saneamento Económico e Financeiro	57
UAN: Universidade Agostinho Neto	15
UNITA: União Para a Independência Total de Angola.....	51
USAID: Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.....	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 LUANDA: A CIDADE, O COMÉRCIO E A HISTÓRIA.....	20
1.1 Luanda uma área cultural bantu?	20
1.1.2 O estabelecimento: da vila à cidade.....	23
1.2 Entre feiras, quitandas e quitandeiras.....	25
1.3 A implementação das políticas de segregação	30
1.4 Musseques e trabalho feminino no imaginário social Luandense.....	38
2 MERCADOS DE TRABALHO, INFORMALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ANGOLA PÓS-INDEPENDENTE	47
2.1 Economia, política e sociedade na nação angolana.....	50
2.1.1 Economia angolana e o contexto internacional	55
2.2 Dinâmicas do mercado de trabalho	58
3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO	66
3.1 Objeto e delimitação do universo em estudo.....	66
3.2 Estratégias e técnicas de pesquisa.....	67
3.3 Trabalho de campo e coleta de dados.....	69
3.3.1 Áreas em estudo.....	70
3.4 Dificuldades e outros desabafos.....	80
4 KINGUILAS, MAMÃS QUITANDEIRAS E ZUNGUEIRAS: TRAJETÓRIAS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	83
4.1 Kinguilar é com as Kinguilas	84
4.2 Zungar, zunguei: Zungueira	90
4.2.1 Kinguilas e zungueiras perante si mesmas.....	98

4.3. Percursos Sociais.....	104
4.4 “Homem a vender ali, mulher a vender aqui”	110
4.5 Identidade e territorialidade versus local e global	116
4.5.1 Entre “Nós e Eles	118
4.5.2 O relato da experiência religiosa.....	121
4.6 Redes de solidariedade	125
4.6.1 Jogar Kixikila: constituição de redes de poupança rotativa	126
4.7 Riscos, incertezas e instabilidade no comércio de rua.....	128
4.8 Entre a legalidade e a sobrevivência: os dilemas dos comerciantes de rua	132
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “*Do pregão da Avó Ximinha ao grito da zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda*”, elege como objeto de estudo a economia informal urbana de Luanda, capital da República de Angola, particularizando o caso das mulheres comerciantes de rua. A pesquisa abarcou duas categorias de comerciantes de rua: as cambistas de rua, habitualmente denominadas por kinguilas¹ e as vendedoras ambulantes, apelidas de zungueiras.²

O estudo constitui uma seqüência do trabalho de conclusão de licenciatura em Sociologia, apresentado em 2006, ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Agostinho Neto (UAN) intitulado “*A mulher no sector informal: trajetórias sociais e estratégias de sobrevivência*”. Tratou-se de um estudo de caso, desenvolvido em relação às «zungueiras». O trabalho visou proporcionar subsídios preliminares de reflexão, acerca da situação da mulher na economia informal, evidenciando desse modo alguns elementos das suas trajetórias de vida e estratégias de sobrevivência. A pesquisa foi desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Republicano de Lima Viegas, socióloga e docente da UAN.

O desejo de retomar e ampliar as discussões levantadas na licenciatura, primeiro momento da pesquisa, aliado aos momentos marcantes da minha trajetória pessoal, particularmente a minha condição de “caluanda”³ neto de antiga quitandeira e, por isso socializado com histórias das quitandas dos tempos de outrora, “o tempo de antigamente” como dizia minha avó, tempos de fartura de mercadoria, de boas vendas e bons lucros que geravam intrigas, invejas e feitiços entre as vendedoras. Essa “condição privilegiada” despontou mim o interesse em acompanhar o cotidiano das quitandeiras e em alguns momentos estabelecer conversas informais com elas. Ao mesmo tempo, em que me causava certo incômodo, o fato de não as ver contempladas com estudos que abordassem esses espaços sociais. Daí o estímulo para um trabalho que se ocupasse com o estudo das quitandas,

¹ Do Kimbundu (Ku) Kinguila – esperar, estar a espera, á espera de algo. A expressão passou a ser usada pelos luandenses para identifica as mulheres engajadas no comércio informal de divisas. O fato de estas cambistas de rua se estabeleceram preferencialmente nas esquinas da cidade, nas ombreiras e entradas dos prédios ou nas imediações dos mercados fez com que passassem a ser designadas por Kinguilas, ou seja, “ as que esperam”.

² O termo “zungueiro” tem a sua origem etimológica na palavra (Ku) *zunga*, expressão da língua nacional kimbundu que literalmente traduzida para o português significa, circular, andar à volta; girar. Trata-se de um jargão utilizado pelos luandenses para designar os comerciantes de rua, particularmente aos vendedores ambulantes

³ Referente a Luanda , luandense, de Luanda.

de velhas e novas épocas.⁴

A nossa análise incide sobre o período histórico que vai de 1992 a 2002, percorrendo seus desdobramentos na atualidade. A década de 90 marca um processo de profundas alterações na situação socioeconômica do país, como resultado de três tipos de transição que ocorreram em simultâneo: i) a transição de um regime político monopartidário para um regime democrático pluralista; ii) a transição de uma economia de planificação centralizada para uma de mercado; iii) a transição de um período de guerra para outro de paz, o que pressupõe uma reorientação do processo de planificação política de situação de emergência para outra de desenvolvimento de longo prazo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E SOCIAL AIP- ANGOLA, 2006). O ano de 2002, por seu lado, representa o fim do conflito armado angolano (a partir de 4 de Abril de 2002)⁵ no qual o país entra num período de reconstrução nacional de grande expectativas sociais.

Neste referido período registram-se novas dinâmicas nas atividades informais em Luanda. O rápido aumento das populações nos centros urbanos⁶, agravado pelos grandes influxos de deslocados e o crescimento bastante lento das oportunidades de emprego, os salários pouco atrativos do mercado de trabalho, fizeram de Luanda o maior viveiro de alternativas de sobrevivência.

Angola teve ainda de enfrentar o legado de um regime colonial e um intervencionismo em que a sociedade civil e os agentes econômicos eram dependentes do poder e privilégios estatais (AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO- AFD, 2006).

Nessa procura de alternativas as mulheres se destacam enquanto maioria, estando inseridas nos mais variados setores da economia informal. Apesar de todo o seu potencial dinâmico e criativo, a sua agilidade em contornar as adversidades sociais que caracterizam o contexto angolano, aliado ao fato de as atividades desenvolvidas por mulheres, constituírem uma das principais fontes de sobrevivência e reprodução social de uma parcela considerável das famílias luandenses, quase não existem políticas públicas direcionadas para essa população. Pelo contrário, têm sido vítimas de um contínuo processo de ações repressivas por parte dos órgãos estatais, caracterizado, sobretudo por uma extrema violência policial, e ausência de

⁴ Vale à pena lembrar que, a proposta inicial do projeto de mestrado previa uma pesquisa comparativa entre a economia informal de Luanda e Salvador, intitulada “*Dimensões socio-antropológicas da economia informal de Luanda e Salvador: identidades socioculturais e trajetórias de vida das quitadeiras*”, que após apresentado e discutido entre colegas e professores do POSAFRO, resultou no corte provisório da pesquisa comparativa, que pretendemos retomar num possível projeto de doutorado.

⁵ Nessa data um Memorando de Entendimento foi assinado no Luena, província do Móxico, entre as Forças Armadas Angolanas e liderança militar da UNITA, pondo fim a cerca de 30 anos de guerra civil em Angola.

⁶ A proporção da população urbana estimada em 66% e da população rural de 34%, o que é quase o oposto da situação em meados dos anos 90.

qualquer tipo de proteção social. Cada vez mais, os homens e especialmente as mulheres no comércio informal, tal como vendedores de rua, não têm nenhum tipo de direito ou garantias, sofrendo represálias oficiais freqüentes (SOGGE, 2006, p.8). Ficando, o reconhecimento da importância da economia informal, enquanto sistema de estratégias de sobrevivência econômica e de reprodução social, ao nível da retórica dos discursos oficiais ou em falaciosas propagandas políticas.

Deste modo, do seu papel e suas potencialidades em matéria de emprego, características e funcionamento, distribuição de receitas e satisfação das necessidades de base, pouca coisa se sabe (NAZARÉ, 1999). Aliado a este fato, está a quase inexistência de pesquisas, que se ocupem das trajetórias femininas dentro da economia de Luanda. Daí a nossa preocupação, em estudá-las, captando a sua historicidade e, tendo em consideração os contextos econômicos, políticos e sociais nos quais se inserem essas atividades. E, porque não refletir a influência dessas transformações na vida dos pequenos comerciantes, se tivermos em conta, a inexistência de mecanismos de proteção social para com essa população e, de que modo estas enfrentam essas contingências estruturais no seu cotidiano.

Tendo em conta o quadro acima apresentado, o trabalho tem como **objetivo geral** conhecer as trajetórias femininas dentro da economia urbana de Luanda, destacando a importância e o papel desempenhado pelas atividades comerciais de rua, em termos de estratégias de sobrevivências e mercado de trabalho. Por outro lado, estando o país a viver um período de reconstrução num contexto de pós-guerra e, numa altura em que a economia nacional registra um desempenho bastante positivo. Pensamos ser pertinente questionar: Qual a importância e o papel desempenhado pelas atividades comerciais de rua, em termos de estratégias de sobrevivência e reprodução social e mercado de trabalho? Quais as lógicas que orientam a sua criação? De que forma o “Estado” está presente no cotidiano do comércio de rua? No desenvolver do presente texto, tais questionamentos irão se desdobrar em múltiplas questões que se apresentarão ao longo dos capítulos.

Como proposições as questões acima levantadas, a avançamos as seguintes:

- Analisar o percurso das atividades comerciais desenvolvidas pelas mulheres sob uma perspectiva sócio-histórica nos possibilita lançar um olhar diferenciado sobre os aspectos ligados a história econômica, política e social angolana, pelo fato de permitir,

trazer á tona novos sujeitos históricos cujas experiências e aspirações nem sempre têm tido visibilidade na história do país.

- As atividades desenvolvidas pelas mulheres comerciantes de rua refletem simultaneamente: a situação socioeconômica e política causada pelo longo período de conflito armado, aliado a fragilidade do papel do Estado em proporcionar o básico para sua sobrevivência, bem como um desejo de emancipação social.
- Perante a necessidade de sobrevivência assiste-se a uma redefinição dos papéis de gênero dentro das atividades informais, o que de certa forma tem criado um espaço para mecanismos de negociação de poder dentro das estruturas que constroem as relações entre indivíduos.
- A combinação entre “tradicional” e “moderno”; “local” e “global” emergem como traços marcantes das identidades sociais das comerciantes de rua.

De modo mais específico, o trabalho pretende:

1. Esboçar um histórico do percurso das atividades comerciais femininas em Luanda
2. Traçar as trajetórias de vida das mulheres comerciantes de rua e apurar que motivações condicionam o seu ingresso na economia informal.
3. Esboçar um perfil sócio-antropológico das mulheres comerciantes de rua.
4. Captar as percepções das comerciantes relacionadas ao seu cotidiano.
5. Identificar a forma como o contexto das atividades informais, influência na (re) configuração das identidades sociais em termos de relações de gênero, inter-étnicas e transnacionais.
6. Identificar os aspectos relativos à constituição das redes de solidariedade e entreajuda.

Por último gostaríamos de ressaltar que a presente dissertação, comporta quatro capítulos e as conclusões. O primeiro capítulo lança um breve olhar sobre a história de Luanda, prestando particularmente atenção à historicidade e desenvolvimento das atividades comerciais. Trata-se de uma panorâmica acerca das atividades de comércio num período anterior ao ano de 1975, fizemo-la tendo em consideração os percursos e as dinâmicas da economia e sociedade angolana ao longo do referido período. Nesta incursão, procuramos refletir em torno dos

seguintes questionamentos: que lugar era reservado ao trabalho feminino dentro da sociedade colonial?

O Segundo capítulo trata de questões ligadas ao desenvolvimento do mercado de trabalho, políticas públicas e informalidade na nação angolana, o foco será o país que emerge a partir do início da década de 70. Três marcos históricos relevantes são destacados: o ano de 1975, data da independência; 1992 que marca a realização das primeiras eleições multipartidárias que desencadeou no conflito armado pós-eleitoral e o ano 2002 que representa o fim do conflito armado. Nossa abordagem está ancorada nas seguintes questões: Que particularidade apresenta o mercado de trabalho angolano no período pós-independência? De que modo no contexto pós-independência, se desenvolveu a questão da presença das mulheres no mercado de trabalho? Qual o impacto do conflito armado na estruturação da nação angolana?

O terceiro capítulo tem como finalidade a descrição dos procedimentos metodológicos adaptados no decorrer do processo de investigação. Está incluído neste a descrição dos instrumentos e procedimentos de recolha e análise de dados, o desenvolvimento do trabalho de campo e uma panorâmica do universo em estudo. Trata-se de uma digressão pelos bairros, ruas, avenidas e esquinas da cidade de Luanda, espaços nos quais se pode constatar, o enorme contingente de pessoas que fazem e refazem as suas vidas através do comércio de rua.

O quatro e último capítulo, analisa e interpreta os dados etnográficos, obtidos com o trabalho de campo realizado em Luanda. Para tal, discute os aspectos ligados as trajetórias de vida, as estratégias de sobrevivência e percepções cotidianas das comerciantes de rua. Questões como: quais as percursos sociais que as nossas interlocutoras percorreram até entrar para as atividades comerciais? Que estratégias cotidianas utilizam essas mulheres para gerir o seu dia-a-dia? De que modo, o étnico, o nacional e o transnacional conformam ou não as suas identidades? De que forma as tradições ligadas ao comércio feminino têm sido mantidas e/ou adaptadas no contexto da sociedade angolana?

1 LUANDA: A CIDADE, O COMÉRCIO E A HISTÓRIA

O presente capítulo lança um breve olhar sobre a história de Luanda colonial, prestando particular atenção a historicidade, desenvolvimento e trajetória das atividades comerciais de rua na cidade. Trata-se de um diálogo que estabelecemos com a literatura sócio-histórica que nos foi possível acessar. Ao longo do referido tópico, procuramos refletir em torno dos seguintes questionamentos: que lugar era reservado ao trabalho de rua e de mercados dentro da sociedade colonial? De que forma as tradições ligadas ao comércio feminino têm sido mantidas e/ou adaptadas no contexto da sociedade angolana?

Contudo, vale a pena sublinhar que considerando que o nosso trabalho pretende abordar o período posterior a independência, não iremos adentrar profundamente os períodos anteriores a este, os dados referentes à Luanda colonial, visam somente contribuir para um melhor enquadramento espaço-temporal da problemática em análise. Começaremos com uma brevíssima incursão em torno da composição sociocultural deste espaço. Nossa abordagem, parte do princípio que, pensar a noção de urbano e os adjetivos sobre a cidade como categoria instáveis permite reconstruir a sua historicidade tornando-a questão e objeto de análise (MATOS, 2002, p.34).

1.1. Luanda uma “área cultural” Mbundu?⁷

A população angolana apresenta uma vasta diversidade cultural caracterizada pela coabitação de diferentes grupos sociais, cada um deles com identidades sociais e étnicas específicas. Majoritariamente de origem bantu, destacam-se dentro deste vasto agrupamento os Ovimbundu, os Ambundu, os Bakongos, os Lunda-chokwe, os Nganguela; os Nyaneka; os Nkhumbi, os Ovambo, os Kwanyama. Estima-se que os quatro primeiros grupos representam

⁷ Área cultural segundo Altuna “*é um espaço abrangido por cultura semelhantes, mas está semelhança é muito relativa pois depende bastante de aspectos focados: economia, religião, sistemas políticos ou processos técnicos*” (ÁLTUNA, 2007, p.25-26). Sobre o assunto ver ALTUNA, Pe. Raul de A. Cultura Tradicional Bantu, Edições Paulinas, Luanda, 2007. Já o sociólogo angolano Victor Kajibanga assinala a existência em Angola de quatro grandes espaços socioculturais, todos eles com características transnacionais: o espaço sociocultural Khoisan ou Hotontote-Bochimane, onde se inscrevem os povos Kede, Nkung, Bbochimanes e Kazama; o espaço sociocultural Vátwa ou pré-bantu (com os povos Cuissis e Cuepes); o espaço sociocultural Bantu, com os povos Ovimbundu (Umbundu), Ambundu (Kimbundu), Bakongo (Kikongo), Lunda-Tucôkwe (ucokwe), Ngangela, Ovambo, Nyaneka, Humbe, Helelo, Axindonga e Luba; e o espaço sociocultural resultante do contato com a cultura portuguesa (KAJIBANGA, 2001/2002).

cerca de três quartos da população total do país.⁸ O português, a língua oficial falada por uma parcela considerável da população, coabita com as varias línguas nacionais faladas pelos seus habitantes.

Nesse contexto, dados apresentados pelo Índice de Indicadores Múltiplos- MICS (1996), que mediu a distribuição das línguas maternas mais faladas em Angola, revelam que o Umbundu (30%), Português (26%), Kimbundu (15%) e o Kikongo (8,5%) representam quase 90% das línguas das Línguas faladas em Angola. Os bantus de Angola como uma parte considerável dos povos da África central praticam um sistema de parentesco matrilinear, em relação à descendência, estrato social, sucessão e herança [...] Embora a descendência e as linhagens constituídas fossem matrilineares, a autoridade ficava sempre nas mãos dos homens e não das mulheres (MUNANGA, 1996, p.96).

Fig 2. Mapa Etnolinguístico de Angola



⁸ Trata-se portanto de estimativas, considerando que o último censo populacional em Angola foi realizado na década de 1970.

Fonte: Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, *Mapa Etnolinguístico de Angola* (adaptado), apud Fernandes, J.; Ntongo, Z. (2002, p. 57). *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Editorial Nzila.

O fato de nos debruçarmos sobre Luanda lava-nos, de igual modo, a apresentar breves considerações em torno da composição deste espaço sócio-cultural de origem Mbundu. Várias polêmicas estruturam o debate em torno da procedência da atual designação da cidade, bem como das suas populações. Embora não seja nossa pretensão mergulhar nessas discussões, tentaremos apresentar breves idéias, no sentido de enquadrarmos historicamente o espaço social em análise. Os estudos sobre as origens dos Kimbundos, embora nem sempre apresentarem perspectivas convergentes têm relacionado os habitantes de Luanda, ao vasto conjunto de populações que falam a língua kimbundu, ou seja, aos Mbundu ou Kimbundos, Estes trabalhos evidenciam uma origem mestiça dos Mbundos de Luanda, tal mestiçagem é apresentada como sendo resultante quer do cruzamento com povos de outras áreas socioculturais, assim como de outros espaços mbundu, habitados por populações falantes da Língua kimbundu e, posteriormente o encontro com a cultura ocidental (COELHO, 2003; REDINHA, 1975; MILLER; PARREIRA, 1996; QUIPUNGO, 2003).

Nessa perspectiva, falar dos Kimbundu de Luanda é fazer referência à formação social que originou da mestiçagem entre diversas culturas e “*etnias*”⁹ que habitam a região, cujo dialeto é fortemente influenciado pelo kimbundu contendo também elementos de línguas regionais e também do português (PARREIRA, 1996, p.161). Isso se considerarmos que, o território que hoje se chama Angola se situa numa encruzilhada de civilizações e culturas milenares, onde se destacam «a dos caçadores e agricultores das grandes savanas da África Austral (antepassados dos atuais Lunda, Cokwe, Lwena, Luvale, entre outros); a dos criadores de gado bovino que se estende dos Grandes Lagos às zonas tropicais secas e desérticas da África Austral (Helelo, Nkhumbi e Ambó); os Povos Ovimbundu (língua umbundo) e Ambundu (língua kimbundu)» (NETO,1995 apud KAJIBANGA, 2002, p.6). Entretanto, os Mbundu da região Ocidental da África Central parecem ter-se estabelecido no planalto de Luanda desde o início da Idade de Ferro (PANTOJA, 2000, p.67-69).

Neste caso, a história dos Mbundu, está intimamente ligada à trajetória dos imigrantes de língua Bantu da Idade do Ferro, que se infiltraram por toda a região da África Central. Esses Bantu, dos quais se originaram os Kimbundus, formaram vários estados ou confederações de estados, cada um adotando determinado tipo de organização política (PANTOJA, 2000, p. 57). Dentre eles se destaca o Reino do Ndongo governado pela dinastia dos Ngolas, conhecido pelos

⁹ Grifo nosso.

portugueses como Reino de Angola, a quando da chegada dos portugueses na região do grande Kwanza, o referido Estado, por essa altura, era um dos maiores de matriz cultural Mbundu. De Lembrar que o estabelecimento oficial dos portugueses em “Angola”¹⁰ era até princípios do século XVII, ainda relativamente recente.

Após essa brevíssima consideração, vamos em seguida abordar a fundação e desenvolvimento “urbano” de Luanda.

1.2 O estabelecimento: da vila à cidade

É do conhecimento geral que os portugueses chegaram ao território que hoje é Angola, pela primeira vez em finais do século XV, quando em 1482 uma expedição chefiada pelo navegador Português Diogo Cão atracou em Mpinda e, estabeleceu os primeiros contatos com as chefaturas do então Reino do Congo. A partir de então se estabeleceu um relacionamento entre a dinastia africana e a casa real portuguesa¹¹ que, “*ao sabor dos interesses portugueses, assumiu características diversas*”¹² (FERNANDES, 2002, p.120).

Urge, contudo salientar que no caso do Ndongo, esses contatos oficiais, só viriam a acontecer mais tarde e já num clima permeado pela hostilidade. Em 1560 Paulo Dias de Novais chega às terras dos Ngolas com homens e armas e fica retido na corte de Ndambi-a-Ngola por cerca de cinco anos, ou seja, até 1565 data em que foi autorizado seu regresso a Portugal. A partir de 1574, após a segunda viagem deste capitão se desencadeou num teatro de infindáveis operações militares (FERNANDES, 2002, p.22). Em 25 de Janeiro de 1576 Novais, funda a vila de San-Paulo de Assumpção de Loanda, estava assim estabelecida a colônia de Angola que, por essa altura está geograficamente limitada a uma faixa litoral situada entre os rios Bengo e Kwanza e a uma navegação de uma parte deste último rio, para o interior.¹³ Essa limitação resulta antes de mais, das intervenções militares africanas marcadas pelo desejo de continuarem a ser donos dos seus destinos, no interior os Ngolas continuaram a manter o seu poder (CALDEIRA, 2002).

A fundação da vila de Luanda marcou o estabelecimento da primeira cidade que os europeus edificaram no litoral Atlântico do ocidente de África, primeiramente designada de vila

¹⁰ Alusão aos Ngolas, Dinastia que reinava no Ndongo.

¹¹ Até 1569 a acção dos portugueses em África tinha sido permanentemente comercial, apoiada pela acção religiosa. Resultando que somente a partir desta data as relações mudaram completamente – de relações comerciais passaram à intervenção militar.

¹² Grifo nosso.

¹³ A fundação de Luanda acontece 93 anos após a chegada dos portugueses.

e, mais tarde, em 1605, elevada a foros de cidade¹⁴ (LOPO, 1942; VENÂNCIO, 1996; MARTINS, 2000). Desde a sua origem, Luanda foi um entreposto comercial e, simultaneamente, um centro político-administrativo e militar (LOPES, 2007, p. 22). Na opinião de alguns especialistas sobre a História da cidade, mais do que qualquer outro fator, esteve na origem da sua fundação, a necessidade de assegurar o fornecimento de escravos (BETTENCOURT, 1965; VENÂNCIO, 1996). Deste modo, Luanda passa a refletir desde então, as preocupações arquitetónicas de outras cidades fundadas por portugueses no Brasil, tais como Rio de Janeiro e Salvador. Esta cidade africana, enquanto entreposto comercial implicou a concentração de população para realizar o trabalho produtivo de que necessitava (BETTENCOURT, 1965).

O fato de em 1875, Luanda possuir 23 ruas, 25 travessas, 29 praças e largos, 9 calçadas e 10 becos -, a caminho, pelo alargamento da sua área urbanizada, fazia dela uma das maiores capitais do continente africano (CARDOSO, M. 1951, p. 21). No centro distinguiram-se duas zonas: administrativa e a comercial (VENÂNCIO, 1996, p.33). Entre 1610 e 1641, adquiriu já fisionomia de cidade com a construção de alguns grandes edifícios religiosos e muitas casas particulares (BETTENCOURT, 1965, p.90).

Apesar desta constatação, o crescimento de Luanda foi de tal modo lento (nos anos subseqüentes a sua ascensão ao estatuto de cidade) que, no decorrer de três séculos, toda a área urbana se manteve dentro dos limites definidos pela Fortaleza de São Miguel, Ermida de São José (onde hoje está o Hospital Josina Machel), Convento da Nossa Senhora do Carmo, Ermida da Nazaré e a Praça da Baía¹⁵. Daí que no decorrer do Século XVIII, Luanda foi durante o domínio do comércio escravista no espaço atlântico uma cidade, cuja existência dependia da situação geoestratégica em relação a um interior fornecimento de mão-de-obra e em relação à procura desta no espaço atlântico (VENÂNCIO, 1996, p.167).

Abolida a escravatura em 1836, iniciou-se, lentamente, a fixação de colonos, entrando a cidade numa fase de crescimento urbano, a abertura do porto ao comércio estrangeiro, facilitou o escoamento de vários produtos agrícolas de Angola como a borracha, o café, o óleo de palma, o açúcar, e, mais recentemente, o algodão e o sisal (BETTENCOURT, 1965). O fim do tráfico, posteriormente, da escravatura vai alterar também a disposição da cidade de Luanda. Anteriormente interessados na proximidade dos escravos, quer pela sua comercialização, quer

¹⁴ Atribui-se como factor de obtenção do estatuto de cidade, o crescimento inicial e desenvolvimentos rápido verificado.

¹⁵ Segundo Amaral (1968) em 1600, quando Salvador da Bahia já tinha uma população de cerca de 800 habitantes, a de Luanda não ultrapassava a quarta parte. Em 1950, enquanto a da Bahia era de 389422 habitantes, de Luanda era de 141647 (AMARAL, 1968).

para a utilização dos seus serviços, os mestiços, demais comerciantes, funcionários de origem metropolitana e colonos em geral passaram, a partir dessas alterações comerciais e legais, a impor uma série de artimanhas políticas a fim de expulsar os “*africanos*” (Grifo nosso) para a parte alta e, mais ainda para a parte desabitada coberta de areia da cidade de Luanda (BITTENCOURT, 2000).

1.2.1 Entre Feiras, Quitandeiras e Quitandas ¹⁶

Relativamente ao comércio, dados históricos nos dão conta que, a sua prática bem como a presença das quitandeiras nas ruas de Luanda, começa a evidenciar-se a partir do século XVII, desenvolvendo estas desde então uma forte atividade comercial que, as uniam à uma complexa e variada rede de serviços de compra e venda com laços de compadrio e fraternal (PANTOJA, 2001). Do outro lado do Atlântico, particularmente em Salvador, as africanas trazidas pelo tráfico, não eram estranhas a esta prática. O trabalho de ganho nas ruas, colocava essas mulheres (escravas, livres e libertas) num lugar de destaque no mercado de trabalho urbano (SOARES, 1996).

Isto pressupõe que, longe de se tratar de um fenómeno recente, a presença do comércio de rua nos espaços urbanos de muita das cidades da época, possui longo percurso histórico que, se confunde com a própria história desses lugares, quer seja na África, Europa ou América. Alias, pensamos não ser excessivo destacar que as cidades de Angola, tiveram afinidades com as suas congêneres do Brasil e Ásia se olharmos às origens comum, o modelo da cidade atlântica de raiz portuguesa.

Relativamente às feiras, já nos finais do séc. XVIII, fala-se na existência de grandes mercados em Luanda nomeadamente: Mercados dos Coqueiros, Açougue de peixe, Feira Grande e a Feira do Bungo. Estes mercados foram considerados como instituições de revenda, de distribuição, que na sua essência não se diferenciavam dos mercados africanos em regiões dominadas por chefes políticos africanos (VENÂNCIO, 1996, p.38). A Quitanda Grande, construída pelo Governador Luís da Mota Fêo Torres, em 1816, existia no espaço compreendido entre o edifício do Diário de Luanda e o quartel dos bombeiros. Fazendo alusão ao Almanaque Estatístico, Cardoso M. (1951), descreve o lugar como sendo: “*um excelente*

¹⁶ Mercado. Feira. Praça. Posto de venda de géneros frescos. Pequena loja ou barraca de negócios. Ou ainda, o que em maleta, tabuleiro, quinda, que se vende pelas ruas (Ribas 1989, p.174).

mercado de fazendas de diversas qualidades, em que se contavam para cima de 100 pretas quitandeiras distribuídas em 30 a 40 barracas volantes que desapareciam ao pôr do sol e apareciam ao raiar da aurora”. (CARDOSO, M. 1951, p.)



Fig.3. Feira (Quitanda) cotidiana em Luanda
Fonte: Cardoso, M. 1951, p.17

A esse respeito, Venâncio (1996, p. 68) menciona que, os mercados quotidianos, as quitandas, em que se vendem tanto produto, que se podem considerar de primeira necessidade, como também produtos de luxo, importados. Quer uns quer outros, eram comercializados por vendeiras, quitandeiras (sic). Dai que, o referido autor evidencia uma função social estabilizadora desempenhada pelas quitandeiras na medida em que, exerciam um papel intermediário, a nível económico e social, proporcionando uma função de mediação social na sociedade da época. Mas adiante veremos como essa função de intermediarias, continua a ser mantida até na atualidade.

Contudo, a importância dos produtos comercializados e da atividade praticada por elas, não se devia somente ao fato de fazer parte da cesta básica dos “*luandenses*”¹⁷, mas também ou, sobretudo por constituírem farnel de escravos embarcados para o Brasil. É nesse sentido que, o Terreiro Público surge, como uma instituição virada para a economia atlântica, ligando o

¹⁷ Grifo nosso.

hiterland luandense ao Brasil e, por via desse, à Europa¹⁸ (VENÂNCIO, 1996, p.63). Por esse motivo, será importante assinalar que, as atividades destas mulheres estão interligadas as atividades principais da economia vigente, na medida em que são abastecedoras de alimentos da cidade, junto com a atuação do Estado, do Terreiro Público¹⁹, mas ligadas diretamente ao grande negócio do abastecimento dos navios negreiros e aos milhares de escravos que esperavam para serem embarcados e dos que chegavam do sertão, estando desta feita, a sua atividade interligada a grande cidade/Porto de Luanda.

Ainda assim, de modo geral, a documentação e registros da época têm feito escassas referências, a atividade dessas mulheres tornando-as figuras anônimas. Uma vez que, as referências feitas ao seu respeito são sempre indiretas e ocasionais. [...] a desvalorização social desse tipo de serviços pode ser visto pelo lugar secundário que ocupam na documentação oficial. Por vezes, descrito com pequeno, pobre e fedorento (PANTOJA, 2001a). Tal constatação pode nos levar a avançar a idéia de que não obstante a importância dessas mulheres na circulação de bens e serviços na sociedade colonial foram sempre alvos de um silenciamento social durante o empreendimento colonial, bem como uma desapropriação dos “espaços”, que mais adiante iremos verificar. O que resulta o fato de a relação assimétrica, Quitanda e Terreiro Público, permitir a constituição de uma hierarquia entre produtores de gêneros alimentícios e as vendedoras de varejo, as quitandeiras de Luanda (PANTOJA, 2001a).

Por conseguinte, apesar de desvalorizado, o negócio de alimentos, juntando mulheres pobres e ricas, negras e brancas, viabilizava o espaço urbano luandense (PANTOJA, 2001a). Prova disso é que, paralelamente as quitandeiras, estavam também envolvidas no abastecimento de alimentos, outra categoria de mulheres negociantes e proprietárias, aquelas ligadas à produção de alimentos, as donas de Arrimos e, também ao tráfico de escravos (PANTOJA, 2001a).²⁰ Tais dados, relevam a importância das mulheres negociantes na história econômica e

¹⁸ De acordo com Pantoja(2001b), a sua criação visava também combater as atividades dos atravessadores de produtos alimentícios básicos.

¹⁹ Criado em sob orientação do então Governador Sousa coutinho,

²⁰ Dentre as figuras que constam no imaginário luandense figuram Dona Ana Joaquina e Dona Amália. No caso da primeira sabe-se que a referida senhora, nascera em Luanda, filha de mestiça de Luanda e de branco português. Dona Ana Joaquina dos Santos é descrita como uma rica proprietária e negociante que gozava de grande prestígio na colônia, principalmente no meio social e comercial de Luanda (LOPO, 1948). Segundo o referido autor, até cerca do final da primeira metade do século XIX possuía Dona Ana Joaquina vários navios que faziam carreira entre Luanda e os portos brasileiros de Bahia e Pernancubo e, também faziam viagens para Lisboa. Destacavam-se ainda entre os seus averes a posse de valiosos prédios urbanos de Luanda, empreendimentos no Gulungo, Dembos, Cazengo, Ambaca, Benguela, Moçamedes, Lunda bem como uma fazenda Sant`Ana nas margens do Rio Bengo. cf. LOPO, Júlio de Castro. Uma rica dona de Luanda. Porto: Portucal, 1948.

política de Luanda no século XIX. Será pois de referenciar, que esta situação angolana se assemelha a de outras regiões, onde mulheres com qualidades de comando excepcionais e riqueza adquirida através do comércio, aparentemente governaram aldeias africanas desde os tempos pré-coloniais (DIAS, 1981).

Ainda assim, a reconstrução do espaço urbano da cidade de Luanda ainda na viragem do séc. XIX para o séc. XX, resultou na transformação de alguns lugares da cidade em lugares privilegiados. Neste sentido, mercados e feiras acabaram transferidos para bairros mais periféricos. Desse modo, as quitadeiras passam a ter a obrigatoriedade de se registrar na Câmara e obrigadas a pagar pelo alugel de uma vaga no mercado e, na virada do século com o novo contexto de remodelação dos espaços urbanos, com nova lógica dos espaços, as quitadeiras são expulsas da cidade e, passam a actuar com seus tabuleiros em regiões mais periféricas.

O Senado da Câmara de Luanda passou a expedir licenças na intenção de disciplinar as quitadeiras na venda do milho, farinha e feijão. Mais adiante, vai se verificar então, uma série de prisões de quitadeiras, alegando-se contravenções às posturas municipais ou *de modo geral, por vender produtos pelas ruas sem a respectiva licença* (PANTOJA, 2001a) Os aspectos referenciados nos trabalhos de Pantoja(2000, 2001a, 2001b), a que temos feito alusão, dizem respeito a regulamentação e restrições a que estavam sujeitas as quitadeiras reevendedoras e, posteriormente a incrementação da disputa por vagas nos mercados, verificadas entre quitadeiras africanas e emergentes comerciantes europeus:

A cidade toma nova configuração e as quitadeiras tendem a desaparecer do cenário luandense. Sem condições de habitação na cidade as casas africanas foram se concentrando nos musseques. O mercado ficou para umas poucas que podiam pagar o aluguel do espaço e competir com empresas que passaram a participar do abastecimento da cidade. . Foi criado um outro mercado mas em tão precárias condições que teve vida curta (PANTOJA, 2000, p.).

A segunda, sabe-se por registro oral que mantia um casarão (ou se quisermos um quase palácio a semelhança de dona Ana Joaquina), no bairro Rangel (um dos antigos musseques de Luanda) onde desenvolvia actividade grossista. As ruínas do antigo casarão continuam até a presente data, na rua popularmente conhecida por “Dona Amália”. De acordo com depoimento de uma sexagenária luandense: « A dona Amália, era uma branca estreita portuguesa, tinha uma filha só. Ela saiu dali, em 1974. Essa dona Amália tinha roças de banana. Eu ia lá com a mamã comprar banana, ficava muito cheio. Vinham gentes de longe, carrinha que iam lá carregar bananas grandes e bem doces. Depois de 72,73 e 74, quando veio já aqueles confrontos da independência, a dona Amália abandonou aquilo e deixou sei lá com quem, isso eu já não sei explicar. Ela, foi para Portugal com a família e, aquele armazém não sei quem estava a dirigir»[Fonte: depoimento de quitadeira sexagenária de Luanda].

A essa altura, desde final do século XIX e início do século XX, estava em vigor a questão higiênico-sanitária enquanto paradigma orientador do ordenamento dos espaços urbanos. O olhar médico conjugado a acção/observação/transformação do engenheiro e à política de intervenção de um Estado planejador/reformado, pretendia de todas as formas neutralizar o espaço (MATOS, 2002, p.34). Chegado a esta fase, uma referência acerca da estrutura social que então caracterizou a sociedade luandense da época, torna-se necessário assinalar. Aqui mais uma vez, recorremos ao trabalho de Pantoja (1999) que em “*Três Leituras e Duas Cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos*”, ao discutir diferenças sociais e de género, bem como manifestações de poder e prestígio nas cidades de Luanda e Rio de Janeiro, evidencia na primeira o predomínio de uma sociedade predominantemente mestiça que mais tarde deixa de ser e, na segunda a permanência desta. Contudo, a integração comercial e as diferenças sociais marcavam nitidamente os limites desses espaços [...] As tramas comerciais permeavam desse modo, toda a vida das populações²¹. A essa altura, avança a referida historiadora:

O ser civilizado mediava-se pela aparência, no modo de vestir, abrangendo toda gama de habitantes, dos mais ricos ao mais pobre, como por exemplo um escravo. Configuram-se as várias categorias específicas de habitantes distinguidos pela dedicação ao comércio gerador de formas de ascensão social, garantindo mecanismos de mobilidade social em que modelos de comportamentos e de valores eram testados pela aparência. A ostentação no modo de se vestir assegurava prestígio local aqueles destacados na actividade comercial nesses centros urbanos (PANTOJA, 1999, p.105).

De modo geral, o que os estudos parecem querer evidenciar é que, por essa altura a questão negro/ branco, europeu/africano, não se colocava nos termos que mais tarde viria a estratificar socialmente as “sociedades coloniais”, particularmente naquelas sob domínio português. Seria caso de a “estratificação social” decorrer antes demais do estatuto e posicionamento social do que de alguma identificação de ordem somática. Na medida em que “os papéis sociais definiam-se a partir da densidade das trocas que funcionavam como parâmetro no julgamento de valor do outro” (PANTOJA, 1999, p.106). Nesse sentido:

²¹ Pelo que os estudos indicam, essa peculiaridade de Luanda preocupou por demais as autoridades, particularmente a propensão para as atividades comerciais, em detrimento do funcionalismo público.

A questão do prestígio social, naqueles centros urbanos, pode ser vista através de dois termos que nas suas ocorrências demonstram o quanto o comércio era atraente e o quanto os grupos locais aspiravam à condição de homens de bem ou homens distintos. Essas categorias de habitantes transcendiam a condição de africano, mestiço ou branco pobre. Sendo estes trocados pelos papéis de homens de bem ou homens distintos São lugares de prestígio na comunidade local, adquiridos através do bom desempenho no comércio, reafirmado com as devidas formas de ostentação na maneira de viver (PANTOJA, 1999, p.108-109) .

Na virada do século XVIII para XIX, Luanda segue sendo uma cidade de mestiços. O pequeno comércio e boa parte dos cargos inferiores e intermediários da administração estavam nas mãos de mestiços. Na segunda metade do século XIX florescia um estrato médio de mestiços e negros ligados por laços de parentesco a pequenos e médios proprietários situados no comércio de Luanda (PANTOJA, 1999). “As fases do isolamento” em relação ao território metropolitano contribuíram também para o aumento não só da população mestiça, do ponto de vista demográfico, como ainda de sua importância relativa no quadro social da colônia, *desenvolvendo deste modo uma sociedade local com interesses da Coroa*²² (MOURÃO, 1999, p.197). Entretanto, já nos anos trinta do século XX, essa população mestiça já começava a perder posição em virtude da chegada de numerosas mulheres brancas, que se fixaram em Luanda e casaram-se rapidamente.

1.3 A implementação das políticas de segregação

O período compreendido entre 1834 a 1851, vai se caracterizar por grave crise de instabilidade política e econômica. Dentre os acontecimentos que estarão na origem dessa situação destaca-se: a abolição da exportação de escravos para a América em 1836, como já vimos anteriormente, o que vai forjar uma nova política colonial, que teve como objetivo compensar a perda do Brasil pela criação dum novo império africano baseado na transformação rápida das economias coloniais. Para tal, arquitetava-se uma política destinada a centralizar o comércio em Lisboa, no sentido de fornecer os fundos necessários para financiar o programa de reformas econômicas de que Portugal também necessitava²³ (DIAS, 1981).

²² grifo nosso.

²³ Mais tarde já, no século XX, tendo como referência a conferência de Berlim, virá modificar este estado de coisas, obrigando a uma ocupação efetiva do território apoiada na teoria do direito de posse, sem nada valerem os precedentes históricos, a divisão dos povos ou de região, divide e reparte e diz: a posse só se podia afirmar a

A implantação da República em Portugal em 1910 e a ação política de Norton de Matos em Angola, primeiro como Governador e depois como Alto-comissário, introduziram uma nova filosofia quanto à integração do africano, nativo ou “indígena”²⁴, na sociedade colonial. Doravante a clivagem social começou a ser tendencialmente feita entre europeus e africanos, perdendo em significado o fato de ser nativo (VENÂNCIO, 2000, p.58). A partir de então o regime colonial vai impor uma organização social clara, definindo-se e consolidando-se ao longo dos anos, a diferenciação social entre os europeus, os assimilados e os indígenas. A pertença a uma dessas classes distintas ditava as regras de reprodução social e condicionava a mobilidade social de uma forma estrita (RODRIGUES, 2005).

No final deste período, a estruturação social com base no assalariamento é predominante nos meios urbanos e em especial em Luanda e a integração na economia capitalista em geral constitui a base de definição das posições sociais. Consolida-se assim a categorização por parte da administração colonial dos luandenses e dos angolanos em ‘civilizados’, ‘assimilados’ e ‘indígenas’ (MESSIANT, 1989 apud RODRIGUES, 1999, p.3), o que estabelece e reforça a posição social de um conjunto específico de elites. Importa pontualizar que, essa multiplicação de estruturas urbanas – das povoações comerciais às cidades- as quais exigem à reorganização dos espaços, a expulsão dos africanos, a instalação de colonos e de autoridades administrativas e dos próprios africanos integrados no regime do trabalho colonial, nas zonas periféricas e desclassificados. Faziam parte do leque de políticas de desmantelamento dos territórios africanos e de ocupação do espaço (HENRIQUES, 2003, p.14).

A historiadora Conceição Neto (1996) ao falar sobre a finalidade do “Estatuto do Indígena”²⁵ aponta que o mesmo:

Não pretendia transformar milhões de africanos em ‘cidadãos portugueses’ mas, pelo contrário, manter sociedades separadas nos direitos e deveres e impedir à maioria africana o acesso à cidadania. Os padrões de exigência para obtenção desta eram ainda mais bizarros numa sociedade em que a população tinha elevados índices de analfabetismo, era até aos anos 30 majoritariamente constituída por degredados e as possibilidades de instrução dos próprios filhos dos colonos eram extremamente limitadas. Mas, qualquer branco era ‘civilizado’, mesmo analfabeto, pobre ou criminoso, revelando o caráter racial de tais distinções jurídicas. Ser ‘indígena’ ou ‘civilizado’ contribui para criar verdadeiras clivagens sociais entre colonizados, já

ocupação real e efetiva de todo o território, apoiada em uma organização administrativa, ainda que rudimentar (MARTINS, *ibidem*, p.23).

²⁴ Os “indígenas” eram os africanos e seus descendentes que não pudessem provar ter hábitos e cultura portuguesa suficientes.

²⁵ Em 1954 foi aprovado para a Guiné, Angola e Moçambique o Estatuto do Indígena que vigorou até 1961.

que condicionava escola, profissão, salário, propriedade, impostos, liberdade de circulação, assistência médica, serviço militar, etc. [NETO,1996, p.119]

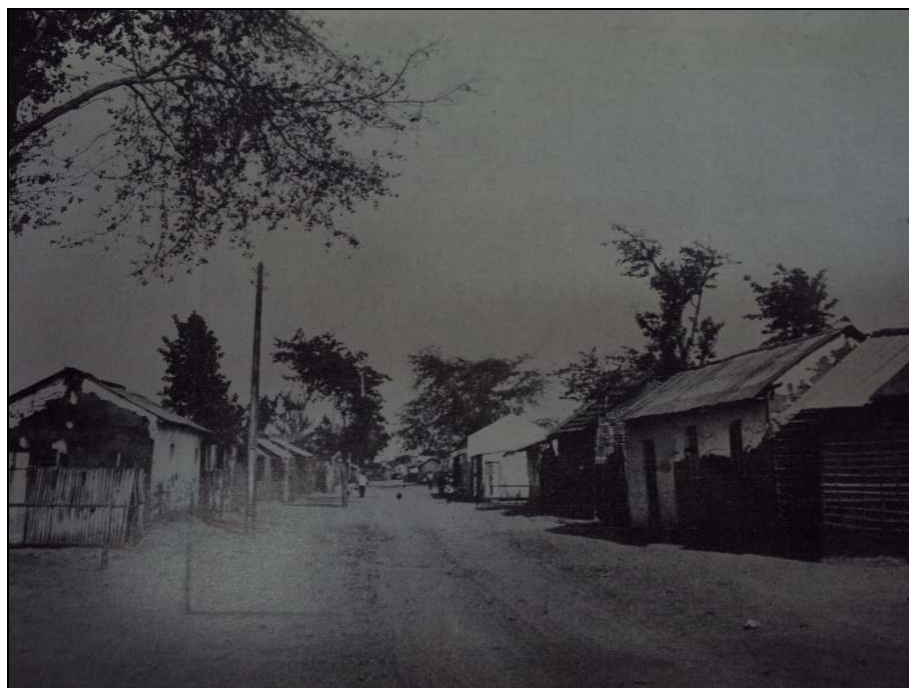


Fig. 4 - Vista de um dos musseques da época
Fonte: Amaral (1968)

Os projetos de definição das políticas coloniais se multiplicam desde os finais do século XIX tendo como objetivo dismantelar as estruturas que asseguram a autonomia dos territórios africanos, substituindo-as por sistemas de organização europeus. Na prática, verifica-se uma discrepância contínua entre as ambições humanistas e globalizantes dos portugueses e a mesquinhez das suas realizações (HENRIQUES, 2003, p.14). Será no decorrer deste período em que, serão elaborados ou consolidados alguns mitos destinados a explicar e a justificar os direitos dos portugueses, que teriam sido, em todos os lugares, os primeiros a dar conta das terras, dos homens, das línguas e das produções. Mais será, sobretudo após a implantação da ditadura militar (1926), que engendrou o Estado Novo (1933), que a idéia de missão civilizadora, pela via da assimilação, se reforça para justificar a colonização portuguesa em África (HENRIQUES, 1997, p. 34-37).

Sendo um pólo de atração, pelo fato de nela estarem localizados os principais órgãos administrativos e os principais centros de decisão em termos econômicos e financeiros, a cidade capital registra – de forma expressiva a partir do final da II Guerra mundial – um crescimento

importante, quer da sua população de origem europeia²⁶, quer da sua população africana, que demandava a capital por razões várias (LOPES, 2007, p.24).

Ao que parece, é também nesse período, que Angola começa a conhecer um aumento relativamente considerável de capitais importados do exterior, ocupando os capitais não-portugueses um lugar importante no novo dispositivo econômico. Pois, até então, o governo central imporá restrições à circulação dos capitais estrangeiros e, só a guerra de guerrilha (com início em 1961) fora capaz de convencer o governo central a modificar tais restrições. Presume-se que a implementação de tais mudanças tenha alterado o panorama econômico da colônia caracterizada pelo incremento da exploração de petróleo e diamantes (HENRIQUE, 1997; HODGES, 1987).

A projeção externa desta economia privilegiava as relações econômicas com Portugal e com o ocidente industrializado (E. U. A, Inglaterra, França). Angola encontrava-se por intermédio de Portugal, inserida na ordem econômica mundial, fornecendo produtos de base de cotações oscilantes e tendencialmente desvalorizáveis e adquirindo produtos acabados e intermédios (principalmente de capital). O resultado desta inserção na lógica do mercado internacional é a transferência da parte significativa da mais-valia nacional e a sistemática desvalorização da força de trabalho angolana. A internacionalização de certos processos produtivos (pasta de papel, peletização do ferro, extração petrolífera e diamantífera, refinação do petróleo) contribuiu para aumentar o excedente transferido para o exterior (ROCHA, 1986, p.113).

Nesta esteira, estudiosos da questão apontam para o fato das políticas coloniais não terem sido capazes de imprimir uma dinâmica de acumulação de capital em seus investimentos nas estruturais locais da produção capitalista, ou seja, argumentam que as bases das estruturas coloniais impediram o crescimento das organizações, tornando-as, pelo contrário, reféns da estrutura do Estado colonial (NEWBURY, 1985). A esse respeito, Appiah refere que de uma maneira geral: “*na África da economia mercantil colonial, o cultivo comercial de produtos agrícolas tropicais ocupou o centro da economia e, [...] transformou o financiamento do governo numa questão de apropriação do excedente da agricultura[...]*” (APPIAH, 1997, p.228). Tal como evidencia Venâncio (2000):

A organização da produção agrícola em monoculturas, neste contexto de dominação, acaba por ser igualmente responsável, mesmo que indirectamente, pela estreiteza e

²⁶ Sobre o povoamento branco em Angola, ver Gerald J. Bender. Angola sob o domínio Português. Mito e realidade. Luanda: Editorial Nzila, 2004. Ilídio do Amaral. Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar. Estudos, Ensaios e documentos, 1962.

fragilidade dos mercados internos dos países que as experimentaram, assim como pela deficiente formação dos recursos humanos e pelo défice tecnológico. Tratava-se, na verdade, da produção de um produto primário que, aliado aos factores que decorrem da dominação colonial, acabava por se repercutir, como se de um círculo vicioso se tratasse, no baixo salário dos trabalhadores envolvidos (VENÂNCIO, 2000, p.54).

Na mesma senda, Amin recorrendo ao exemplo do Senegal colonial, mostra como a cultura do amendoim não esteve directamente relacionada ao potencial natural do país, mas sim aos interesses da França, estando neste a raiz das distorções sociais que dificultam o desenvolvimento da economia (AMIN, s/d, p.3). É nesse sentido, que ao tecer crítica ao paradigma da “ economia-mundo”, o autor denuncia o risco de transformar as determinações globais dominantes, que se impõem às dinâmicas internas nacionais e regionais, em “distantes da história”, negligenciando, por esse facto mesmo, as possíveis guinadas de percurso produzidas pelas transformações internas - para melhor, renovando as capacidades autónomas de agir de uma sociedade, ou para pior, mergulhando-a na regressão - (AMIN, 2005, p.79). Na mesma esteira, ao abordar a questão referente ao peso do global nos contextos nacionais, o autor aponta a necessidade do primeiro ter de se ajustar as exigências de transformação impostas pela dinâmica do local.

Retomando o caso de Luanda e, nos reportando para meados do século XX, constatamos que persistem as atividades comerciais grossista e retalhista, envolvendo grande número de estabelecimentos, que aumentavam constantemente e se concentravam de forma mais significativa no ramo dos artigos de necessidade corrente e na prestação de serviços e, por outro, a persistência de certas formas tradicionais de comércio, nomeadamente o caso dos “mercados populares” quotidianos e o comércio itinerante, simbolizado na figura típica das quitadeiras. Observa-se deste modo, a intensificação de um conjunto de práticas comerciais que tinham como principais destinatários as populações de baixo poder aquisitivo concentradas em grande medida nos musseques²⁷ de Luanda (AMARAL 1968).

²⁷ Do Kimbundu *mu* (onde) + *seke* (areia), significa terreno arenoso, "onde há areia", por oposição à zona asfaltada. Os musseques passam a designar o espaço social dos colonizados, assalariados, refugio da mão-de-obra barata e de reserva, ao crescimento colonial, colocados à margem do processo urbano, surgindo como espaço dos marginalizados, e cuja fisionomia está em constante transformação.

Um trabalho de referência nesse período é “Quitandas e Quitadeiras de Luanda” de Ana de Sousa Santos (1967). Na sua abordagem inicial a autora apresenta o espaço social dos mercados Luandenses como sendo:

Instituições de grande significado que se inscrutam na cultura da sociedade nativa luandense, pois, sendo centros de comércio com influência na economia local, correlativamente atuam como meios estabilizadores da posição social dos vendedores que neles se enquadram. Ademais, para além de serem as vias diretas de acorrerem às necessidades mais instantes do grande público, são um ponto de convergência, que reflete direta e indiretamente diversos aspetos quer da cultura material, quer da espiritual, pois na expressão da sua comunicabilidade dão-nos uma medida de imaginação do grupo, sensibilidade, inteligência, reacções, etc.. [...] as « quitandas » quer sejam centrais, de grande movimento comercial, ou pequenas, marginais, meramente de subsistência são quadros vivos, oferecendo rica matéria para estudos étnicos, religiosos, de vestuário, de civilidade, etc.. E, se são um regalo para a vista, pela mutação de colorido e pelo conjunto do material humano, constituem simultaneamente um documento real dos recursos da cozinha nesta zona (SOUSA, ANA 1967, p.89).

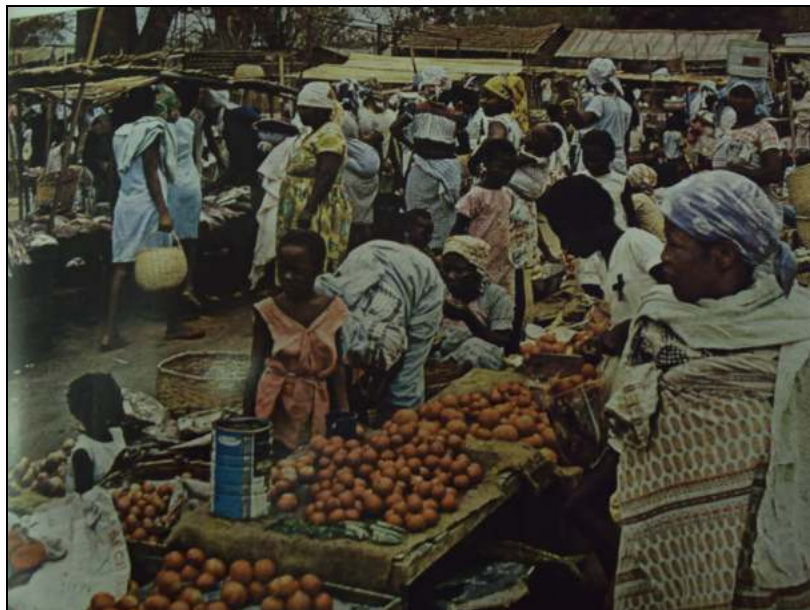


Fig. 5 Mercado num dos musseques de Luanda

Fonte: Amaral (1968), Luanda. Estudo de Geografia Urbana

De seguida a autora faz alusão a figura da quitadeira, realçando o papel social e económico desempenhado por ela no interior da sociedade luandense. Prosseguindo, empreende uma descrição etnográfica de um dos mercados mais célebres da época, o Xamavu. Da sua narração ressaltam a sua localização espaço-geográfico do antigo mercado: “ *No musseque Mota (marginal à estrada que segue em direcção à fabrica de cerveja Cuca (NE), encontra-se o mercado indigena do Xamavu. É sem dúvida, entre os mercados locais, o que conserva a feição*

africana mais característica” . A diversidade etno-cultural no seio quitandeiras, o gênero de mercadorias comercializadas, as maneiras de arrumar e expor os produtos, os pregões, os rituais de instalação, as idumentárias. Uma atenção especial é dedicada as vendedoras de produtos mágico-religiosos e a sua fluência no falar do kimbundu. Para além de uma tentativa de elencar os produtos comercializados naquele espaço, a autora, procede de igual modo uma caracterização tipológica das vendeiras consoante a mercadoria negociada.



Fig. 6 Aspetos da quitanda do Xamavo

Fonte: Oscar Ribas, 1964

Por seu lado, o escritor angolano Oscar Ribas (1964) na sua obra *Missosso*, utiliza o espaço das quitandas para descrever alguns instantâneos do cotidiano luandense. O mercado do Xamavo é descrito como:

[...] um belo teatro de comediantes, sem dispêndio de dinheiro para o espetáculo, desfruta-se um tempo de agradável humorismo. Tudo se goza, desde a heterogeneidade do ambiente ao cachoar do vozeio, desde o natural ao Excentrico, desde a boa índole à perversa (RIBAS, 1964, p.245).

As cenas do quotidiano do mercado descritas pelo escritor, envolvem as figuras da quitandeira e seus clientes num clima de desentendimentos constantes. Dessas cenas,

quintadeiras e peixeiras são representadas com o estereótipos de “rabugentas” e “barraqueiras”, “mulheres sem papas na língua”.

Torna-se necessário pontualizar que, no contexto que estamos a analisar, não beneficiavam somente das atividades dessas mulheres às populações de baixo poder aquisitivo uma vez que, uma parte considerável destas exercia o trabalho em “áreas nobres de Luanda”, possuindo uma vasta clientela pertencente aos estratos sociais mais privilegiados da estrutura social da época.²⁸ Embora, devemos acentuar que já neste período, estão as quitadeiras, artesões e outros africanos transferidos para os musseques, onde passam agora a exercer as suas atividades, transitando entre a “cidade branca” e a “cidade negra”, ou melhor, entre o asfalto e os musseques. Como assinala Mourão (1999):

O termo bairro, que era dado tradicionalmente às áreas de habitação africana, enquanto os brancos moravam em casas situadas em ruas, foi substituído pelo termo musseques, evolução semântica digna de registro. Os bairros tradicionais que abrigavam as massas populares africanas passam a musseques e os bairros de classe média africana, como o das ingombotas, são evacuados, dão lugar ao bairro Operário. Mais tarde surgem os chamados bairros indígenas. Como vemos a própria nomenclatura mostra uma evolução na relação com os africanos, caminhando a passos para a divisão entre a cidade branca e a cidade negra ou, mais usualmente, a cidade do asfalto e a cidade dos musseques, designações de natureza técnica, que não escondem a ruptura social e racial (MOURÃO, 1999, p.211).

Andrade (1971) descreve do seguinte o modo esse contexto:

Enquanto se consolida a implantação colonial ao longo da costa africana, as cidades emergem e multiplicam-se. Os efeitos da dominação estrangeira sobre as formações sociais levam sectores importantes da população rural a demandar os meios urbanos. Mas é na periferia destes aglomerados que se organiza a nova vida dos africanos destribalizados. Outro espaço sociológico surge nos bairros da cidade cruel. Esta se divide nitidamente segundo uma dupla linha de demarcação racial e social, sobretudo na colônia de povoamento, como é o caso de Angola (ANDRADE, 1971 apud KAJIBANGA, 2000, p.70).

²⁸ Alguns depoimentos colhidos de mulheres que estiveram envolvidas no comércio ambulante na década, 60, atestam para que elas fossem fornecedoras privilegiadas, sobretudo de frutas, a prática contribuía para uma maior dinamização da venda de mercadorias, quer criando clientela regular quer expandindo a atividade para novos espaços. Sendo neste caso, muito comum oscilar entre a venda ambulante e fixa, conforme indicam os depoimentos de uma sexagenária, antiga quitadeira, atualmente estabelecida no Mercado Asa Branca: *Eu, por exemplo, o negócio que iniciei com ele é de passar com os ovos na zunga, ainda no tempo do colono. Vendia banana na zunga, nas senhoras brancas, zunguei, zunguei com as bananas, depois quando começaram a abrir estas praças é que eu comecei a vender fuba. Depois quando vi as outras estavam a vender fuba, também comecei a vender fuba. Naquele tempo já havia zunga, só que ainda não lhe chamavam zungueiras, Lavadeiras. Só que naquele tempo do colono, as pessoas na zunga, vendiam só banana, maçã, pêra, abacaxi, estes negócios de fruta» [Fonte: Entrevista, efetuada em Janeiro de 2008].*

O Sociólogo angolano Paulo de Carvalho num artigo intitulado “*Angola: estrutura social da sociedade colonial*”, fazendo alusão à fase final do “ domínio colonial”, apresenta a sociedade angolana da época dividida em: sociedade central e sociedade (ou comunidades periféricas). O estudo avança que:

Mesmo depois de abolido o estatuto de assimilado (1961), manteve-se a cor da pele como fator de diferenciação social, assim como outros fatores subjetivos que levaram ao estabelecimento de diferenciação entre ‘civilizados’ e ‘indígenas’. Nesse contexto, o acesso a uma série de bens, como instrução e a saúde assim como a existência ou não de facilidades no mercado de trabalho, tinha em conta essa diferença (CARVALHO, (s/d), p.2).

Carvalho (s/d, p.9) denomina de *Protoproletariado* as classes sociais menos favorecidas. Os integrantes deste grupo eram trabalhadores físicos que se empregavam em serviços relacionados com o consumo. Eram protoproletários: os vendedores ambulantes, empregados domésticos, bombeiros (vendedores de combustíveis), engraxadores, ardinhas, estivadores, auxiliares em pequenas oficinas de prestação de serviços, pescadores artesanais e outros habitantes das periferias assim como aqueles que saíam das zonas rurais para as cidades e vilas em busca de melhores condições de vida e que não possuíam uma profissão rentável.

Examinaremos em seguida, o lugar que musseques e o trabalho feminino ocuparam no imaginário social luandense. Para tal, analisamos as representações feitas acerca destas categorias sociais no sentido de argumentar como elas se configuraram num instrumento de crítica social a respeito do modos de vida dos bairros onde estavam confinados grande parte da população africana.

1.4. Musseques e trabalho feminino no imaginário social luandense

As categorias trabalho feminino e musseques foram frequentemente utilizadas como forma de dramatização da situação social do colonizado, como símbolos da cultura popular luandense. Estando presentes na escrita de várias gerações de poetas e romancistas angolanos, acabaram por imprimir uma marca identitária a literatura angolana. É nesse sentido que, nossa abordagem pretende analisar de que modo as representações “literárias” interagem com o contexto social e com práticas quotidianas da época.

Desta feita, musseque e quitadeiras dois termos originários da língua nacional kimbundo, adquirem nesse contexto elevado significado histórico-sociológico para a recente história angolana. Os musseques surgem como o espaço social dos colonizados, assalariados, refugio da mão-de-obra barata e de reserva, ao crescimento colonial, colocados à margem do processo urbano, surgindo como espaço dos marginalizados, e cuja fisionomia está em constante transformação. Com o tempo, as quitandas vão surgindo como uma das faces do musseque, intimamente ligadas ao trabalho feminino, onde ressaltam à figuras da lavadeira e da quitadeira, sendo ela a sua principal personagem. A figura da “mamã quitadeira” coloriu Luanda de todas as épocas, com seus panos fartos e garridos, que encheu ruas e becos com pregões anunciando frutas e legumes (PEPETELA, 1990, p.139).

Nesses mercados quotidianos, ou seja, nas quitandas, se vende tanto produto, que se pode considerar de primeira necessidade, como também produtos de luxo, importados. A imagem da quitadeira a percorrer a cidade com a quinda à cabeça, vendendo frutas e outros gêneros de porta em porta ou na porta de casa, reforça-se enquanto um dos símbolos da presença das “africanas” na sociedade colonial, fazendo parte do imaginário luandense. Esta presença incontornável nas ruas de Luanda lhe dará lugar de destaque na literatura, sendo estes frequentemente exteriorizados, sobretudo em contos, poemas e letras de músicas, que por um lado cantam e expressam às belezas, paisagens e outros encantos da cidade e, de outro a beleza da indumentária e as qualidades da mulher quitadeira. Ressaltando a sua extrema habilidade e versatilidade, com os quais souberam contornar os obstáculos e desafios impostos pelo severo quotidiano colonial, passando desta feita a personificar, a perseverança da mulher na luta contra as adversidades e injustiças sociais.

As reformas políticas trazidas com o Estado Novo, vão de igual modo, influenciar a produção literária e intelectual luandense que, até mais ou menos 1940 foi desenvolvida por negros e mestiços. É com base nessa mudança que vai emergir a denominada literatura de combate²⁹. Que terá como auge o movimento “Vamos descobrir Angola” de 1948 que segundo Mourão: Movimento de reação a tentativa assimilatória que vinha despersonalizado o negro sem o integrar de fato em um novo contexto de valores (MOURÃO, 1978, p.38). Os intelectuais e escritores

²⁹ No número dois da “*Antologia Temática de Poesia Africana- O canto armado*”, Mario Pinto de Andrade traça o percurso da poesia africana de escrita portuguesa e crioula, dos anos trinta ao fim das guerras de Libertação. Essa poesia, por ele denominada por “*poesia africana de combate*”, exprime, de um lado, os feitos gloriosos dos primeiros heróis na luta de resistência contra a presença estrangeira (contos tradicionais). Por outro, os *poemas de circunstâncias*, compostos durante o período colonial, ou ainda os *poemas surgidos no fogo da nova guerrilha* do homem na Guiné, em Angola ou em Moçambique, essas manifestações atestam o caráter permanente da poesia africana. Elas são o espelho que reflete a imagem ampliada da resistência dos povos contra a opressão e também o farol que guia a longa muralha para a liberdade (ANDRADE, 1980).

africanos, mesmo escrevendo no idioma do colonizador, não deixaram de produzir uma literatura autenticamente africana e de dar um grande contributo ao fenómeno do nacionalismo. Teve a expressá-lo uma literariedade (sic) moderna que começa por encontrar na poesia, dado o carácter fortemente confessional deste gênero literário, o meio mais adequado à extroversão identitária dos que dele participam. (VENÂNCIO, 2000, p.85-86). Na década de 50, no auge da “Casa dos estudantes do Império”³⁰, se assiste a uma grande influencia do neo-realismo e da negritude na produção literária dessa geração. Ao abordar os efeitos dessas duas tendências, Andrade refere que:

Essas duas tendências estético-literárias, fundamentalmente a negritude, opunha-se a literatura colonial profundamente empenhada em apresentar as populações negras como destituídas de cultura, civilização e história. O neo-realismo preocupa-se com a observação e com a análise minuciosa da vida quotidiana e dos costumes das populações tendo como suporte metodológico o inquérito da vida das populações (ANDRADE, 1974 apud KAJIBANGA, 2000, p.45)

É neste contexto, que se vai assistir a uma exaltação da “*Mãe Negra*”, da “*Mulher Quitandeira*”. Estes escritos procuravam espelhar o quotidiano dos musseques, e das suas gentes particularmente da mulher vendedora, da “*Mamã Quitandeira*”. Como observa Pepetela (1990), entre os poetas muitas das vezes está figura da quitandeira é identificada com a figura da mãe, que teve que suportar todas as humilhações e privações para poder criar e educar os filhos. Aspectos que poemas como os de Agostinho Neto, que a seguir apresentamos, parece muito bem espelhar:

³⁰ Constituiu um espaço para onde convergiam os jovens africanos que, pela ausência de Universidades em seus países de origem – as colônias portuguesas na África – dirigiam-se para Lisboa, financiados (muitas vezes com maiores ou menores sacrifícios) pela família, Igreja ou alguma Instituição, a fim de cursarem uma Faculdade. Segundo Everdosa () [...] A casa viria a desenvolver uma ampla atividade associativa ao longo da sua existência. Nela passaram a desaguar, vindos de todas as coloniais portuguesas de África, da Ásia e da Oceania, estudantes das várias raças, religiões e credos políticos(EVERDOSAS, s/d, p. 95). A Casa dos Estudantes do Império representou um centro aglutinador dos estudantes e intelectuais africanos [...] Tratou-se de um centro intelectual e político, nela ou a partir dela se pode explicar vários acontecimentos no plano das iniciativas que conduziram os africanos a luta de libertação nacional, isso se, tivermos em conta que foi no seio desta que ideologicamente se formaram ou reestruturaram homens que, exilando-se ou não, tornaram-se figuras políticas das mais responsáveis nos movimentos de Libertação Nacional Africanos (FERREIRA, M. 1987, p.132-33). Em 1953 a casa é encerrada pelas autoridades portuguesas.

A quitandeira
que vende fruta
vende-se.

Minha senhora
laranja, laranjinha boa!

Compra laranjas doces
compra-me também o amargo
desta tortura
da vida sem vida.
Compra-me a infância do espírito
este botão de rosa
que não abriu
princípio impelido ainda para um início.

Laranja, minha senhora!
Esgotaram-se os sorrisos
com que chorava
eu já não choro.
E aí vão as minhas esperanças
como foi o sangue dos meus filhos
amassado no pó das estradas
enterrado nas roças
e o meu suor
embebido nos fios de algodão
que me cobrem.

Aí vão as laranjas
como eu me ofereci ao álcool
Leva-me para as quitandas da vida
o meu preço é único:
- sangue.
Talvez vendendo-me
eu me possua.
-Compra laranjas!³¹

Num ensaio intitulado “*Mulher e negra – que tipo de representação social nas literaturas africana e brasileiras?*”, Laranjeira e Silva (2006), fazem referência ao uso da imagem da mulher e da miséria de grande parte da população indígena (sic) para consciencialização e para captar ajuda internacional para a luta de libertação nacional. Segundo estes estudiosos: “*mulher negra se pertence ao povo pobre (...), tem a característica de educar os seus descendentes segundo normas do seu povo, do seu grupo social, mais do que a escola pode oferecer*”(LARANJEIRA e SILVA, 2006). Tomamos o exemplo do poema de Jorge Macedo intitulado “*Aquela Negra*”, espelha bem os “sacrifícios *maternos*” no sentido de proporcionar aos filhos as condições básicas de existência humana:

³¹ A “*Quitandeira*”, Agostinho Neto

Aquela negra, de enxada em punho,
lutando pela minha fome;
aquela preta que jorra suores na minha sede,
que vai de lenha à cabeça
porque o frio me consome;
aquela negra, pobre, sem nada,
que vende nas ruas o meu nome,
aquela negra é minha mãe

Os modos de vida das populações que habitam os musseques de Luanda são de igual modo dramatizado e utilizado como justificativa das reivindicações independentistas. Em “*Sagrada Esperança*” de Agostinho Neto, o poeta-militante canta o sábado nos musseques, evidenciando a diferenciação social, ou seja, o fosso que existia entre os bairros humildes e a cidade iluminada, e a indiferença ante os bairros:

Os musseques são bairros humildes de gente humilde.
Da cidade iluminada
Vêm gargalhadas
Numa displicência cruel
/Para banalizar um acontecimento Quotidiano
Vindo no silêncio da noite
Do musseque Sambizanga - um bairro de pretos!³².
(Sábado nos musseques)

Os sacrifícios, o quotidiano de miséria e carências materiais, que levavam as africanas as longas jornadas de trabalho para garantir o sustento da família e a criação dos seus filhos. A figura da “vovó lavadeira” e a perplexidade dos “monandengues”³³ perante a dura realidade a que estavam sujeitos e silenciamento que os impedia de questionar a ordem social vigente, causado pelo medo que as mulheres começam a demonstrar dos filhos se envolverem nas contestações políticas num contexto em que os musseques passaram a ser perseguidos.³⁴ São elementos que Waldemar Bastos canta em “Velha Chica”:

³² Extratos do poema “Crueldade”.

³³ Do Kimbundu Monandenge, criança. O plural Anandenge, crianças.

³⁴ Isso como retalhação as movimentações independentistas iniciadas em 1960.

Antigamente a velha Chica
Vendia cola e gengibre
E lá pela tarde
Ela lavava a roupa do patrão importante
E nós os miúdos
Lá da escola, perguntávamos
A vovó Chica
Qual era a razão daquela pobreza
Daquele nosso sofrimento

Xê, menino, não fala política
Não fala política, não fala política
Mas a velha Chica, embrulhada nos pensamentos
Ela sabia, mas não dizia
A razão daquele sofrimento
Xê menino...

E o tempo passou
E a velha Chica só mais velha ficou
Ela somente fez uma cubata
Com teto de zinco
Com teto de zinco
Xê menino...

Mas quem vê agora
O rosto daquela senhora
Daquela senhora
Já não vê as rugas do sofrimento
Do sofrimento
Ela agora só diz
Xê menino, posso morrer
Posso morrer
Xê menino posso morrer
Já vi Angola
Independente³⁵

A figura da quitandeira enquanto guardiã dos hábitos e costumes angolanos, perante as mudanças introduzidas nos hábitos alimentares luandense, mudança do estatuto da atividade das antigas quitandeiras e o desejo de resgate de um passado distante surgem como as grandes temáticas da poesia de Viriato da Cruz. Em “*Makézú*”, o autor num estado de espírito nostálgico, anuncia a decadência das chamadas “*atividades informais tradicionais*”, particularmente das quitandeiras, apresentando como causa deste o advento da “modernização”:

³⁵ Letra de Waldemar Bastos

O pregão da Avó Ximinha
É o mesmo como os seus panos
Já não tem a cor berrante
Que tinha nos outros anos.
Nem criados, nem pedreiros
Nem alegres lavadeiras
Dessa nova geração
Da “avenidas de alcatrão”
Ouvem o fraco pregão
Da velhinha quitandeira
- Não sabe? Todo esse povo
Pegô um costume novo
Qui diz qué civrização:
Come só pão com chouriço
Ou toma café com pão...

Nos romancistas pós-independência vamos encontrar, ainda os requisitos dos dramas coloniais que envolvem o mercado, o musseque as figuras das quitadeiras e lavadeiras mas, de modo geral de todas envolvidas no trabalho feminino, como o caso das lavadeiras, representações das maneiras de ser, de agir e de sentir, das pequenas artimanhas quotidianas que se podem interpretar como formas de pequenos protestos sociais. No Romance “*Loucuras e Kimbandices*”, Rosário Marcelino, narra a estória de Tia Chica “uma lavadeira colonial”. Esta estória nos reporta para as artimanhas ou se quisermos para as contestações cotidianas que as africanas utilizavam para se defender dos maus-tratos a que estavam sujeitas na sociedade colonial.

[...] então quando o caputo³⁶ andou a prender as mulheres pra irem lavar roupa dos colonos. Tia Chica não se zangou quando lhe prenderam! Foi mesmo muito bem pra quê Iná pelejar ou discutir com o cipai³⁷. Iacaio-duro! Seu ndungue³⁸ estava embora no coração, quem a visse só na cara, não podia descobrir o que dentro dela matutava. Quando chegou à baixa, começaram a distribuí-las. No quintal onde lhe levaram, deram-lhe uma ndumba de roupa, sabão, selhas, lhe mostraram a torneira e...pronto. A tia chica pegou na roupa e misturou toda: roupa de cor, roupa branca, tudo yoso kyene kimoxi. Pra quê lhe intrujar, lhe escravizar em pleno século da ciência? A mbozo³⁹ quando voltou para ver o serviço de “sua lavadeira” ficou abuanada e

³⁶ Aportuguesamento do calão Kaphutu, que significa governo colonialista português.

³⁷ Policia africano a soldo do colonialismo.

³⁸ Aportuguesamento de ndunge, que significa tática.

³⁹ Calão. Alusão a mulher portuguesa colonizadora. Sentido pejorativo. Mbonzo significa batata, sentido geral (MARCELINO, 1989, 100).

soltou palavras: - Ai, Jesus! O rosto da colonialista começou a ficar cor de alface e as lágrimas, blu-blu-blu, a caírem, mas... Lágrimas de jacaré se vão com as águas.

- Porquê fizeste isto, Maria?!- O quê, minha senhora?!

Tia Chica no coração dela estava a rir, mas por fora parecia uma pessoa que não sabia nada. Com o rabo dela um pouco empenado, o peito ligeiramente saliente e os olhos a fitarem bem a mbonzo, continuava de pé.

- Misturar a roupa de cor com a roupa branca? Isto é alguma sanzala ou quê?

- Minha senhora, eu não sei lavar!

Aquela resposta dada sem alteração de voz, sem nenhum risco sequer na testa, enfureceu a senhora. Saiu disparada para a rua. Trouxe de lá um capita⁴⁰ e, quando entrou no quintal, o seu dedo já apontava a Tia Chica. Ela não desceu mais das escadas. - É aquela preta. Tira-me dali aquela Maria... Senão amachuco-lhe a cara.

Na mesma linha Boaventura Cardoso num conto intitulado “Nga Fefa Kajinvunda”, narra cenas quotidianas do antigo mercado do Xamavo e do musseque do sambizanga. Nessa estória ressalta a personagem de Nga Fefa, então quitandeira do Xamavu. O escritor nos introduz para o contexto de Luanda colonial onde a “mulher quitandeira” luta para se afirmar, mesmo que isso implicasse meter-se em briga. A par disso as quitadeiras são também apresentadas como mulheres fortes, de punho, respondonas que não temem em desafiar a ordem social imposta.

Chegou e perguntou se o peixe quanto é: Trinta Escudos. Foi a resposta seca que ela falou na intenção de não arranjar mais conversa. Ela sabia o costume antigo das senhoras da baixa de discutirem o preço da mercadoria. “Oh! É muito caro Maria. Toma lá quinze escudos se quiseres”. Braço estendido da senhora ficou embora só no espaço. Nga Fefa parece lhe bateram vibrantemente no corpo. Tirou o cigarro do canto da boca e descansou arrogantemente as mãos na cintura. A mão da oferta barata ainda abandonada no espaço. Zolhos das quitadeiras derepente espiando, múximas palpitantes. Parece se vão vundumunar-se. Banzaram. «A senhora está a chamar Maria a quem? Você viste meu nome é Maria? Velá hein!»- se arregalaram os olhos no desafio enquanto a mão oferta cobardemente murchando. Senhora, boca admirada. Nunca tinha ouvido dizer quitandeira fala assim numa senhora. Estava no habito dela ir no mercado e entrar na discussão do preço, altivamente. Com o criado lá em casa, com a gente do musseque com quem às vezes falava, comportamento único. Tempo ainda colonial. Pensou que a quitandeira tivesse maluca. «Parece-me que há aqui um mal-entendido, Maria». Fora da banca, Nga Fefa no gesto mussequeiro mandou a senhora calar a boca logo, se não lhe dava (CARDOSO, B. 1982, p.46).

Muitas cenas retratam a riqueza dos falares populares, as pequenas oposições quotidianas, o enfrentamento aos fiscais e a recusa de maus-tratos por parte das “mulheres da baixa.

Palavrosamente as quitadeiras caçoaram da mulher da baixa, desaparecendo. Nos kimbundos delas escondiam toda a fúria contra o colonialismo que não podiam falar na língua da senhora abertamente. Anos de opressão se transformavam em liberdade nas falas kimbundas (CARDOSO, B. 1982, p.47)

Gostaríamos de concluir o capítulo, fazendo alusão ao trabalho de Tania Macêdo (2006) intitulado “*Literatura, história e identidade de Angola*”. No aludido artigo, esta estudiosa da literatura de língua portuguesa, analisa o mercado enquanto espaço social importante do quotidiano de Luanda, sendo presença constante na literatura produzida nas décadas de 1940 e 1990. O que nos interessa aqui reter do referido trabalho, é a forma como Macêdo espelha as mudanças na representação deste espaço social nos diferentes períodos da história angolana, ou seja, se no primeiro (1940) a sua representação no imaginário Luandense, está associado à tradição – de feitiços e da resistência nacionalista, no período posterior (1990) a ênfase se desloca para a questão da luta pela sobrevivência num ambiente hostil onde a luta contra a miséria e a fome se intensifica (MACÊDO, 2006, p.50.). Deste modo:

O mercado surge como o espaço da degradação das regras sociais, da desordem e dos vícios e, sob esse particular, um símbolo daquilo em que se transformou o projeto utópico, pelo qual lutaram os artífices da independência do país [...] Forte crítica a Angola atual muito, especialmente aos dirigentes e o partido no poder, desenhando um mundo de desilusão e decadência. Nesse cenário, o mercado torna-se “o modelo, o modo de vida” de toda a sociedade e dos males que a atingem [...] Tornando-o símbolo de corrupção e das mazelas que assolam o país Nesse sentido, o espaço do mercado popular, que fora focalizado na literatura angolana dos anos 1970, 1980 e 1990 como local do trabalho honesto, das quitadeiras, ou seja, das mães dignas de todo o respeito, torna-se o local de burla, do roubo, da Desordem – em consonância com as mudanças que a sociedade sofreu ao longo desse tempo -, indiciando o desalento dos artífices do projeto que levou o país á independência, 1975 (MACÊDO, 2006, p.50-54).

Ainda assim, é [...] nessas fraturas e as continuidades entre o período colonial e o pós-independência nas quais muitas mulheres africanas forjam a determinação de significados e as realizações de uma outra cidadania (CUNHA, 2006). É, pois sobre esse contexto, que iremos nos debruçar no próximo capítulo, começando por analisar a forma como se desenvolveu o mercado de trabalho angolano no pós-independência e, posteriormente as características que as “quitandas” adquirem nesse período.

2 MERCADO DE TRABALHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMALIDADE NA ANGOLA PÓS-INDEPENDENTE

Neste capítulo trataremos de questões ligadas ao desenvolvimento do mercado de trabalho, as políticas públicas e a informalidade na Angola pós-independente. O foco será o início da década de 90. Três marcos históricos relevantes são destacados: o ano de 1975, data da independência; 1992 que marca a realização das primeiras eleições multipartidárias e o conflito pós-eleitoral de 1992 e o ano 2002 que representa o fim do conflito armado. Nossa abordagem estará ancorada nas seguintes questões: que particularidade apresenta o mercado de trabalho angolano no período pós-independência? De que modo no período em análise, se desenvolveu a questão do trabalho feminino no sector informal? Antes, começaremos com uma referência aos conceitos de economia urbana e economia informal ⁴¹ no sentido de fornecer uma delimitação conceptual e a sua respectiva contextualização.

Por economia urbana subentende-se um “conjunto organizado, integrado e hierarquizado de atividades que asseguram a satisfação das necessidades dos habitantes dos centros urbanos” (VASCONCELOS, 1984 apud LOPES, 2008, p.105). De uma forma geral, a

⁴¹ A autoria do termo é atribuída ao antropólogo Keith Hart, que em 1971, cunhou o termo “economia informal” para descrever o tipo de inserção dos imigrantes rurais do norte do Gana nas cidades do sul desse país. Pelo que a literatura indica, a própria origem do termo esta ligada a uma pretensão de demarcar as formas de organização da produção e possibilidade de inserção no mercado de trabalho que não correspondiam a estrutura das firmas e relações trabalhistas predominantes nas economias centrais. Nesta época, vai predominar a idéia de uma economia informal, enquanto fenômeno susceptível de descrever e explicar os desequilíbrios estruturais da urbanização na transição de África da democracia social para o neo-liberalismo. As atenções dos especialistas concentram-se no chamado “desemprego urbano”, cada vez mais acentuado pela migração de populações das áreas rurais para os centros urbanos e a fraca capacidade de absorção desta força de trabalho. Estes estudos vão constituir o primeiro momento da construção teórica, da conceituação apresentada pela OIT. O Dualismo transitório foi um desses marcos teórico, que dominou esse período. Encara o desenvolvimento econômico como uma transição entre uma economia-sociedade tradicional (ou arcaica, ou rural) e uma economia-sociedade moderna (ou urbano-industrial). Segundo o referido modelo, existia uma transitoriedade nessa condição dual. Nesse sentido reverter esse caráter dual seria uma questão de tempo, em ultima estância, caminho inexorável. Uma outra vertente desse modelo, muito mais pessimista, postula que “ a heterogeneidade estrutural iria reproduzir-se e os cenários futuros não surgiriam sociedades homogêneas, como no caso dos países centrais. Esta perspectiva, que deu origem a uma ampla literatura conhecida como “ economia do desenvolvimento”, tinha uma visão otimista do processo econômico nas nações subdesenvolvidas. Atingir a condição de desenvolvimento era uma questão de tempo, tempo que poderia ser acelerado mediante políticas publicas especiais, especialmente projetos industriais das sociedades do chamado Primeiro Mundo com todas as suas singularidades, seriam o inexorável ponto de chegada. Duas características subsaiam, destas idéias iniciais: a ausência de uma categoria teórica como conseqüência de “não ter” desenvolvido densidade analítica e por outro, o extremo empirismo que essas análises carregavam (RAMOS, 2007, p.116). Daí a idéia, por um lado, do sector informal enquanto ocupado por analfabetos ou trabalhadores com pouca escolaridade. E por outro, a idéia vinculada de economia informal enquanto sinônimo de ausência de regulamentação ou a sonegação de taxas tributárias, retomaremos essas idéias mais adiante. Um outro marco importante da análise da informalidade nestes estudos é a correlação simplista entre a pobreza e a forma de inserção no mercado (CACCIAMAL, 1983 apud BRAGA, 2005, p.28).

economia urbana das principais cidades africanas (e também de outros contextos) apresenta um sistema estruturado em dois setores (ou subsistemas), o sector ou economia oficial e o sector ou economia não oficial. Eles coexistem lado a lado e se inter-relacionam, chegando mesmo em alguns casos a concorrerem por uma maior predominância no tecido sócio-econômico, não só pela sua dimensão social, mas também pelos fluxos financeiros que movimentam. Este sistema da economia urbana forma um todo integrado e hierarquizado, no qual a economia não oficial surge freqüentemente como periférica relativamente á economia oficial, privada e estatal. Ainda assim, cada um desses subsistemas tem a sua organização, modo de regulação e hierarquias próprias, exercendo cada um deles funções reguladoras relativamente ao outro. (LOPES, 2008, p.106).

É nesse sentido que há que distinguir esta informalidade do tipo de atividades econômicas predominantes em África. Para além da informalidade que atravessa o trabalho no sector formal, as atividades econômicas do tipo formal e as de tipo informal interligam-se e articulam-se na prática. Entre o setor dominante e o sector informal existem relações de conflito, mas também de complementaridade e de exploração (TOURÉ, 1985, ADAIR, 1997, p.104).

A fluidez da inter-relação entre um e outro sector manifesta-se também na forma como o formal integra o informal. As principais constatações apontam no sentido de economia formal funcionar, em África, segundo as regras do informal, cedendo-lhe cada vez mais espaço e importância, mantendo-se alguma formalização da economia apenas porque um depende do outro. Os laços comunitários constituem, muitas vezes, o único modo de acesso a um campo econômico socialmente constituído (LABAZÉE, 1995 apud RODRIGUES, 2006, p.143).

Daí que se tornou lugar comum afirmar que, nos países da África subsaariana, as atividades classificadas como não oficiais encontra-se em crescimento⁴² e, em certos casos, os seus atores protagonizam e estruturam redes econômicas e sociais que constituem um exemplo de como a globalização atua em múltiplas e diferentes formas que assentam na história, na cultura e em identidades que se podem tornar estratégias para o desenvolvimento

⁴² A essa expansão acentuada da economia informal urbana na África subsaariana, particularmente a verificada ao longo dos anos 90, os estudos têm apresentando múltiplos significados. Dentre os quais se destacam: o pragmático: trata-se de regulamentar ou de Laissez-faire (ou ate mesmo encorajar)? O empírico: como circunscrevê-lo e medi-lo? O analítico: quais são os fatores explicativos pertinentes: dualismo ou complementaridade em relação ao setor oficial? (ADAI, 1997). O critério de obediência à lei sobre duas exigências distintas: a legalidade e a observância da regulamentação contábil ou fiscal. Essas duas exigências remetem a dois tipos de atividades: assim, o contrabando é ilegal, mas a ausência de contabilidade – não constitui delito (Adair, 1997, p.103).

(GRASSI, 2004). Neste sentido, a informalidade, aqui entendida como todo um conjunto de *“relações de natureza econômica, jurídica, sociais ou burocráticas que não estando reguladas parcial ou totalmente existem e fazem parte das regras de funcionamento da sociedade e contribuem para que os padrões de reprodução da sociedade e economia persistam”* (MOSCA, 2009, p.2). Esta se apresenta como uma realidade multidimensional, complexa diversificada e heterogênea.

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceita ou considerada como exata da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, OIT (2006) a expressão "economia informal" é preferível à expressão "sector informal" ⁴³, pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só sector de atividade econômica, mas sim de vários. Na perspectiva da referida organização:

A expressão "economia informal" refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos [OIT, 2006, p.7].

De acordo com os objetivos preconizados pelo presente trabalho, consideramos atividades informais *“todo um variado leque de atividades orientadas para o mercado e realizadas com uma lógica de sobrevivência pelas populações que habitam os centros urbanos dos países em desenvolvimento”* (LOPES, 1998: p.8). O peso sócio-econômico dessas atividades teria como base, dentre outros, os seguintes fatores:

- A sua capacidade em absorver os trabalhadores que de outra forma não teriam trabalho nem rendimentos;
- A maior parte daqueles que entram na economia informal não o fazem por escolha, mas por necessidade absoluta;

⁴³ Segundo a referida instituição esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre atividades formais e atividades informais.

- Ser uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, pelo fato de ter um acesso relativamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem grandes meios técnicos ou financeiros;
- Permite também satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos.

No contexto em análise a economia ‘informal’, assim como o comércio, surge como estratégia de sobrevivência dos pobres por incapacidade do que se chama por economia formal em absorver o fator trabalho e de gerar rendimentos. Trata-se ainda de uma consequência de desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas. O comércio ‘informal’ termina, nesse caso, por se sustentar da economia e do comércio ‘formal’, estabelecendo relações de reforço mútuo [...] (MOSCA, 2009).

Temos reforçado a idéia de que a existência das atividades informais em Angola não ser um fenômeno recente. Tratava-se de um sector relativamente fraco e encontrava o seu espaço na periferia da economia formal, fortemente estruturada e caracterizada por uma crescente indústria manufatureira. Eram constituídos por artesões, trabalhadores qualificados e comerciantes retalhistas que vendiam nos mercados, num espaço regulamentado para venda. Isto supunha ser detentor de uma licença dos produtos vendidos que eram de origem agropastoral ou de registro de comércio das atividades exercidas; da mesma forma também era o pagamento de impostos ou de taxas sobre o montante de negócios realizado. A amplitude e as dimensões tomadas por este sector, nestes últimos anos, são uma consequência dos efeitos e fatores provocados pela situação largamente evocada nas linhas anteriores, a crise social e econômica que o país atravessa e as suas repercussões. Constitui pela sua dinâmica um elemento de resposta às disparidades registradas na maneira de gerir os recursos do país e sua redistribuição não equitativa entres os agentes (NZATUZOLA, 2006).

2.1. Economia, política e sociedade na nação angolana

No contexto angolano, Luanda desde então desempenha um papel central no âmbito econômico e político do país. A sua importância política e econômica, resulta da concentração das infra-estruturas como o porto, aeroporto, ferroviárias e rodoviárias que asseguram a ligação entre o litoral e o interior do país, os espaços exteriores, com a sede do Governo Nacional e Provincial e com a presença de representações internacionais. Com uma população estimada em

cerca de cinco milhões de habitantes, perfazendo cerca de um quarto da população angolana, Luanda é hoje o maior mercado do país, albergando possivelmente, a maior fração da força de trabalho ativa na economia informal (AIP, 2006). Nas últimas duas décadas do século XX, a cidade passou por transformações sociais, que incluem os efeitos do longo período de conflito armado, uma urbanização rápida que conduziu a mudanças também rápidas aos mais diversos níveis, caracterizado pelo rápido crescimento da população e a incapacidade das estruturas estatais em proporcionar o básico para uma existência mais condigna perante o agravar das situações de pobreza e exclusão social.

Em 11 de Novembro de 1975, após longo período de luta de libertação (que eclodiu declaradamente em 1961), Angola alcança a sua independência, tomando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), as rédeas da condução da jovem república. Estabeleceu-se de forma unilateral a República Popular de Angola, orientada para um modelo socialista, com a cooperação da Ex-União Soviética. Desde então, os outros dois Movimentos de Libertação preteridos na tomada do poder político nomeadamente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)⁴⁴ declaram guerra ao MPLA. Daí que, desde a proclamação da sua independência, o país passou por um longo período de conflito que se estendeu até o ano de 2002. Este conflito conheceu duas fases distintas: O conflito durante a 1ª República (1975-1991) e o conflito durante a 2ª República (1992-2002). Mas a segunda fase deste conflito foi particularmente notável, não só devido à extrema violência que assumiu, mas também devido às várias tentativas de resolução pacífica do conflito⁴⁵. A morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA a 22 de Fevereiro de 2002 marcou uma fase com novas perspectivas de paz para Angola. Algumas semanas após a sua morte foram dados vários passos para o alcance efetivo da paz. Em 4 de Abril de 2002, um Memorando de Entendimento foi assinado no Luena, província do Móxico, entre as Forças

⁴⁴ O primeiro liderado por Holden Roberto e o segundo por Jonas Malheiro Savimbi.

⁴⁵ Dentre essas tentativas destacam-se, os Acordos de Bicesse assinados em 1991 entre o Governo angolano e a UNITA tiveram como principais resoluções a assinatura do cessar-fogo por ambas as partes envolvidas no conflito armado que já durava há longos anos, a transição política do sistema monopartidário para o multipartidário e a conseqüente convocação das primeiras eleições gerais marcadas para Setembro de 1992. Prevvia-se assim, com todo este processo, a pacificação total no território nacional. No entanto, sucedeu-se completamente o contrário; com a vitória do MPLA nas eleições gerais e a conseqüente contestação dos resultados por parte da UNITA conduziu o retorno ao conflito com proporções ainda mais alarmantes e destruidoras. Este conflito notabilizou-se pelo caráter extremamente destrutivo e pelas violações sistemáticas das leis de guerra e dos direitos humanos⁴⁵. O Protocolo de Lusaka assinado em 1994 encerrou este novo conflito militar por pouco tempo. Quatro anos mais tarde, isto é em 1998, Angola estava outra vez mergulhada numa guerra que apenas conheceu o seu termo definitivo em Abril de 2002 com a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, dois meses após a morte do líder da UNITA.

Armadas Angolanas e liderança militar da UNITA, pondo fim a cerca de 30 anos de guerra civil em Angola.

Nas vésperas da independência, no início dos anos 70, Angola era o quarto produtor mundial (depois do Brasil, Colômbia e Costa do Marfim) de café (seu principal produto de exportação até 1973).⁴⁶ O terceiro produtor mundial de sisal e outras produções agrícolas como o tabaco e o algodão. Tratava-se de uma economia baseada no setor primário, com ênfase para a agricultura comercial, evidenciando um baixo investimento na formação do capital humano e um desenvolvimento regional marcadamente desigual. A partir dos meados da década de 60, com o levantamento das restrições aos investimentos estrangeiros, o setor extrativo com produção petrolífera, diamantífera e de ferro ganha nova dinâmica. No caso do diamante, elevou o país, ao nível de quarto maior produtor mundial, isto no início da década de 1970 (AIP, 2006). Os produtos agrícolas, e os produtos minerais não derivados do petróleo, no princípio da década de 70, representavam a quase totalidade das divisas do país, na década de 80, a sua contribuição nas receitas do Estado tornou-se quase marginal. Os petróleos acabaram por dar ao país uma estrutura econômica nova, completamente distinta da estrutura herdada do colonialismo, colocando os dirigentes do país diante de novos desafios [...] (CALEY, 1996, p.136).

Tabela 1 - Estrutura das exportações de Angola
(em percentagem)

	1978	1985	1988	1989	1990	1991	1992
Petróleo bruto, prod. Refinados e gás natural	66.4	93.0	90.6	91.0	93.8	92.0	92.6
Diamantes	8.6	3.3	7.4	7.6	6.2	5.5	7.3
Agro-alimentares (nomeadamente café)	23.3	3.5	0.8	0.4	0.1	0.1	0.1

Fonte: Ferreira (1995) apud Caley (1996, p.140)

⁴⁶ De referir que a produção de café atingiu um crescimento acentuado entre 1941 e a primeira metade da década de 1970, passando de 14. 184 toneladas em 1941 para cerca de 242. 000 toneladas em 1972/73 (Hodges, 1987 apud AIP, 2006, p.9).

Pelo que indicam alguns estudos, o ano de 1974, período mais próximo da transição para independência, foi um momento particularmente difícil. Neste período Angola apresentava as características essenciais de uma economia colonial, desarticulada no seu interior – economia em vias de formação – e articulada externamente a metrópole colonial (ROCHA, 1986). Com a independência, se evidencia um clima de degradação econômica e de recomposição do tecido social angolano. A descrição que se segue, espelha bem o contexto econômico, social e político que se viveu nos primeiros momentos de independência:

Em 1975, o nosso povo conquistou o direito à autodeterminação e independência, mas, lamentavelmente, em situação de guerra civil. Com o alastramento da guerra, mais de 350.000 quadros, portugueses e angolanos, abandonaram o nosso país. De repente, perderam-se, mais ou menos, 30.000 técnicos superiores e médios; cerca de 153.000 viaturas, das quais 28.000 veículos pesados, ficando o parque automóvel reduzido a 8.000 meios rolantes; embarcações pesqueiras foram desviadas para outros países; perto de 2.500 empresas do sector produtivo deixaram de funcionar; dezenas de pontes foram destruídas; serviços de administração pública e estabelecimentos comerciais deixaram de funcionar... Só, entre 1975 e 1982, as invasões levadas a cabo pelas forças do apartheid causaram prejuízos a Angola, estimados em cerca de 12 mil milhões de dólares (ZAU, 2008, p.?).

As circunstâncias em que se deu independência determinaram profundas alterações no modelo organizativo político-econômico de Angola. O comércio interno, pela instauração de um monopólio de Estado⁴⁷, passou a garantir o abastecimento das populações através de empresas estatais grossistas e retalhistas (RODRIGUES, 2006). Segundo algumas estimativas, a economia angolana atinge o seu ponto mais baixo em 1976, havendo uma ligeira recuperação até inícios da década de 1980. Nesse período, segundo dados apresentados por Rocha (1986), o sistema de preços deixa de traduzir os custos reais de produção e a escassez relativa dos recursos e produtos, as unidades industriais enfrentam problemas diários de elaboração, decorrentes de paralisações, cortes de energia, falta de matérias-primas, ausência de enquadramento técnico e gestão. A escassez de produtos, os seus racionamentos e distribuição centralizada, associados a um crescimento acelerado da população e ao esvaziamento progressivo do poder de compra dos salários da função pública, refletiram-se rapidamente na procura desses bens. A busca por obtenção de rendimentos adicionais nos mercados paralelos, em particular nos que começavam a surgir, nos últimos anos da década de 70, nos bairros periféricos, foi a tentativa para responder à demanda da população. A essa altura, como aponta o Jornal de Angola:

⁴⁷ Esse processo de estatização das economias, ou as suas circunstâncias foram semelhantes em quase todas as ex-colônias portuguesas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe.

Assistimos ao aparecimento de praças paralelas, em algumas áreas da capital, com nomes viajados do outro lado do Atlântico, por exemplo, a chamada “Roque Santeiro”. O maior espanto consiste em saber como, por quem, são abastecidos com tanta coisa de lá de fora em quantidades invejáveis. De tudo um pouco existe, tanto no “Cala-Boca” como no Roque Santeiro com maior expoente para o último neste momento, não esquecendo algumas sucursais eu estão a ser “promovidas”, como uma delas a do Calemba (JORNAL DE ANGOLA, 26/07/87)

Em função desta resposta popular, aqui importa referir que a reação da população não se limitou apenas a explosão de novos mercados, mas, também a uma série de “estratagemas” cotidianos. Como se pode exemplificar, a opção pela pluriatividade, geralmente uma no funcionalismo público e outra no sector não oficial. Grande parte dos produtos comercializados nos mercados paralelos provinha de desvios efetuados por funcionários das instituições ligadas ao comércio interno. Muitos cidadãos possuem mais de um cartão de abastecimento também com conivência de funcionários estatais. Tais “esquemas”⁴⁸ encontraram cumplicidade dentro das instituições do Estado. Parece ser nesta época que, na ausência de um diálogo Estado e Cidadão, incrementam-se as intermediações com o poder público, que resulta no aumento do tráfico de influência: expressos na figura dos “padrinhos”⁴⁹, na existência dos “corredores” ou na prática da “gasosa”.⁵⁰ Deste modo, verifica-se dois movimentos distintos da emergência de empresários nacionais em Angola: 1) aqueles que provêm do sector informal, basicamente no comércio e na agricultura; 2) os que provêm da administração pública ou do sector estatal, em vias de privatização num sentido “de cima para baixo” ao invés do anterior (MURTEIRA, 1995).

⁴⁸ O termo entrou para o vocabulário da língua portuguesa angolana como capacidade de criar certas estratégias de solução de alguns problemas, no geral relativo à sobrevivência e com o tempo ligado a atos de corrupção.

⁴⁹ No contexto angolano figura influente que abre os corredores, aquele que presta tráfico de influência.

⁵⁰ O que se foi verificando desde as independências aos dias de hoje, traduz uma situação de absoluta perda de consciência dos problemas substantivos do continente. Na mesma esteira, se tem argumentado que, o facto de a tarefa de modernização das sociedades africanas ter sido assumida, no período pós-colonial, por uma elite política que, em vários momentos da história dos países africanos, se apresenta como agentes do subdesenvolvimento, uma vez que, com suas práticas contribuem de maneira decisiva para a perpetuação desta situação. Esta visão tem sido corroborada, por uma parte considerável da nova vaga de estudiosos africanos. Nesta esteira, Kajibanga (2002) considera que, o primeiro aspecto que caracteriza a crise do Estado pós-colonial em África, tem a ver com a venalidade da elite política, da classe dirigente que toma o poder. Segundo este estudioso, a “*elite que tomou o poder nos Estados africanos pós-coloniais corresponde, na maioria dos casos, à descrição do sociólogo italiano Gaetano Mosca “ classe dirigente”*”. Tendo esta, concentrado simultaneamente em suas mãos, o poder socioeconómico, político, cultural e militar” (KAJIBANGA, 2002, p.). Na mesma senda, Tshiyembe e Bukassa, apresentam a classe dirigente africana nada mais, nada menos como “ (*... um batalhão de predadores engajados ou de sanguessugas cuja principal bravura é a de não distinguirem os bens públicos dos seus próprios bens*”. Na opinião destes dois cientistas sociais africanos, a classe dirigente, assume-se regra geral, como uma aristocracia burocrática e não como agente de promoção do desenvolvimento (apud Kajibanga (2002, p.31)”. Total disfuncionalidade estrutural, irracionalidade cultural e vulnerabilidades de índole política, económica, social e militar, são segundo estes autores, os aspectos estruturais do Estado pós-colonial.

Perante o incremento das práticas econômicas paralelas, vamos assistir a uma atitude de reação repressiva por parte das autoridades públicas e, à medida que se acentuava a crise econômico-social e se configuravam os elementos potenciais de uma explosão social de conseqüências imprevisíveis, impõem-se a necessidade de ter em conta o fenómeno informal e de tentar contê-lo. Adotando um tom agressivo, declara-se guerra ao mercado paralelo, por essa altura, apelidado de Candonga⁵¹ ou Processo 500:

O processo 500 foi já longe de mais; pois, tal comportamento, que não se coaduna com o que pretendemos que seja a nossa sociedade, ganhou proporções tão grandes que certamente só um conjugado de esforços a nível superior, será possível seu combate. Que desde já o processo 500 seja agendado no quadro das prioridades como uma direção de combate a considerar, é preciso, é imperioso que se mova uma ação eficaz de desencorajamento contra todos os indivíduos que alimentam os mercados paralelos a partir das portas da Loja Franca, sancionando todos os que, ostensivamente se manifestam contrários às leis vigentes na República Popular de Angola (JORNAL DE ANGOLA, 13/02/87)

2.1.1 Economia angolana e o contexto internacional

A partir dos finais da década de 80, com a implementação dos programas neoliberais de ajustes, o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial- BM, passam a dominar o cotidiano da política econômica dos países penhorados. Nesse sentido, as reformas exigidas por estas organizações evidenciam Estados amorfos e omni-impotentes (MURTEIRA, 1995). No que concerne ao papel do Banco Mundial, CASTRO (2004) defende a tese segundo a qual:

A intervenção que sugere para as chamadas nações em desenvolvimento tem raízes numa determinada concepção de mundo, que interpreta as relações no cenário mundial como um sistema orgânico, no qual cada país tem uma determinada função na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, é entregue aos países

⁵¹ Trata-se de um termo de origem Kimbundu que entra no vocábulo do português falado em Angola para designar o negócio ilícito e clandestino enquanto fonte de enriquecimento, especulação no mercado paralelo, comércio de rua. Nesse sentido, é candongueiro o sujeito que exerce uma atividade à margem da lei. Inicialmente aplicada a todo tipo de atividades paralelas que se começaram a multiplicar no final dos anos 70, no quadro da economia centralizada de matriz socialista, a designação acabou por ficar confinada aos operadores envolvidos no transporte não oficial de passageiros e mercadorias. Atualmente verifica-se uma tendência de substituir o termo candongueiro por Taxistas.

subdesenvolvidos o papel de produtores de bens primários e de manufaturas com baixo valor agregado e baixa consistência tecnológica. O desenvolvimento almejado para os mesmos é algo, portanto, limitado, no qual não amadureceriam uma capacidade tecnológica e científica mais complexa, mantendo-se sujeitos ao que é produzido pelas potências industriais (CASTRO, 2004, p.).

Nesse sentido, Gonçalves e Junior (2002), referem que a presença do Banco Mundial e de outras instituições de organização do capitalismo internacional, como estimuladores e financiadores, revela que os estudos da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre o sector informal, certamente não foram alimentados pela mera curiosidade científica, ou por preocupações sociais e econômicas, tendo suas origens enraizadas nas "preocupações" dos países onde se concentra o capital, em compreender sobre que condições estavam estabelecidas as relações produtivas nos países que não passavam por um processo de industrialização ou eram semi-industrializados, para assim traçar, a partir das informações encontradas, formas de desenvolvimento e de fortalecimento das relações capitalistas de produção nestes territórios. A respeito desta ideia de mundialização da economia, Rocha refere que:

A integração global e a mundialização andam a par com o neoliberalismo que, na sua tese fundamental, sustenta que o mercado é bom e as intervenções do Estado más: desregulamentação em vez de supervisão do Estado, liberalização do mercado e da circulação de capitais e privatização das empresas nacionalizadas, são estas as armas estratégicas com que a doutrina da mundialização se apresenta e que praticamente todas as economias do mundo têm de seguir para serem competitivas (ROCHA, 2004, p.89).

Este quadro faz com que Murteira (1995) ao caracterizar o período histórico no qual se desenrolaram as independências das ex-colônias portuguesas, apresente alguns marcos históricos mundiais importantes que vão caracterizar este contexto, mormente: 1) a crise econômica mundial de grandes proporções; 2) afirmação da nova ordem econômica internacional e dos princípios do desenvolvimento auto-centrado, como características ideológicas do terceiro mundo. Na opinião do referido autor, a ideologia que reinava era que, *“à independência política seguiria a libertação econômica com relativa desconexão do sistema capitalista. Daí que, por posição ideológica e por forças das circunstâncias vai se assistir uma ampla estatização das suas economias, com particular incidência no sector comercial”* (MURTEIRA, 1995, p.).

Diante desta panorâmica, fica cada vez mais em evidência a idéia de que, os programas de desenvolvimento e as políticas econômicas estarão, invariavelmente, condenadas ao insucesso se concebidas e elaborados sem a conjugação de fatores econômicos, sociais e

culturais, sendo nesta complementaridade que o pensamento africano se deve constituir e aprofundar, de modo a serem apresentadas alternativas muito mais credíveis para a ultrapassagem do atraso econômico do continente (ROCHA, 2004). Ainda assim: “*mesmo depois das demandas para o desenvolvimento terem se evidenciado em autênticos fracassos, a cooperação para o desenvolvimento, continua mesmo sem desenvolvimento*” (MILANDO, 2005, p. 14).

Nesse contexto, em 1987, Angola entra num processo de transição econômica, saindo gradualmente de uma economia centralizada e planejada para uma economia de mercado. O programa de **Saneamento Econômico e Financeiro** (SEF), tendo apoio de instituições estrangeiras, foi à via apontada pelo Comitê Central do MPLA, na sua XIX Sessão Ordinária, para implementação das decisões saídas do II Congresso, constituindo seu objetivo fundamental, à criação de condições para o processo de estabilização e recuperação econômica através da aplicação de uma revisão do sistema de direção da economia e do saneamento das contas do país (JORNAL DE ANGOLA, 01/11/87) O referido programa implantava “*propostas típicas de uma “economia de mercado”, exigindo ajustes cambiais, melhoria de eficiência, valorização do sistema de preços e da concorrência, revelando, de certo modo, alguma consonância com os propósitos encontrados nas posições liberais das citadas instituições internacionais*” (MENEZES, 2000, p.37-38.).

Contudo, a adoção dessa tendência econômico-política exigiu uma nova aparência política: o multipartidarismo, a transição política do monopartidarismo para o multipartidarismo, e com ela a transição econômica da economia de controlo estatal para uma economia de mercado, só se efetivou entre 1991/1992. Essa reorientação da economia angolana, avança o autor acima citado, apresentou três fases distintas: i) uma aproximação às instituições multilaterais de fomento internacionais; ii) o aconselhamento dos técnicos desses organismos às autoridades angolanas, possibilitando a incorporação de idéias sobre a necessidade de reformas econômicas; iii) a implementação das medidas práticas de reformas (programas de estabilização) que conduziram a mudanças de rumo. (MENEZES, 2000, p.336) É importante salientar que, já por essa altura a economia informal deixa de ser meramente paralela e passa então a ocupar um papel central, já que grande parte das estratégias de sobrevivência dos luandenses girava em torno dela (FILHO, 2000).

2.2 Dinâmicas do mercado de trabalho

Durante o período de conflito, a dinâmica do mercado de trabalho em Angola foi grandemente afetada. A guerra trouxe a desestruturação econômica e social do país, afetando primeiramente e de sobremaneira as zonas rurais onde até então vivia cerca de 70% da população angolana, sendo que por altura da independência se estimava que 60% de toda a força de trabalho angolana trabalhava na agricultura. O conflito armado interrompeu as atividades agrícolas, levou ao encerramento da maioria do parque industrial, à distribuição de pontes, estradas, barragens e caminhos-de-ferro e à ruptura gradual do sistema de saúde e de educação (PEREIRA, 2004).

O quadro de violência, caracterizado pelo o terror dos massacres, da queima das habitações, das pilhagens, dos raptos e das violações, fez com que parte significativa desta população abandonasse o interior do país e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de trabalho e de segurança. As áreas urbanas como resultado destas deslocções, conheceram um crescimento populacional extremamente rápido, sendo a cidade de Luanda pela relativa estabilidade sócio-política constituiu o principal pólo de atração para estas migrações. Estima-se que no ano de 2002, numa cidade inicialmente projetada para albergar 500 mil habitantes, viviam em Luanda mais de quatro milhões de pessoas sendo muitas vezes referidos valores próximos dos quatro a cinco milhões⁵². Conforme relatam Robson & Roque (2001):

Luanda, a capital do país, sob uma pressão tem conhecido um explosivo e descontrolado crescimento populacional induzido pelas sucessivas vagas de guerra, pelos imigrantes atraídos à cidade pela miragem de melhores condições de vida e por elevadas taxas de crescimento natural.⁵³ A cidade constitui o refúgio mais procurado durante as guerras que tiveram lugar ao longo dos anos 90.⁵⁴ A cidade estendeu-se ainda mais, foram ocupadas áreas novas nos municípios de Cacuaco, Samba, Viana e Kilamba Kiaxi (ROBSON & ROQUE 2001, p. 34).

⁵² Um dos efeitos do quadro de transformações sociais que caracterizaram a cidade de Luanda, acentou a sua característica cosmopolita, albergando populações vindas do interior do país, mas também pessoas das diferentes partes do globo particularmente o crescente número de imigrantes provenientes de países africanos.

⁵³ O conflito militar, agudizou o isolamento e a crise econômica nas zonas rurais e, contribuiu para o abandono do campo para as cidades, sobretudo da população jovem, mesmo quando a insegurança não está em causa. As pessoas migram (e se deslocam por isso) e por vezes se declaram deslocadas por várias razões: não apenas devido a uma ameaça direta ou a um acontecimento definido, mas também devido ao colapso da economia, a um sentimento de insegurança, a rumores ou boatos de ataques iminentes ou por sentirem uma ausência de perspectiva e de esperança no lugar onde vivem (Robson e Roque, 2001, p.44).

⁵⁴ No ano 2000, estimava-se que 20% da população de Angola residia em Luanda e que 17% viva em outras áreas urbanas

Esta súbita concentração de pessoas nas áreas urbanas, aliada as mudanças estruturais que ocorreram na economia angolana devido ao conflito armado, gerou uma procura acentuada por trabalho, forçando um grande número de pessoas a encontrar várias formas de sobrevivência nas atividades informais, a cidade de Luanda apesar de mais segura, não apresentava postos de empregos suficientemente disponíveis.⁵⁵ O Estado foi capaz de criar novos empregos ao mesmo ritmo em que as populações migravam para as cidades. Estado não teve também capacidade de assistir condignamente estas populações, impossibilitados de empregos no sector formal, “inventaram” empregos para si próprios e para os seus familiares. Abriu-se deste modo o caminho para o enorme desenvolvimento das atividades comerciais informais, verificados, nos inícios da década de 90.

Tabela2: Distribuição da população Urbana e Rural e densidade Demográfica, Angola 1970-2005

ANOS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)		DENSIDADE DEMOGRÁFICA
	Urbana	Rural	Total
1970	14,1	85,9	4,5
1980	25,4	74,6	5,7
1990	38,7	61,3	7,7
2000	48,4	51,6	10,5
2005	49,0	51,0	12,2

Fonte: Ribeiro (2007) apud Serra (2007, p.2)

Como já dito, o período de 1992-2002, torna-se um marco histórico particularmente importante para análise das dinâmicas do mercado de trabalho angolano. Denominado de “tripla-transição e o exacerbar da crise social” (A-IP, 2006), tem início logo a seguir as eleições de Setembro de 1992 e, marca um processo de profundas alterações na situação socioeconômica do país, como resultado de três tipos de transição que ocorreram em simultâneo: i) a transição de um regime político monopartidário para um regime democrático pluralista; ii) a transição de uma economia de planificação centralizada para uma de mercado; iii) a transição de um período de guerra para outro de paz, o que pressupõe uma reorientação do processo de planificação política de situação de emergência para outra de desenvolvimento de longo prazo (A-IP,2006).

⁵⁵ O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1998) conclui que os pobres urbanos são geralmente migrantes das áreas rurais.

Neste referido período vamos verificar um considerável aumento e dinâmicas das atividades do sector informal urbano de Luanda. O rápido aumento das populações nos centros urbanos⁵⁶, agravado pelos grandes influxos de deslocados e o crescimento bastante lento das oportunidades de emprego, os salários pouco atrativos do setor formal, fizeram de Luanda o maior viveiro de “esquemas” de sobrevivência. A função pública aumenta drasticamente a sua contribuição para a formação do sector informal, sendo que entre 1994/1995, o sector passa dos 37% para 57% (SOUSA, ADAUTA, 1996).

No final do período, os indicadores sociais do país situavam-se entre os piores do mundo, refletindo uma clara degradação das condições de vida dos angolanos. A incidência de pobreza que em 1995 estava estimada em 61%, atingia os cerca de 68% enquanto a pobreza extrema duplicava no mesmo período, passando de cerca de 13% em 1995 para cerca de 26% em 2001 (Ibidem). Entre 2002 e 2004 registrou-se uma expansão da economia angolana, o PIB cresceu a uma rápida taxa anual de 9,7%; entre 2005 e 2007, esperava-se um aumento do PIB até 18%. Nas áreas urbanas, o índice de Gini de desigualdade aumentou de 0,45 em 1994-95 0,5 em 2001. O acesso a serviços de saúde e de educação de qualidade, ambos em fase crescente de privatização, é um privilégio que apenas pode ser sustentado pelos mais ricos (SOGGE, 2006).

Tabela 3 - Incidência da pobreza, 1995 e 2000/2001

	Grupos de pobreza	Agregados familiares (%)	Indivíduos (%)
1995	Não pobres	39,2	33,0
	Moderadamente pobres	49,5	56,6
	Extremamente pobres	11,3	13,4
2000/2001	Não pobres	36,8	31,8
	Moderadamente pobres	38,5	41,9
	Extremamente pobres	24,7	26,3

Fonte: Vletter, 2002 (INE, 2001)

Este período, conforme referência feita atrás coincidiu com o reinício do conflito armado em proporções ainda mais alarmantes e destruidoras. A intensidade do conflito aumentou a pressão contínua sobre os grandes deslocamentos populacionais acelerando o processo de urbanização num cenário marcado pelos altos índices de pobreza e escassez de oportunidades de emprego. Famílias inteiras foram forçadas a “procurar a vida” no atraente

⁵⁶ A proporção da população urbana estimada em 66% e da população rural de 34%, o que é quase o oposto da situação em meados dos anos 90.

mercado informal, como fonte alternativa de rendimento.

A capital do país transformou-se naquilo que é talvez o maior laboratório de estratégias de sobrevivência do mundo, já que os meios de subsistência mais convencionais, como o emprego assalariado, ou não existem ou não são atrativos. Centenas de milhar de residentes urbanos sobrevivem, convertendo pacientemente um reduzidíssimo capital em rendimento (VLETTER, 2002, p.9).

Estima-se que 27% dos agregados familiares angolanos são chefiados por mulheres e mais de metade das mulheres chefes de agregados familiares não sabem ler nem escrever, com disparidades muito elevadas entre homens e mulheres. Como razões subjacentes ao incremento de agregados familiares encabeçados por mulheres são várias, tem-se apresentado a guerra e seu impacto como responsáveis pelo aumento do fardo de trabalho das mulheres. elas assumiram uma maior responsabilidade pelas atividades desenvolvidas normalmente pelos homens como a provisão do lar, disciplina dos filhos, construção e reparação de casas, contacto com os líderes comunitários e cumprimento de obrigações sociais e religiosas (DUCADOS, 2002).

Em 2001 os gastos com o setor da educação representam apenas 4.7 das despesas orçamentais totais em Angola. Apenas 54% das mulheres sabem ler e escrever em contraste que 82% de homens, o que significa que os homens têm uma probabilidade de 50% maior de serem alfabetizados. Os efeitos da pobreza nas discrepâncias de gênero parecem indicar que os agregados familiares, tendem a dar prioridade à educação dos rapazes. Quando não existem recursos suficientes para enviar a escola todos os membros do agregado, parece ser as raparigas que se encontram privadas de freqüentar o ensino e, em grande parte dos casos serem mobilizadas para exercerem algum tipo de negócio, para captação de recursos para o sustento da família (MICS,). Essa situação reflete também o fraco investimento que o governo Angolano tem feito no setor educativo, estando por bastante distante da média dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da Á SADC, como ilustra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Percentagem dos setores da Educação nas despesas governamentais nos países membros da SADC (1997-2001)

Países	Percentagem do setor da educação nas despesas governamentais
Angola	4.7
Zâmbia	9.6
Tanzânia	13.6
África do Sul	22.1
Zimbábwe	23
Botswana	23.1
Namíbia	24.3
Média SADC	16.7

A essa altura, o mercado de trabalho em Angola, é claramente dualista, onde a economia formal abrange apenas uma parte minoritária da população economicamente ativa; um elevado nível de abandono escolar, provocado por uma pressão antecipada sobre o mercado de trabalho, principalmente de força de trabalho não qualificada. Como por exemplo a necessidade de se enquadrar os excedentes militares, refugiados e mutilados de guerra que necessitam de uma reinserção laboral que se adapta as suas condições psicossociais (VLETTER, 2002).

Nessa época, as atividades do sector informal urbano se encontram em todos os sectores da economia incluindo transporte, comunicação, construção civil, micro e médias atividades artesanais e indústrias, confecção de vestuário, intermediário financeiro, atividades comerciantes a retalho ou a grosso, industriais, confecções de vestuário, intermediário financeiro, atividades comerciais a retalho ou a grosso, indústria alimentar, indústria de mobília e a agricultura. Os seus agentes incluem sapateiros, vendedores ambulantes, vendedoras dos mercados, agentes de câmbio, restauradores, taxistas e mecânicos auto, sendo constituídos na sua maioria por mulheres. Além de incluírem grupos de jovens desempregados e menores, deslocados de guerra, soldados desmobilizados e trabalhadores do sector público. O comércio itinerante, o transporte e carregamento de mercadorias, os serviços de transportes informais e a venda têm sido apontados como uma das principais formas de se exercer o trabalho informal (PNUD, 1999).

Em Angola e particularmente em Luanda, a relação entre os dois sectores é quase permanente, e há tendência do sector informal ganhar mais preponderância. A crise, em que o mercado vive ensombrado por elevadas taxas de desocupação, deixa em aberto a possibilidade cada vez maior para o crescimento do mercado informal (LAUTIER apud VAN-DÚNEM,

2001, p.21). Desta feita, o mercado de trabalho apresenta traços característicos, podendo-se destacar os seguintes: a supremacia do sector informal na economia; população ativa majoritariamente jovem; desemprego feminino majoritário, para além de uma fraca inserção da pessoa portadora de deficiência física no mercado de trabalho (BAPTISTA, 2005, p.33).

Uma das características marcantes do mercado informal em Luanda, como já foi dito antes, é, portanto a participação majoritária da população feminina. Para esse estrato da população, o comércio a retalho e a intermediação financeira têm sido as atividades mais frequentes. No que diz respeito ao sector formal, destaca-se a diferenciação do desemprego quanto ao sexo. O desemprego é superior entre as mulheres no emprego formal e deixa em aberto a possibilidade de um aumento cada vez mais da participação feminina na liderança das estratégias de sobrevivência e auto-emprego. A dificuldade das mulheres ingressarem no mercado de trabalho e a sua participação, em massa, no mercado de trabalho informal, permite em muitos casos que seu rendimento seja um contributo significativo no suporte do agregado familiar (VAN-DÚNEM, 2001, p.20-23). Em 1995, na cidade de Luanda, a taxa de desemprego era maior no seio das mulheres (36%) do que entre os homens (29%) As causas dessa situação podem ser encontradas nos seguintes aspectos (CARVALHO, 2002 KIAMPUKU apud BAPTISTA, 2003, p.34): A pouca oferta de empregos no sector formal; o mais baixo índice de escolaridade que existe no seio das mulheres.

O sector petrolífero, caracterizado por taxas de investimento altas e pela presença dominante do capital estrangeiro, tem como contraponto o resto da economia que se encontra apoiada num aparelho produtivo precário, com sectores agrícolas e industriais paralisados e com um sector não estruturado em crescimento (VAN-DÚNEM, 2001, p.17). A indústria do petróleo é um enclave, se tivermos em conta que emprega menos de onze mil pessoas e quase não ter qualquer ligação forward (para frente, ex. indústria petroquímica) ou backward (para trás, ex. fornecimento de serviços, equipamentos) com a economia onshore (de base agro-industrial). Entretanto, Caley (1996) no seu estudo a que temos feito referência, mostra como essa pequena minoria que consegue emprego no setor petrolífero, tem usufruído de regalias sociais e salários muito superiores, o que tem se revelado uma afluência de quadros para esse setor. O que vários estudos têm mostrado (INE-MICS, 2001; Relatório Económico de Angola, 2005) é que o crescimento baseado no setor petrolífero não se traduz automaticamente numa extensa redistribuição dos rendimentos e numa criação de emprego. No caso da indústria diamantífera proporciona mais empregos, mas encontra-se limitada de modo semelhante (SOGGE, 2006, p.23).

O fato de a oferta ser inferior à procura faz com que os critérios de seleção sejam bastante subjetivos sendo influenciados por fatores familiares (identidades sociais) ou por fatores políticos (identidades políticas) ou ainda por fatores de caráter regional ou étnico (identidades regionais ou étnicas). Referir que o fato de a atividade das companhias petrolíferas não ter sido afetada pela guerra, uma vez que as áreas de operação se situavam longe do campo de conflitos, foi decisivo para um crescimento sem precedentes desse setor (CALEY, 1996). A estagnação do setor não-petrolífero da economia tem resultado altos níveis de desemprego e subemprego, sobretudo nas áreas urbanas, que como temos vindo a referir, tiveram um crescimento populacional extremamente rápido nos últimos anos. É nesta atmosfera de aumento populacional e carências econômicas, que as atividades informais vai se tornar na tabua de salvação para o grande contingente da população nas cidades.

Fatores socioeconômicos e culturais engendram uma situação em que a maior parte dos esforços de desenvolvimento, que se verificam no país, tende a ignorar o potencial da contribuição econômica e social da mulher e, por conseguinte, falham na mobilização e aproveitamento dos benefícios do recurso humano vital que constituem (SERRA, 2007, p.4). A este respeito, os resultados de um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PUND (2000) denominado “*Políticas de Redução da Pobreza, Procurando a Equidade e a Eficiência*”, confirma a existência da maioria de mulheres no mercado informal: na altura a realização do referido estudo 47% das mulheres trabalhava no sector informal, em comparação com 27% de homens. O estudo constatou ainda que mais de metade dos adultos urbanos economicamente ativos trabalhavam no sector informal. Como percentagem da população adulta (entre 15 e 60 anos), 37% trabalhavam no sector informal, 35% trabalhavam no sector público e no sector formal, ao passo que 28% eram estudantes ou não eram estudantes.

No ano de 2002 estimava-se, que as mulheres ocupavam 63,5% dos empregos no sector informal e 33% no sector formal (AGÊNCIA SUECA PARA O DESENVOLVIMENTO - ASDI, 2002). Em face dessa situação, temos assistido nos últimos tempos cada vez um número maior de mulheres assumirem um papel ativo na busca de recursos econômicos para a subsistência familiar. Todos os dias, ao sairmos a rua nos deparamos com centenas de mulheres que percorrem as artérias da cidade, vendendo produtos de várias espécies, se precipitando em busca de clientes. Outras tantas configuram de grosso modo as bancadas e as margens dos mercados informais da capital. Grande parte delas, chefes de famílias sacrificando-se em prol dos filhos e marido, para as quais em grande medida constituem as únicas fontes de sobrevivência.

Porém, as razões da deterioração da economia angolana não podem ser apenas atribuídas ao colapso daqueles setores e ao fator guerra, como é hábito afirmar. São também as políticas assumidas pelo Governo ou da incapacidade de as implementar, bem como fruto de atitudes e comportamentos coletivos e individuais que encontram uma explicação no passado histórico de Angola (CALEY, 1996, p.136).

No caso particular de Luanda, estudos realizados em meados da década de 90 dão conta que, as taxas de atividade por sector (formal e informal), são mais elevadas para o informal com desvios mais expressivos nas faixas etárias dos 10 aos 19 anos (adolescentes que abandonam as escolas e em situação econômica difícil; deslocados de guerra) e significativamente a partir dos 55 anos. Sendo que a taxa mais elevada de desemprego são encontradas no sector formal. A essa altura, o sector informal assegurava, de forma exclusiva, a subsistência de 42% das famílias luandenses e representava 56% de 1.017 milhões de pessoas que constituem a população economicamente ativa na capital angolana (SOUSA, ADAUTA.1996, p.6).⁵⁷

Constata-se a par disso, o acentuar das desigualdades sociais e dos níveis de pobreza num país em que o econômico e o social ainda se encontram reféns do partidarismo e da militância política. O país parece estar a viver a então denominada “*nova era das desigualdades*” (FITOUSSI & ROSANVALLON, 1997 apud RAMALHO & SANTANA 2004), caracterizada pela perda de institutos de proteção social, pelo aumento das taxas de pobreza global, pelo aumento das disparidades, e, sobretudo, pela ampliação das margens de vulnerabilidade social e econômica. O controlo sobre os sectores comerciais está geralmente nas mãos da elite política, de magnatas comerciais e oficiais do exército com poderes privilegiados para importar bens. O que se verifica, é o crescimento de uma economia do petróleo e elitista, enquanto, no campo da economia real: a pobreza e as desigualdades sociais se constituem em severas marcas do quotidiano de milhões de angolanos. Persistem e aumentam mecanismos de repartição desigualitária e assimétrica do rendimento nacional.

Persistem e aumentam, mecanismos de repartição desigualitária e assimétrica do rendimento nacional, a legislação não podia deixar de se refletir de maneira negativa na prática quotidiana dos operadores informais que assistem as suas aspirações e os seus direitos enquanto cidadãos constantemente violados.

⁵⁷ Isso num contexto em que a população empregada estimada para Luanda situava-se ao redor de 689 mil pessoas, das quais, 37% ligadas a atividades formais. A população feminina correspondia a 48.6% do total e concentra-se majoritariamente no sector informal com 63.5% dos postos de trabalho. Em contrapartida o sector formal é dominado pelos homens com 67% do total de empregos. Esta distribuição é indicadora de uma segmentação clara do mercado através da feminização do sector informal (SOUSA, 1996).

3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO

3.1 Objeto e delimitação do universo em estudo

Este capítulo tem por finalidade a descrição dos processos metodológicos adotados no decorrer da investigação, incluímos nele a descrição do desenrolar do trabalho de campo, a panorâmica do universo estudado, bem como os instrumentos e procedimentos de recolha e análise de dados. O presente estudo pode se definir como *compreensivo, descritivo e qualitativo*. Nesse contexto, será, pois, de registrar que, a questão central que se coloca neste tipo de análise, não é a definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente “representativos”, mas sim uma pequena dimensão de sujeitos “socialmente significativos”, reportando-os à diversidade das culturas, opiniões, expectativas e à unidade do gênero humano (GUERRA, 2006, p.20). Neste caso, trabalhar qualitativamente significa dar conta de entrelaçar a dimensão pessoal e subjetiva com a estrutura social. Sendo que, o relato de uma pessoa sobre a sua própria vida, seus valores, sua cultura, não podem deixar de conter dimensões subjetivas (GONÇALVES & LISBOA, 2007, p.87).

Antes de nos atermos aos aspectos acima mencionados, julgamos ser conveniente proceder a uma breve apresentação do grupo alvo da pesquisa, destacando a partida que o mesmo não constitui um grupo homogêneo, não obstante estarmos a agrupá-las sobre uma mesma denominação, a de comerciantes de rua.

As nossas interlocutoras serão aqui denominadas por comerciantes de rua, se tivermos em conta que, o termo será utilizado ao longo do trabalho, de forma genérica, para fazer menção às mulheres que desenvolvem atividade comercial na rua, fora dos mercados municipais.⁵⁸ Se apelarmos para forma do exercício da atividade, a pesquisa abarcou duas categorias: comerciantes fixas e ambulantes. No primeiro grupo trabalhamos com as cambistas de rua, habitualmente denominadas por kinguilas. No segundo temos as vendedoras ambulantes, apelidas de zungueiras. As duas categorias são constituídas majoritariamente por mulheres que trabalham por conta própria. Constituíram a «amostra» do estudo, (33) comerciantes dentre as quais (26) são zungueiras e (7) são kinguilas. O critério utilizado para seleção das entrevistadas foi o da representatividade social (GUERRA, 2006), ou melhor,

⁵⁸ Estes Mercados, segundo Lopes (2008), constituem um outro habitat para a atividade comercial informal. Estando o seu surgimento consubstanciado as necessidades de segurança quer física, quer em relação a perenidade dos direitos de propriedade dos vendedores de rua bem da necessidade de oferecer a clientela um leque mais diversificado de bens e serviços (com a finalidade de criar maior capacidade de atração).

selecionamos pessoas que consideramos serem capazes de comunicar as suas percepções da realidade através da experiência vivida e, excluindo qualquer pretensão em garantir a representatividade estatística do grupo. As entrevistadas estão diferenciadas segundo a idade, naturalidade, escolaridade, estado civil, número de membros no agregado familiar e tempo de exercício da atividade.

3. 2 As estratégias e técnicas de pesquisa

A escolha das práticas de pesquisa depende das perguntas que são feitas, e as perguntas por seu lado, dependem de seu contexto. Dai que, não há um modo ótimo de fazer pesquisa social, este caminho pode ser encontrado através de uma consciência adequada dos métodos, de uma avaliação das suas vantagens e limitações e de uma compreensão de seu uso em diferentes situações sociais, diferentes tipos de informações e diferentes problemas sociais (BAUER et. al, 2002).

Tendo em atenção estes procedimentos metodológicos, os dados da pesquisa foram recolhidos por um lado, por intermédio de entrevistas semi-estruturadas e por outro, mediante observações diretas do quotidiano dos entrevistados. A escolha dessas técnicas advêm do fato, de os considerarmos serem capazes de nos garantirem uma amplitude na descrição, explicitação e compreensão do nosso objeto de estudo. No caso da entrevista, partindo do pressuposto segundo o qual, ela é tanto mais proveitosa quanto os discursos são para os entrevistados um meio privilegiado de dar um sentido às suas experiências, uma ocasião de formularem, graças às palavras, os modos pelos quais atribuem um significado respeitante ao que viveram (SCHNAPPER, 2000, p.89). Por outro, a sua qualidade de adaptabilidade, uma vez que através dela podemos explorar determinadas idéias, testar respostas, investigar motivos e documentos, contribuíram de igual modo na sua escolha como instrumento privilegiado da pesquisa.

As entrevistas foram conduzidas com base numa grelha de temáticas pré-estabelecidas (ver anexos) e, a partir dessas foram sendo formuladas as questões para as entrevistas, enquanto que as outras que foram surgindo ao longo da pesquisa, serviram para repensar e readaptar as temáticas inseridas grelha. O que resultou, numa estrutura flexível de modo a garantir que todos os tópicos considerados cruciais fossem abordados, possibilitando desse modo, uma margem considerável de movimentos aos entrevistados.

Ao efetuar entrevistas buscamos garantir a participação voluntária das entrevistadas. As entrevistas não foram desenvolvidas de maneira uniforme, sendo que, algumas foram realizadas

apenas nos pontos de venda, ao passo que outras extrapolaram para os locais de residência, permitindo que se remarcasse conversa para um dia posterior. Para esse segundo caso, foi necessário apelar às redes de conhecimento entre pesquisador e vendedoras, pois, somente com a ajuda de algumas vendedoras conhecidas foi possível estabelecer um clima de confiança que permitisse ter acesso às residências destas ou retornar e localizá-las num dia posterior. Com o objetivo de garantir a captação das falas das entrevistadas, procedemos à gravação sonora das entrevistas. As transcrições foram efetuadas em consonância a realização das entrevistas.

Por seu lado, a utilização da técnica de observação direta⁵⁹ foi desenvolvida no sentido de, aliada as entrevistas poder nos permitir desvendar os traços específicos do fenômeno em análise, a concessão das anotações de campo, bem como possibilitar o mapeamento das áreas em estudo em termos de atividades, mercados e mercadorias, espaços existentes, nos quais se procurará identificarem acompanhar o cotidiano desses espaços de comércio, bem como as estratégias diárias dos seus atores: desde a negociação com a clientela, os espaços de sociabilidade; as redes sociais, os atores sociais envolvidos; os acontecimentos e interações sociais quotidianas.

Estamos cientes de que tais instrumentos não constituem uma panacéia universal. No caso das entrevistas, estamos atentos ao fato dela não restituir o “vivido”, mas antes da recolha que faz do relato construído e reconstruído pelos entrevistados. Este relato propõe uma reconstrução intelectual de um momento do passado, inevitavelmente orientado pela presença do entrevistador, pelo trabalho de memória e pela significação que a evolução do presente dá ao passado [...], ou seja, em nenhum dos casos ela, qualquer que seja a sua qualidade, traz, por si mesma, a verdade sociológica que o pesquisador procura. Ademais, nenhum método permite, por definição, recuperar o próprio “vivido” (SCHNAPPER, 2000, p.89), portanto não é a meta do presente estudo.

Durante o processo de observação, nos deparamos com algumas cenas que, pensamos serem ilustrativas do quotidiano do comércio de rua e seus operadores. Por este fato, fizemos à utilização da fotografia como recurso de coleta de informações, com o objetivo de ilustrar o universo em estudo. A fotografia como ferramenta de pesquisa, ajudou-nos a lembrar e verificar

⁵⁹ Segundo Peretz (1998) a observação direta consiste em ser testemunho dos comportamentos sociais dos indivíduos ou grupos nos próprios locais das suas atividades ou residências sem lhes alterar o seu ritmo normal. Tem por finalidade a recolha e o registo de todas as componentes sociais da vida social que se apresenta à percepção desta testemunha especial que é o observador. Este contacta e estuda as pessoas, presencia os atos e os estoa a que as suas ações dão origem, ouve as trocas de palavras, inventaria os objetos de que se rodeiam, permutam ou produzem (PERETZ, 1997, p.24-28).

detalhes que, *poderiam ser descurados (sic) se uma imagem fotográfica não estivesse disponível para refleti-los* (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.189).

Uma vez que o raciocínio sociológico oscila inevitavelmente entre o pólo experimental e o pólo histórico, entre o inquérito e a compreensão histórica. Será, pois, da confrontação entre os resultados dos inquéritos e a reflexão mais alargada sobre a nossa sociedade, enquanto sociedade histórica particular, que a compreensão sociológica adquire a sua originalidade (SCHNAPPER, 2000). Com objetivo de por a presente pesquisa em harmonia com tal postulado, efetuou-se uma pesquisa documental, atinente a informações historiográficas e recortes de imprensa que abordam a temática da cidade, da economia informal e da presença da mulher nesse setor. Estas pesquisas foram efetuadas junto do Arquivo Histórico Nacional, Arquivo do Jornal de Angola e Bibliotecas de Luanda.

3.3 O trabalho de campo e a coleta de dados

A experiência de trabalho de campo constitui parte integrante da construção do nosso objeto de investigação e, portanto, também parte do trabalho teórico e analítico sobre a realidade social e cultural por nós estudada. O período de pesquisa de campo compreendeu duas fases. A primeira, exploratória, decorreu entre início de Janeiro e primeira quinzena de Fevereiro de 2008, teve como objetivo a recolha de subsídios para elaboração do projeto de mestrado, durante este período, realizamos a recolha de depoimentos juntos de vendedoras mais velhas dos mercados da Asa Branca⁶⁰ e Tunga Ngó.⁶¹ A segunda fase foi realizada no decorrer do primeiro semestre de 2009, entre os meses de janeiro e Maio. Os dados foram colhidos em três (Cazenga, Rangel e Sambizanga) dos nove municípios da província de Luanda (Ingombota, Maianga, Rangel, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Sambizanga, Samba, Cacuaco e Viana⁶²).

⁶⁰ O mercado da Asa Branca surge por altura da exibição em Luanda da telenovela Brasileira Roque Santeiro e, daí advém o nome. O ‘Asão’ como é carinhosamente tratado pelos luandenses é um mercado localizado no município do cazenga. Ficou bastante conhecido pela sua especialidade na venda de fardos de roupa usada. Começou por ser um mercado ao ar livre e, depois de ser reestruturado.

⁶¹ Ex-praça das corridas, segundo dados colhidos junto das nossas interlocutoras o termo Tunga ngó é uma expressão da língua kimbundu que significa “*Constrói só. Constrói só, sem problema nenhum*”. O “Tunga” como é apelidado por vendedores e usuários é um mercado retalhista ao ar livre situado no município do Rangel.

⁶² O Município está dividido Administrativamente por três Comunas, a saber: Comuna da Terra Nova com 3 bairros; Vila Alice, Nelito Soares – Sede e Terra Nova. Comuna do Rangel com três bairros; Precol reordenamento do Rangel e Rangel – Sede. Comuna do Marçal com três bairros; C.T.T., Zangado e Marçal – Sede. O Município do Cazenga geograficamente situa-se na Província de Luanda a Norte o Município do Cacuaco, a Oeste o Município do Sambizanga, a Sul com os Municípios do Kilamba Kiaxi e Rangel e a Este o Município de Viana e tem uma população estimada em 1.200.000 Habitantes. Com uma superfície terrestre estimada em 38.6 Km², O Município tem três Comunas, nomeadamente: Comuna do Hoji ya Henda-Zona 17, Comuna do Cazenga-Zona 18 e a Comuna do Tala Hady-Zona 19. A Comuna do Hoji ya Henda tem uma superfície de

Nesses Municípios foram identificados, os principais focos de comércio de rua e, foi no interior destes que desenvolveu-se a pesquisa de campo. Estas áreas a partir de 1992 se constituíram nos principais pontos de concentração de armazéns grossistas e conseqüentemente de comércio de rua, exercido na sua maioria por mulheres e, ficaram conhecidas pelo termo “arreiou”⁶³. Daí o fato da pesquisa ter privilegiado estas áreas. Vamos em seguida mais detalhadamente apresentar as áreas nas quais desenrolou a pesquisa empírica.

3.3.1 As áreas em estudo

Para uma melhor delimitação, organizamo-las em três circuitos, correspondendo cada um deles em grandes concentrações de comércio de rua : **O Circuito do mercado dos Congolenses**,⁶⁴ localizado na comuna da Terra-Nova o Bairro Nelito Soares, Município do Rangel, este comportou: a Rua do Fundão, a Avenida Ngola Kiluanje (ex-Avenida Brasil) e a Avenida Deolinda Rodrigues; **O circuito do Hoji ya Henda**, localizado bairro Santo António município do Cazenga e o **Circuito do São Paulo**, no Município do Sambizanga.. Passemos de seguida a uma descrição particularizada de cada uma delas:

9.30Km², com uma população estimada em 27.785 habitantes, distribuídos em 19 sectores e 6 bairros, designadamente: O Bairro S. Pedro, S. João, Bairro da Madeira, S. António, 11 de Novembro, Adriano Moreira e Mabor. A Comuna do Cazenga, tem uma superfície de 10.50Km², com uma população estimada em 429.770 habitantes distribuídos em 21 Sectores e 5 Bairros, a saber: Bairro Cazenga Popular, Tunga Ngó, Curtume, Sonefe, Comissão do Cazenga e 11 de Novembro. A Comuna do Tala Hady, como Comuna sede, tem uma superfície de 18.80Km², com uma população estimada em 211.591 habitantes . Distribuídos em sete Sectores e cinco Bairros como: O Bairro Cariango, Vila Flor, Grafanil, Bairro da Madeira, Marcelo Caetano (Tala Hady). O Município do Sambizanga situa-se geograficamente a Norte da Província de Luanda, tem uma estratégica nos domínios económicos, social e institucional. Este município com sede na comuna do mesmo nome tem um posicionamento geográfico: Norte o município de Cacucaco, Sul: município de Ingombota; Este: os municípios do Cazenga e do Rangel; Oeste: Oceano Atlântico e o município da Ingombota.

⁶³ Significa baixou, desceu de preço o termo é utilizado pelas vendedoras (particularmente as zungueiras) por um lado, para dar a conhecer a clientela a baixa de preços, ao mesmo tempo, constitui uma forma de concorrência entre as vendedoras ambulantes. Daí, o fato da pesquisa ter privilegiado estas áreas.

⁶⁴ Congolenses é um mercado retalhista localizado no bairro bairro Nelito Soares, município do Rangel. Desempenha uma função essencialmente retalhista. O nome do mercado, segundo recolha efetuada, está associado à presença tanto no mercado como no bairro que o rodeia de angolanos de etnia kikongo.

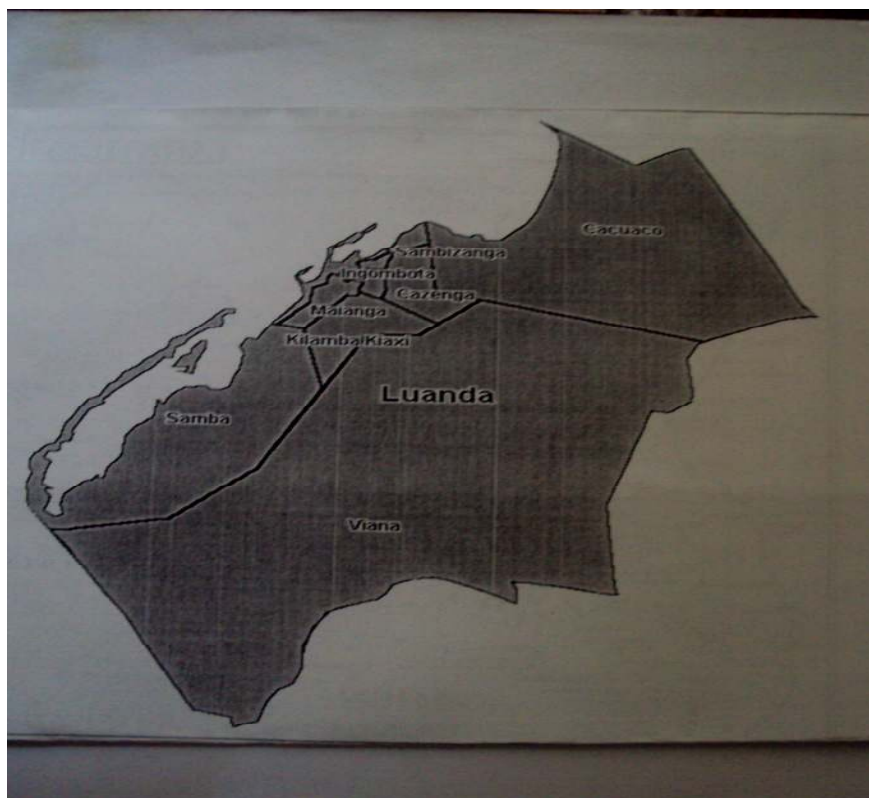


Fig. 7- Divisão político-administrativa da província de Luanda em Municípios

- a) **Circuito dos congolenses**, situado no Bairro Rangel possui uma localização privilegiada tendo em conta a proximidade ao Mercado dos Congolenses e, ao Estádio de São Paulo. As atividades de rua nesta zona são incontestavelmente exercidas por mulheres.



Fig. 8 - Zungueiras, vendendo e fugindo da fiscalização nos arredores do mercado dos congolenses

Até os finais da década de 80, as atividades comerciais nesta zona, estavam consubstanciadas ao comércio de comida de rua (Quitutes como: Bombó⁶⁵ com ginguba⁶⁶, Mabanga⁶⁷, milho assado, doce de coco e de ginguba) e a venda a retalho de pão e outros pequenos produtos de primeira necessidade imprescindíveis a dieta dos seus moradores, particularmente para ingredientes necessários para o mata-bicho.⁶⁸ A ocupação dos pontos de venda era um privilegio das moradoras do bairro e arredores. Entretanto, as dinâmicas verificadas nas ultimas décadas, vieram dar outro impulso ao comércio nesta zona. Falamos particularmente do surgimento das cantinas e lojas de conveniência (a partir do inicio da década de 90), e da atividade das, kinguilas. Dentre as inovações mais recentes podemos, destacar o surgimento dos “jovens carregadores” ou Benguelenses, como são habitualmente designados, trata-se de rapazes na sua maioria provenientes da região centro-sul do país, particularmente das províncias de Benguela e Huambo. Que, atraídos pela possibilidade de negócios em Luanda, souberam aproveitar as possibilidades de negócios que a cidade capital lhes oferece. Particularmente as faltas constantes de água potável no bairro, fizeram surgir uma nova categoria de carregadores, os vendedores de água. Fazem-no em carros de mão de madeira, habitualmente conhecido por Cangulo. Água é transportada em vasilhas de plásticos de vinte litros, cerca de seis vasilhas cada vinte litros, são comercializadas pelo valor de 500 a 600 kwanza (moeda angolana).⁶⁹ As especulações de preços nos dias de falta de água potável causam indignação em muitos dos moradores.

⁶⁵ Mandioca descascada, fermentada e seca.

⁶⁶ Amendoim

⁶⁷ Sururu

⁶⁸ Pequeno almoço, café da manhã.

⁶⁹ Na altura equivalente a oito dólares Norte-Americanos.



Fig. 10 - Roboteiro nas imediações do mercado dos Congolenses

No decorrer das entrevistas pedimos aos Roboteiros que nos descrevessem por palavras próprias a sua profissão. Através desta auto-identificação, nos apercebemos que, por exemplo, o termo, roboteiro que já foi muito utilizado para identificar os transportadores de mercadorias não é muito apreciado pelos próprios. Eles nutrem maiores simpatias ou preferência pelos termos *carregador* ou *trabalhador* que segundo dizem, são menos ofensivos e dignos do trabalho exercido por eles, outros enquanto alegaram não se importar com este aspecto.

Muitos dos vendedores ambulantes provenientes de outros pontos da cidade aproveitam esta uma zona de grande circulação para ali comercializarem de forma temporária os seus produtos. A reabilitação da estrada principal que dá acesso ao mercado dos congolenses (Rua do Fundão) reativou a circulação de viaturas. Pode-se destacar a presença massiva dos taxistas, vulgo camdongueiros que transformam a zona em pontos de táxi. Dentre os operadores que exercem atividade neste circuito destacam: as kinguilas, as vendedoras de comida de rua, as zungueiras que circulam pela zona, estabelecendo por vezes pontos de venda temporário; os carregadores que prestam serviços aos moradores dos arredores (carregamento de mercadoria ou de água), serralheiros, por vezes sapateiros, e as peixeiras. Em termos de estabelecimentos, a zona comporta doze cantinas (sendo os proprietários na sua maioria indivíduos de nacionalidade Guinense, Senegalesa e Maliana). Residências, dentre as quais se destacam os

famosos prédios construídos por militares cubanos na década de 80 e cerca de oito ruas. Dois estabelecimentos que comercializam refeições. No ano de 2008 algumas casas e cantinas foram demolidas para dar lugar à construção de duas agências bancárias privadas.



Fig. 11 - Jovens zungueiros circulando nas imediações da Avenida Deolinda Rodrigues

Próximo ao mercado dos congolenses existe cerca de seis lojas que comercializam eletrodomésticos e acessórios de viatura e, concentram ainda um elevado numero de jovens que comercializam acessórios de viaturas e se dedicam a lavagem, consertos, pinturas de viaturas. Basta que uma viatura estacione para que os jovens se precipitem a oferecerem os seus serviços aos clientes que, compram determinado produto pela qualidade, bom preço ou muitas vezes vencidos pelo cansaço. Bem em frente ao mercado, estabelecem-se kinguilas, engraxadores, vendedores, vendedoras de frutas, cerveja e refrigerantes.

Uma das principais características desses espaços é a falta de saneamento básico, o acumulo de lixo que se forma diante da intensa movimentação comercial que neles se registram, a insegurança dos seus operados, fruto das ações de meliantes e dos agentes de fiscalização do Governo da Província de Luanda. Geralmente as mulheres dedicam-se simultaneamente a mais de uma atividade. A título de exemplo, as Kinguilas, também comercializam algum tipo de mercadoria que vão desde: perfumes, venda de jóias de ouro e prata, colchas, lençóis, recarga telefônica e, outros produtos manufaturados. No caso da venda

de comida de rua e outros produtos alimentícios, a comercialização é efetuada em bancas improvisadas, geralmente a moda das antigas quitandeiras.

b) Circuito do Hoji ya Henda. De realçar que o bairro, particularmente estas duas ruas **Ngola Kiluanje e Porto Moniz**, concentram um grande número de armazéns grossistas e retalhistas, dos vários que existem em Luanda e, por essa razão, concentram um elevado número de comerciantes de rua, dentre os quais vendedores ambulantes na sua maioria. Por altura do trabalho de campo, o bairro e a rua se encontravam em obras, o que implicou que temporariamente fossem encerrados grande parte destes estabelecimentos, o que resultou que, grande parte dos grossistas e retalhistas com as atividades comerciais registradas, se dedicam temporariamente a venda de rua, dentre estes destacamos uma presença marcantes de indivíduos provenientes do Mali, Costa do Marfim, Guiné Konacri, República Democrática do Congo. O que implicou a reconfiguração dos espaços, das técnicas de venda, assiste-se em raros casos, a introdução da pratica de venda por consignação e, de apropriação de técnicas de vendas de ambos os lados, vendedores nacionais e imigrantes. Timidamente vamos assistir o aparecimento de “zungueiros” asiáticos que com suas técnicas e conhecida pericia nos negócios fazem frentes às comerciantes nacionais.



Fig. 12 – Interior dos focos de venda na Rua Porto Moniz, Hoji ya Henda .

No comércio de rua, praticado nesta zona predominam as atividades de venda de roupa e calçados. A configuração do comércio de rua nesta zona começa a mudar com o aparecimento dos primeiros “armazéns dos senegaleses”, assim foram apelidados, por vendedores, moradores e compradores. A predominância de mulheres de nacionalidade angolana tende agora a mudar com a entrada massiva de comerciantes do sexo masculino de outras nacionalidades, mormente os africanos da parte Oeste e um número ainda tímido de Asiáticos. A respeito deste aspecto, um dos moradores entrevistados relatou o seguinte:

Como não há nada que vem do nada, começou na chamada Rua do Funchal, lá nos finais de 1993. A princípio, começou num armazém que é o armazém central. Aquilo, a princípio era uma escola, onde eu fiz o ensino primário, depois os senegaleses com a imigração deles aqui, alugaram aquilo para fins comerciais. Deixou de ser escola e transformou-se em armazém onde exerciam a sua atividade comercial, primeiro os senegaleses e depois os nigerianos. Com o passar do tempo aquilo foi criando algumas filiais, alguns moradores começaram a alugar os seus quintais que se transformaram em armazéns [Fonte: Entrevista, morador da Rua do Funchal, Bairro Hoji ya Henda].

Neste espaço, as mulheres dedicam-se essencialmente a venda de roupa íntima feminina, calçados e outros acessórios de beleza. A venda de fruta também é monopólio das angolanas. O bairro tornou-se essencialmente morada de imigrantes, a semelhança do Bairro Mártires do Kifangondo ⁷⁰ grande parte dos moradores venderam ou arrendaram suas casas a cidadãos estrangeiros. Na sua maioria as casas foram transformadas em armazéns e o bairro tornou-se essencialmente um lugar de comércio. Entre os operadores informais e espaços comerciais destacamos: carregadores, doleiros, zungueiros, venda de fardos de roupa usada. A venda de produtos como água, é feita preferencialmente à beira das estradas. Os jovens dedicam-se preferencialmente a venda de refrigerantes, água e cerveja (importada e nacional) dispostas habitualmente em sacos de plásticos transparentes de 50 kg com gelo. A lavagem de viaturas em via pública, o engraxe de sapatos e a venda de produtos manufaturados diversos tem sido monopólio dos mais jovens biscateiros de várias faixas etárias.

No que se refere aos espaços, habitualmente são compostos por estabelecimentos, cyber café, casas fotográficas (na sua maioria pertencem de chineses e tailandeses) armazéns de pequenas e grandes dimensões, casas onde confeccionam refeições e por residências.

⁷⁰ Situado no Município da Maianga, a denominação do referido bairro surge como uma homenagem aos soldados mortos na histórica Batalha de Kifangongo travada a 10 de Novembro de 1975, entre as ex-Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e tropas invasoras estrangeiras.

Geralmente, as portas dos estabelecimentos comerciais e as residências, servem de espaços de venda e de sociabilidade, onde habitualmente vendedores, clientes, transeuntes e moradores estabelecem relações comerciais e de sociabilidade. Por se tratar de uma área comercial, têm se registrado alguns conflitos entre moradores e vendedores. Os primeiros reclamam do barulho e do lixo deixado pelos vendedores, bem como o aumento dos índices de delinquência no Bairro. O próprio espaço de venda se constitui num espaço de sociabilidade. Entre os atores sociais intervenientes nestes espaços, identificam-se vendedores, compradores, donos de pequenos estabelecimentos, moradores do bairro, agentes da polícia nacional, seguranças de estabelecimentos comerciais, fiscais e transeuntes.

c) O “Arreiou” do São Paulo, situado no Município do Sambizanga. Nesta zona o comércio é igualmente exercido predominantemente por mulheres, aqui destacamos a zona das gajajeiras (no bairro Zangado) onde as partes do rés-do-chão dos edifícios deram lugar aos armazéns e os arredores do Mercado do São Paulo⁷¹, no bairro do São Paulo. As mulheres são aos milhares, deambulando de um lado ao outro, da estrada ao asfalto e vice-versa, é quase impossível transitar por estas paragens e não esbarrar-se em um vendedor a oferecer os produtos que comercializam, quer estejas a pé ou de viatura. É também um dos locais, segundo os relatos das entrevistas e as constatações efetuadas no terreno, como o “mais conflituoso”, sobretudo devido ao fato de ser aonde mais se faz sentir a presença dos elementos da fiscalização e da polícia nacional.

⁷¹ Localizado no município do Sambizanga, São Paulo é um antigo mercado colonial, especialista na venda de quitutes apreciados na alimentação luandense e produtos da medicina tradicional. Para além de ter a fama de Joias em ouro e roupas para ocasiões especiais, comercializados preferencialmente por vendedores pertencentes a “diaspora” caboverdiana em Angola.

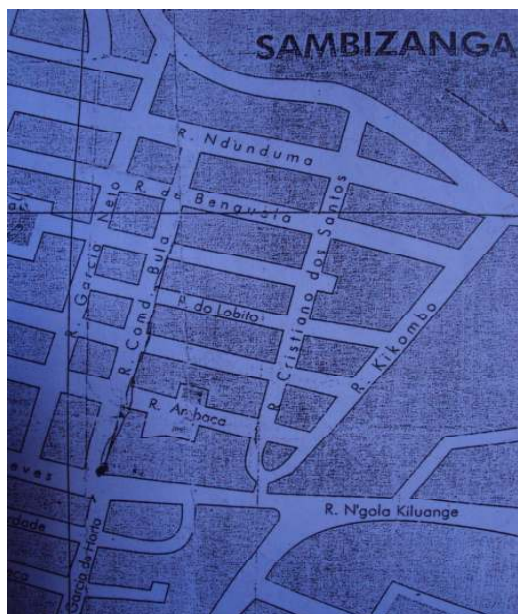


Fig. 13 - Vista do município do Sambizanga

Quanto a esta questão, as entrevistadas falaram acerca das carências e dificuldades que encontram e, sobretudo do longo percurso que efetuam desde as primeiras horas do dia até ao cair da noite. Falam, sobretudo, da poeira, da criminalidade, dos abusos das autoridades e do atormentador cansaço com o qual se debatiam ao chegarem a casa. Os vendedores ambulantes têm sabido aproveitar a insuficiência das infra-estruturas dos mercados para justificarem a sua permanência nos lugares proibidos pelo Governo Provincial. Nas estradas, nos deparamos com os dinâmicos jovens que abordam os automobilistas, visando à comercialização dos seus produtos. Os vendedores têm reclamado por espaços, onde possam comercializar seus produtos ou prestarem determinados serviços sem terem de fugir da polícia ou fiscais.

Nas datas festivas como carnaval, 14 de Fevereiro, 25 de Dezembro e passagem de ano os negócios alteram o comércio de rua, os produtos vendidos são todos relativos a estas datas. Na prática os vendedores ambulantes, tornam-se principais redistribuidores de mercadorias e conseqüentemente nos principais formadores de hábitos de consumos entre os luandenses.



Fig. 14 - Zungueiras dispersas fugindo dos agentes da fiscalização no São Paulo.

3.4 Dificuldades e outros desabafos

Trabalhar num contexto de reestruturação urbana e de redefinição dos espaços de venda e dos mercados como o caso de Luanda, acabou de uma forma ou de outra por influenciar na realização do trabalho de campo. Problemas de acesso a estas zonas (devido aos estragos da chuva e as obras que estão a ser efetuadas em algumas dessas zonas) foram alguns dos obstáculos a ultrapassar no decorrer da pesquisa.

Por outro, devido a pouca tradição de pesquisa do gênero, aliado a repressão exercida contra os comerciantes de rua, as entrevistadas manifestaram, em alguns casos, pouca disposição em conceder entrevistas. Uma vez que, “o pesquisador”, tem sido confundido com um fiscal a paisana. Ainda assim, conseguimos ganhar, a confiança dos entrevistados e explicar os objetivos da pesquisa, conseguimos marcar as entrevistas para horários mais calmos ou em outro lugar que não fosse o local de venda dos entrevistados, essa dificuldade verificou-se mais no caso das zungueiras, ao passo que nos casos da kinguilas, se tivermos em consideração que exercem as suas atividades de força fixa e em locais de menos movimentação ficando mais fácil a localização no dia posterior para outras secções, optou-se por realizar as entrevistas nos próprios locais onde exercem as suas atividades. Esta dificuldade advém de igual modo da própria natureza do trabalho, uma vez que, pedir a alguém que nos conte a sua historia é um processo complexo, pela relação de confiança/convívio gerada numa relação de (apesar de tudo) desigualdade,

sobretudo quando se trata de populações de exclusão social, as quais o sociólogo sente que nada tem para dar em troca de tanta disponibilidade e abertura (Guerra, 2000, p.52).



Fig. 15 - Panorama do comércio de rua no circuito dos congolenses

Uma dificuldade encontrada durante este período diz respeito ao fato do pesquisador não ter domínio da língua Umbundu. Apesar de parte considerável das entrevistadas serem falante daquela língua e, em determinadas situações se comunicarem através dela, a dificuldade foi minimizada por elas conhecerem também a língua portuguesa.

Uns dos primeiros grandes obstáculos encontrados, durante o início da pesquisa de campo, prende-se com a falta de domínio da língua Umbundu, já que me deparei com um grupo onde predominavam vendedores vindos das províncias de Huambo e Benguela. Não obstante falarem também o português, frequentemente os mesmos comunicavam entre si em língua Umbundu [Fonte: Extrato, anotações de campo].

Por outro lado, a presença do pesquisador não deixou também de preocupar os agentes da polícia nacional destacados no local e, em determinadas, confundido com jornalista, tentaram dificultar a realização das nossas entrevistas.

Hoje no decorrer da primeira entrevista, fui interceptado por dois agentes da polícia nacional, que questionaram sobre o trabalho que estava a efetuar junto das vendedoras, na Avenida Cônego Manuel das Neves, no bairro São Paulo. Respondi prontamente que estava realizando uma pesquisa acadêmica, ainda assim os policiais disseram-me se tratar de uma zona perigosa e que, teria de ter uma autorização do comando municipal. Respondi que não haveria problema e, ausentei-me de juntos deles dando prosseguimento ao trabalho (Fonte: Extrato, anotações de campo).

Após a apresentação do nosso universo de estudo e dos aspectos metodológicos que permearam o processo de pesquisa de campo, no próximo capítulo iremos proceder à apresentação dos dados etnográficos resultantes da análise e interpretação do material (entrevistas e observações diretas) colhido durante a pesquisa empírica. Trata-se de dois capítulos complementares, se tivermos em conta que a leitura poderá preparar o leitor para o entendimento dos aspectos que a seguir apresentamos.

4. KINGUILAS, MAMÃS QUITANDEIRAS E ZUNGUEIRAS: TRAJETÓRIAS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

O capítulo analisa e interpreta os dados etnográficos, obtidos no decorrer do trabalho de campo. Para tal, discute os aspectos ligados as trajetórias de vida, as estratégias de sobrevivência e percepções cotidianas das entrevistadas. Questões como: quais as percursos sociais que as nossas interlocutoras percorreram até entrar para as atividades comerciais? Que estratégias cotidianas utilizam para gerir o seu dia-a-dia? De que modo, o étnico, o nacional e o transnacional conformam as suas identidades? De que forma as tradições ligadas ao comércio feminino têm sido mantidas e/ou adaptadas no contexto da sociedade luandense? Essas interrogações serviram de fio-condutor das reflexões que apresentaremos a seguir.

Para efeito deste estudo, compreendemos trajetórias de vida como *partes da história de vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo que vai ao encontro do interesse do pesquisador* (GONÇALVES e LISBOA, 2007, p.88). As trajetórias de vida sociológicas são freqüentemente uma tentativa para reconstituir a carreira dos indivíduos, enfatizando o papel das organizações, acontecimentos marcantes e outras pessoas com influências significativas comprovadas na moldagem das definições de si próprios e das suas perspectivas de vida (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.93). Ou se quisermos são narrações apresentadas pelos atores sociais relativamente aos seus percursos biográficos, com referencia as circunstancias histórico-sociais que o caracterizam (REVELLI, 1966;1977; BERTAUX, 1981; FERRAROTTI, 1981; CIFRIANI, 1987; CORRADI, 1988, PASSERINI, 1988 apud CRESPI, 1997, p.224).

Na interpretação das trajetórias de vida em análise, utilizamos as duas habituais modalidades, nomeadamente à orientação nomotética, no sentido de procurar obter generalizações teóricas que possam ser aplicadas a um número consistente de indivíduos, trazendo das experiências particulares os elementos comuns que se revelam freqüentes. A orientação ideográfica, por seu lado, irá procurar dar ênfase a vida singular das quitandeiras, colocando em segundo plano a consideração da freqüência de elementos comuns e sublinhando, pelo contrário as particularidades próprias da esfera individual (SCHWARTZ-JACOBS, 1970:102 apud CRESPI, 1997, p.224).

Trata-se de uma perspectiva «socioindividual» que poderá ser equacionada tendo em conta as três componentes seguintes: o campo de estratégias individuais face aos imperativos e aos contextos de ordem social, cultural e macro-histórica em que cada indivíduo esta envolvido; o campo das experiências vividas no concreto, exprimidas em palavras, gestos e ações do

sujeito individual e o campo da empatia do investigador com tais experiências e relatos, legitimando a autoria da investigação e das possíveis formalizações teóricas que dessa investigação decorrem (CASAL, 1997, p.88). Esta análise parcial, das biografias permite-nos contemplar um indivíduo num contexto histórico de três dimensões: o seu passado de sucessos ou de fracassos, o seu presente plétórico de estratégias e o seu futuro de receios e expectativas. A biografia permite-nos descobrir os nexos numa história pessoal com uma macro-história social. Nesse sentido, para efeitos do trabalho empregamos trajetórias de vida, como sinónimo de percurso de vida, a terminologia procura dar conta do trajeto de vida das entrevistadas em termos de região de origem, escolaridade, experiências conjugais, experiência profissional e percepções do social.

4.1. Kinguilar é com as Kinguilas

Kinguila é uma expressão que na língua kimbundu, significa “quem está à espera de algo”. Identifica de forma genérica os operadores económicos, constituído majoritariamente por mulheres, engajados no comércio ilegal de divisas.⁷² De acordo com Lopes (2004), este carácter ilegal advém do facto de a legislação angolana ter restringido o exercício da atividade, numa primeira fase exclusivamente ao Banco Central, e em fases posteriores e na atualidade, também aos bancos comerciais e às casas de câmbio. O surgimento da atividade data dos finais dos anos 80, quando começaram a proliferar pelas esquinas da cidade, nas ombreiras e entradas dos prédios ou nas imediações dos mercados, grupos de mulheres envolvidas na troca de kwanzas por dólares e vice-versa (SEMANÁRIO AGORA, 18/02/2008).

A atividade de câmbio é uma das táticas de sobrevivência encontrada por algumas mulheres relaciona-se com o processo inflacionário provocado, em grande parte, pela própria guerra. Como muitos cidadãos angolanos trocam constantemente seus kwanzas por dólares, objetivando evitar que suas poucas economias sejam deterioradas pela inflação e muitos estrangeiros necessitam cambiar moedas, ante a sobrevalorização da moeda nacional na taxa de câmbio oficial, várias mulheres, à procura de qualquer coisa comerciável, passaram a viver do câmbio nas esquinas, estabelecendo um mercado paralelo que paga mais pelo dólar que o câmbio oficial. Para além das tradicionais, “kinguilas, ultimamente se faz sentir com a presença dos “doleiros”, indivíduos do sexo masculino” (FILHO, 2002, p.7).

⁷² A entrada de indivíduos do sexo masculino nas atividades ligadas ao comércio de divisas, atividade majoritariamente exercida por mulheres, fez surgir os doleiros.

As kinguilas procuram se estabelecer em avenidas e esquinas mais movimentadas ou nos locais onde seja possível estacionar o carro com facilidade, geralmente sentadas agitam enormes maços de notas de Kwanzas e, mais recentemente cartões telefônicos tendo freqüentemente ao seu lado um tabuleiro contendo anéis, brincos e correntes em ouro. São na prática *“verdadeiras casas de câmbio modernas, com cotações atualizadas segundo a evolução dos mercados, de acordo com as leis da oferta e procura”*. A sua presença no quotidiano luandense, dificilmente passa despercebida, quando mais não seja pelo comportamento característico nos sentido de chamar atenção da sua clientela: a onomatopeia “psssiiii” é geralmente acompanhada pelo gesto de roçar o polegar pelo indicador, simbolizando a disponibilidade para a troca da moeda.



Fig. 16- Kinguila exercendo atividade no bairro Hoji ya Henda

O dólar norte-americano é a moeda estrangeira mais movimentada pelos cambistas de rua. Durante muito e, em consequência da constante desvalorização do Kwanza, o dólar é utilizado como padrão de valores (e, em menor escala), como meio de pagamento em muitos locais de venda de bens e serviços de Luanda. Existindo locais onde os preços estão fixados em moeda angolana, mas a moeda de referencia é geralmente o dólar (CARVALHO, 1997). Seria importante acentuar, que o surgimento da atividade é consequência da inflação que tem verificado. Entretanto, o processo inflacionário por si só não a justifica, isso se tivermos em consideração o fato de não ser um fator neutro. Há sempre um grupo que ganha fortuna com

ela, neste caso a especulação financeira tem possibilitado a criação de fortunas e as kinguilas são apenas uma parte, talvez, a mais visível dessa rede.

Esta presença marcante das kinguilas nas ruas de Luanda tem sido constantemente abordada pela imprensa nacional. As referências noticiosas em relação às cambistas de rua estimulam a criação de uma imagem mediática desta atividade. Vejamos a seguir alguns recortes de imprensa que abordam variados aspetos relacionados a essa prática:

A 05 de Abril de 2006, o portal AngoNotícias publica o título “ Kinguilas em vias de Extinção”. A notícia vaticina o declínio da atividade das cambistas de rua como consequência das medidas de reformas econômicas implementadas pelo governo angolano. Segundo o noticioso as kinguilas constituem um dos cenários mais bizarros de Luanda que a cidade está prestes a se livrar.

Na mesma senda o Jornal de Angola, fazendo alusão à redução considerável da atividade de câmbio praticada nas ruas fruto da relativa estabilidade macroeconômica verificada a partir de 2004. Publica “Negócio de kinguilas cada vez menos lucrativo”, o apontamento trás depoimentos de cambistas em que confidenciam ao referido Jornal estarem preocupadas com a baixa verificada na atividade.

“Cambistas de rua são também credores”, publica o Jornal de Angola de 20/05/2008/. A notícia põe a tônica na função de credoras que as kinguilas têm desempenhando, concedendo empréstimos aqueles clientes mais confiáveis cobrando uma taxa de juro que pode chegar até aos 50% do valor concedido. Nos depoimentos colhidos no decorrer do trabalho de campo ficou evidente a prática da concessão de empréstimos pelas cambistas e os riscos da referida prática. Maria uma de nossas interlocutoras, por altura da entrevista acabava de sofrer uma burla. A cambista nos confidenciou que emprestara cerca de mil dólares a um antigo cliente e na data estipulada para entrega do valor este desapareceu. Sem meios de recuperar o valor perdido, acabara por vender a casa e retornando com o filho à casa de sua mãe. Vejamos então a seguir, mais detalhadamente alguns fragmentos da trajetória de vida de Maria:

Maria é natural da Quissama, província do Bengo, de onde saiu fugindo a guerra. Em 1984 se estabelece em Luanda, no município do Cazenga, onde reside atualmente. Solteira e separada é mãe de um rapaz de catorze anos. Exerce a atividade de câmbio nas imediações do mercado Roque Santeiro, situado no município do Sambizanga. Tem como escolaridade a sexta-classe. O contato com a “a profissão de Kinguila” se deu através de sua tia que,

comovida com a sua condição de desemprego, levou-a para rua e lhe introduziu nas normas daquele ofício. Anterior a isso, não tivera qualquer experiência profissional ou atividade remunerada. O incentivo da tia e a necessidade de, “*ganhar o pão de cada dia, para o sustento do filho*” a levaram a abraçar a atividade de kinguila. A grande satisfação e motivação que encontra na atividade, é o fato de esta lhe proporcionar o sustento, ganhar a vida. Como ela própria diz: “*Gosto, porque é onde eu ganho o meu pão, e por causa dela não durmo com fome*” [Fonte: entrevista com Maria, Kinguila, Roque Santeiro]

Deste fragmento da “história de vida” de Maria é possível perceber como a escassez de alternativas no mercado de trabalho faz com que muitos indivíduos se lancem nas atividades informais. Que, por sua vez, acabam por proporcionar as condições mínimas para o sustento das famílias. É nesse contexto que o mercado informal se apresenta como alternativa de sobrevivência para milhares de mulheres. Por uma vez, fica patente a influência dos laços de parentesco na inserção dos indivíduos nas atividades informais.

Com 38 anos de idade, mãe de seis filhos, Lurdes nasceu na província de Malange, onde permaneceu até aos 14 anos. Em 1988 desloca-se à Luanda acompanhada de tios, irmãs e primos onde se encontra a residir até a presente data. Concluiu a sexta-classe e a falta de documentação de identificação pessoal a impossibilitaram de prosseguir com os estudos em Luanda. Dentre os elementos que conformam a sua trajetória de vida se destacam: a deslocação a Luanda, o casamento e o ingresso nas atividades comerciais. Iniciou seu percurso dentro do mercado informal como vendedora retalhista de engradados de cerveja junto com suas duas irmãs: Ana e Maria. Após alguns anos abandona essa atividade. Diz ter encontrado no exercício do referido negócio, pois já não obtinha lucros com a mesma. Mudou-se para rua do Fundão, nos arredores do Mercado dos Congolenses onde, sentada numa cadeira de plástico, sobrinha de praia, para a proteger do sol, exerce a atividade de câmbio a cerca de 14 anos. Dentre as motivações que a levaram a ingressar nesse novo tipo de atividade foram: a facilidade de entrada, a falta de alternativas de sobrevivência, a familiaridade com o ambiente de

negócios. A sua entrada nos negócios contou com o apoio das redes de amigas e familiares. Descrevendo um dia típico da sua atividade, Lurdes afirma não ter um horário certo para dar início ao trabalho, podendo este variar das oito às onze horas da manhã e terminar às cinco da tarde. Ela tem que conciliar a vida nos negócios com as atividades domésticas (cuidados com os filhos, refeições etc.) Para tal, conta com a ajuda dos filhos mais velhos. Os rendimentos variam, uma vez nem todos os dias são iguais, em termos de resultados com boas vendas. Às regras que se observam na atividade, são: o bom relacionamento com os demais colegas que, aparece como um dos fatores fundamentais para o bom funcionamento do trabalho. Existem pequenos conflitos e desentendimentos que, é por conta das características das relações sociais. Isso passa necessariamente, pelo respeito aos clientes das colegas, o respeito pela demarcação e ocupação dos espaços de venda, que são fixos e permanentes no caso das kinguilas. Quando observados esses componentes se criam redes de amizade que muitas das vezes vão para além do espaço de venda. *Para além da rua, noutras sítios as pessoas também nos visitamos. Assim quando têm óbito, mas, vai depender da amizade que tem com a outra.* [Fonte: Fragmentos da história de vida de Lurdes, kinguila].

“Sou Kinguila, troco dólares”

Filha de pai polícia e mãe doméstica, Domingas é natural de Malange. Em 1986 saiu de sua província natal para Luanda, a curiosidade em conhecer a grande cidade constitui a grande motivação para tal deslocação. Exerce a atividade de câmbio de rua a cerca de catorze anos e segundo ela “*não sabe fazer mais nada*”. Com a sexta-classe de escolaridade, e morando atualmente no bairro do Grafanil, município de Viana, com marido e sete filhos (cujas idades são 17, 15, 13,9, 7, 3 e nove meses). A necessidade de ganhar a vida após juntar-se ao marido, ele desempregado teve de se virar para garantir o sustento da casa. Começa a atividade pelas oito da manhã e termina às três da tarde. Esse horário segundo nossa interlocutora segue a lógica do funcionamento das instituições da função pública e dos bancos que

habitualmente movimentam uma considerável parcela dos potenciais clientes [Fonte: Entrevista com Domingas, kinguila].

Seus clientes vão desde cidadão comum a grandes empresários. Sendo estes últimos os que fazem os maiores movimentos. Abordando a forma como as kinguilas são encaradas pela sociedade, Domingas afirma que não são bens vistas, sendo freqüentemente encaradas com suspeita pelos agentes da fiscalização e efetivos da policia nacional. A forma suspeita como são encaradas e, conseqüentemente combatidas constitui o grande obstáculo que encontrem no exercício da profissão. Em contraste, segundo nossa interlocutora, o cidadão comum as encara como uma forma de ganha-pão, pois é nela que recorrem sempre que necessitam de “trocar”. Domingas, dedica-se unicamente a atividade de câmbio. Todo o dia sai de casa pelas sete horas da manhã e regressa às três da tarde.

Sua fala, por um lado, nos remete para a origem exterior das denominações dos operadores informais, ao mesmo tempo mostra como o “estar na rua” cria até certo ponto uma espécie de “consciência de grupo”, se tivermos em conta que, o fato de se estar na rua aproxima as experiências individuais dessas operadoras que agrupamos na denominação de comerciantes de rua. Questionada acerca da denominação da atividade que exerce, nossa interlocutora comparou a atividade de uma cambista a de uma zungueira: *Nossa atividade é como se fossemos zungueiras. Kinguila é zungueira, nos dão esses nomes, porque estamos na rua* [Fonte: entrevista com Lurdes, kinguila]. A associação a zungueira, por ser uma atividade exercida na rua. O estar na rua passa a imprimir uma nova marca na identidade social destas mulheres, nesse caso, uma identidade “profissional” que passa em determinadas alturas a formar um grupo social. Se sentindo parte de um conjunto, os que trabalham na rua. Aqui ressalta ainda o fato de a palavra zungueira ser um termo vago, que em determinadas alturas pode ser aplicado a uma ou outra categoria de comerciante de rua. Mais adiante, vamos observar como essa percepção de grupo não é partilhada por todas nossas interlocutoras.

4.2 Zungar, Zunguei: Zungueira

O outro grupo, dentro da categoria de comerciantes de rua, por nós estudado é o das vendedoras ambulantes, habitualmente designadas por zungueiras. Essas emergem na economia informal de Luanda como um ajustamento das praticas das tradicionais quitandeiras, tal como vimos no capítulo primeiro⁷³. O termo “*zungueiro*” tem a sua origem etimológica na palavra *zunga*, expressão da língua nacional kimbundu que literalmente traduzida para o português significa andar à volta; girar. Trata-se de um jargão utilizado pelos luandenses para designar os operadores dessa nova situação do comércio de rua, particularmente aos vendedores ambulantes. Sendo uma atividade tradicionalmente exercida majoritariamente por mulheres, entretanto, o que se tem constatado na atualidade é uma mobilidade e mudança no gênero e na idade dos seus operadores caracterizada por, uma entrada massiva de indivíduos do sexo masculino.

Deste modo, se outrora, a referida pratica era exercida essencialmente por mulheres, atualmente a forte pressão que tem vindo a ser exercida sobre a economia informal, causado por um lado, pelo contingente de populações de todos os quadrantes que se fixaram em Luanda, pela larga vaga de migrantes que continua a deslocar-se à cidade capital e por outro, devido à elevada taxa de desemprego e as ausências de alternativas de emprego formal que se tem verificado, podem explicar essas dinâmicas. Por esta razão utiliza-se hoje o termo “zungueiros” para referir os vendedores ambulantes de ambos os sexos e de várias faixas etárias. Apesar deste aspecto e, considerando que o comércio e venda informal ainda é majoritariamente dominada por mulheres, a sua predominância no negócio ambulante tornou célebre a expressão no feminino: *zungueira* tornando-se a “mulher zungueira”, em substituição das tradicionais quitandeiras, o ícone do comércio informal urbano luandense.

⁷³ Segundo Lopes, as zungueiras são fruto do ajustamento da atividade tradicional das antigas quitandeiras e dos novos vendedores ambulantes ao novo estatuto socioeconómico: a variação na venda de produtos, os grupos etários envolvidos, registrando-se também um considerável número de jovens e crianças (LOPES, 1999). Sobre o assunto ver LOPES, Carlos. (1999) – “Elementos para a Compreensão do Sector Informal Urbano nos Países em Desenvolvimento: Anotações sobre o retalho informal em Luanda e Maputo”, Comunicação apresentada ao Colóquio África – Populações, Ambiente e Desenvolvimento, ISCSP, Lisboa; LOPES, Carlos. (2004) Candongueiros, Kinguilas, Roboteiros e Zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Neste último ao falar acerca da evolução da actividade das zungueiras, Lopes (2004) indica que apesar de não se tratar de um fenómeno recente, a presença destas sofreu um impulso significativo a partir de 1992, com o regresso à situação de guerra civil no rescaldo do processo eleitoral. Por outro lado o crescimento acelerado da população da capital, e em particular de deslocados de guerra, como acima indicamos, têm sido apontados pelos estudiosos como razão da proliferação da “zunga”.

Falar da presença de mulheres, zunga e zungueiros tornou-se marcante no cotidiano de Luanda. Sobretudo, pelos fluxos de vendedores ambulantes verificados a partir de 1992, esse vai também reativar a velha tradição de se cantar e poetizar o cotidiano da mulher vendedeira luandense. No que concerne a origem da prática da zunga, procurou-se no decorrer do trabalho de campo, colher depoimentos das nossas interlocutoras a este respeito. As quitandeiras veteranas relevam que não se trata de uma prática totalmente nova, embora reconheça a contemporaneidade da denominação zungueira:

Eu, por exemplo, o negócio que iniciei com ele é de passar com os ovos na zunga, ainda no tempo do colono. Vendia banana na zunga nas senhoras brancas, zunguei, zunguei com as bananas, depois quando começaram a abrir estas praças é que eu comecei a vender fuba. Depois quando vi as outras estavam a vender fuba, também comecei a vender fuba. Naquele tempo já havia zunga, só que ainda não lhe chamavam zungueiras, Lavadeiras. Só que naquele tempo do colono, as pessoas na zunga, vendiam só banana, maçã, pêra, abacaxi, estes negócios de fruta [Fonte: quitandeira sexagenária, mercado da Asa Branca].

No exercício diário da sua atividade as "zungueiras", caminham à volta dos mercados, estradas ou ainda, vendem de porta em porta, em instituições públicas, com seus produtos em cestos, banheiras ou simplesmente em mãos. Apelando para uma estratificação social das atividades informais em Luanda, Lopes e Ducados (1998) caracterizam as «zungueiras» como um dos segmentos com menor status socioeconômicos dentro das atividades informais, o que em meu entender pode ser questionado, na medida em que na atualidade pelo seu dinamismo muitas das zungueiras conseguem obter diariamente um rendimento superior ou idêntico aos de mulheres e homens que exercem outra atividade, concorrendo para tal o tipo de produto comercializado bem como, o volume de mercadoria que movimentam. As evidências empíricas nos permitem antes falar, em prestígio social que não implica necessariamente maiores rendimentos. Até porque, os dados apontam para uma presença muito forte desta prática entre as quitandeiras documentadas de banca de mercado, o que revela a importância da prática na dinamização das vendas, não sendo por isso consideradas as “mais pobres”. Sendo neste caso, muito comum oscilar entre a venda ambulante e fixa. Com isso, procurou-se saber, o que as vendedoras veteranas e de banca fixa pensam acerca do incremento do número de mulheres no comércio de rua, principalmente das vendedoras ambulantes. A esse respeito, uma de nossas interlocutoras respondeu:

Às vezes nas ruas anda mais. Todos os dias na praça, o negócio não está andar. Todos os dias descair. Agora você a zungar, o negócio acaba rápido não é preciso ir com ele na praça, dois,

três ou quatro dias o negócio acaba. Você está a vender o negócio, hoje tirou lá jantar, água, não decai? Por isso, é que muitas preferem zungar. Aquela moça que tem força para zungar estão mesmo a zungar. Comprou negócio zungou, acabou. Não vai mesmo já colar na zunga. Isso veio assim. As senhoras punham os negócios nas bancadas, ninguém está a comprar, vai fazer como? Só tenho que zungar. Por isso, a pessoa vai à zunga, porque na bancada no negócio não está andar. Zunga em quimbundo é girar, rodar. Girar toda cidade de Luanda. Outras zungam só na baixa, porque no mercado não tem lugar. Mesmo estão a dizer por que a zunga tem que acabar, não vai acabar porque o que está a fazer isso é fome. Você não trabalha, não tem empresa que você trabalha, ficar em casa também não dá, vai mesmo à zunga. Não vai zungar para trazer comida para as crianças em casa, não tem emprego para ele trabalhar vai fazer como? Vai à zunga [Fonte: entrevista com quitandeira sexagenária, mercado Asa Branca].

As observações de campo permitiram descortinar certa rivalidade entre ambulantes e quitadeiras de banca de mercado. Em determinada altura, as vendedoras das bancadas do interior dos mercados, aliciarem as entidades fiscalizadoras no sentido de correrem com as zungueiras dos arredores de mercados. De referir que o conflito parte, sobretudo porque as vendedoras dos mercados pagam uma taxa de imposto de venda às administrações municipais. Enquanto grande parte das zungueiras, por não estarem formalmente registrada, nada paga e pratica preços mais baixos em relação as suas “adversárias”. Não obstante, as regras do comércio a grosso passam pela proibição dos grossistas venderem produtos dos seus armazéns descritivamente às pessoas singulares ou coletivas, que não estejam licenciadas para o exercício da atividade comercial, a grande maioria compradora ainda são as zungueiras.

Este tipo de concorrência tem despertado uma espécie de rivalidade entre as quitadeiras de banca de mercado e as vendedoras ambulantes. Sendo que muitas das vezes as primeiras tendem a incentivar a fiscalização a correr com as ambulantes que ficam nos arredores dos mercados. As primeiras alegam que por conta da atividade das segundas e principalmente por praticarem preços mais baixos, as vendas dentro do mercado caem consideravelmente. Estas argumentam ainda que as ambulantes não pagam a diária que elas pagam e, por isso conseguem praticar preços mais baratos, dificultando assim a venda no interior dos mercados. Deste modo, a zunga se torna cada vez mais uma estratégia que visa dinamizar a venda e consequentemente uma maneira de incrementar os rendimentos, talvez seja caso para se falar de *zungarização* do comércio informal. Por outro lado, evidencia também o agravamento da situação do mercado de trabalho luandense, na medida em que

Cada vez chega também na praça, num tem ganho. Chega na bancada aquela peça que ele meteu lá faz com ele um mês. Fala não, deixa ir à baixa zungar, é isso que está dá nisso. As senhoras que estão dentro da praça preço deles é outro, aquele que está também na zunga, também é outro. Porque aquele de dentro o negócio está na sombra. Agora aquele na zunga não vai esperar o preço de dentro. Por exemplo: ela está a dar mil, lá fora eu não vou dar

mais mil, vou dar quinhentos. Diariamente passamos cem kwanzas. Das bebidas pagam cento e cinquenta kwanzas e das comidas pagam duzentos kwanzas [**Fonte:** entrevista com quitandeira sexagenária, mercado Asa Branca]

Esta zungarização do comércio de rua, para além de poder ser constatada cotidianamente nas ruas de Luanda, se reflete também nas inúmeras notícias publicadas pela imprensa escrita luandense que, ora aborda o quotidiano dessas mulheres, dando ênfase ao sacrifício empreendido por estas na manutenção e reprodução social de suas famílias, ora denunciando as ações repressivas desencadeadas pelos agentes de fiscalização do Governo da Província de Luanda (GPL) e efetivos da Polícia Nacional. No sentido, de espelhar essa realidade, passamos em seguida a apresentar alguns recortes de imprensa que reflete esse quadro.

«**Tango está a ser dançado em Luanda**», é o título de uma notícia que aborda a situação dos vendedores de Rua de Luanda, especialmente os vendedores ambulantes. Fazendo alusão a morte de uma zungueira e a persistência do comércio de rua nas imediações do Mercado dos Congolenses:

Junto ao mercado dos congolenses, depois de a polícia ter morto uma vendedeira tudo voltou ao que era antes, as vendas continuam em todos os outros locais, com as correrias constantes quando se apercebem da aproximação dos fiscais [**Fonte:** JORNAL DE ANGOLA].

Por seu lado, o semanário, “A Capital” na sua edição de 16 a 23 de Outubro de 2005, notícia: “ O povo e os agentes da fiscalização do GPL”. “Atrás a pública uma serie de pronunciamentos dos cidadãos, a respeito da atuação dos agentes de fiscalização do Governo da Província de Luanda – GPL”. Nestes, os cidadãos desaprovam os atos de violência física, estorção desencadeada por agentes de fiscalização da província, classificando-os de desumanos e negativos.

Bebés sacrificados na zunga, é título do espaço “sociedade” do Semanário Folha8, datado de 14 de Março de 2005. A notícia, aborda a situação das mulheres zungueiras que exercem a atividade transportando crianças menores nas costas.

O número de jovens mães que buscam o ganha-pão com bebés às costas pelas ruas das cidades do país espelha quão numerosos são os recém-nascidos forçados ao martírio de terem de comer o pão que o diabo amassou desde os primeiros dias da sua existência no mundo. A miséria faz lei dentre as nossas mulheres, chegando ao muitas delas ao cúmulo [**Fonte:** Folha8, 14/03/05].

Questionamentos acerca das idades das crianças que acompanham as mães, o tipo de alimentação e a exposição desde cedo ao sol, as poeiras e aos perigos das ruas são abordados na referida notícia. Na sua edição nº1, Ano IV – Janeiro/Fevereiro de 2000, o *Jornal Amigo*, descreve o cotidiano das quitadeiras nos seguintes termos:

O dia-a-dia das mulheres quitadeiras que nos é dado a ver no país, é de muita agitação. O cenário é de sobrevivência. Em fila ou não e sempre na mesma cadência, bebês às costas e cestos ou bacias à cabeça, deambulam aos gritos com que apregoam o negócio. Um ambulantes e outras vendendo em lugar fixo nos mercados, todas procuram ganhar o pão de cada dia. As ambulantes fixam-se em qualquer esquina e sem nenhum tipo de cerimônia improvisam a sua “quitanda”. É mais ou menos nesse ritmo que foram surgindo no país, os vários mercados informais sob o olhar cúmplice das entidades responsáveis pela aplicação do código de postura» continuando: «As administrações locais do Estado destacam para os mercados agentes da fiscalização em número correspondente à dimensão de cada espaço, para procederem ao controlo da atividade das quitadeiras e à cobrança dos impostos previstos [JORNAL AMIGO, Janeiro/Fevereiro de 2000,].

O Jornal de Angola, na sua edição de 19/04/2005 notícia, “*Grossistas podem ser transformados em retalhistas*”, faz menção ao impacto da implementação das regras da atividade econômica aos comerciantes grossistas principais abastecedores dos comerciantes retalhistas de Luanda. Uma dessas regras prevê a “proibição de os comerciantes venderem produtos dos seus armazéns diretamente às pessoas singulares ou coletivas, que não estejam licenciadas para o exercício da atividade comercial, assim como a impossibilidade de alimentar o comércio informal defronte aos respectivos estabelecimentos comerciais”. A notícia classifica a zona de São Paulo como sendo “ a mais atingida no que tange a transtornos higi-sanitários, da circulação de pessoas, bens e viaturas, da salvaguarda da saúde pública e do consumidor”[**Fonte:** JORNAL DE ANGOLA, 19/04/2005].

No que concerne às práticas de venda, verificou-se uma grande dinâmica no “marketing” utilizado pelas zungueiras, no sentido de atrair clientes. Registrou-se de igual modo com alguma frequência certa discriminação dos preços em função das características de cada cliente (cor da pele, nacionalidade, aparência de posicionamento social, etc.). Ficou patente que, para o sucesso nas vendas conta muito a interação mantida com o cliente e, sobretudo a compreensão dos símbolos⁷⁴ que são utilizados no decorrer desta situação social, e

⁷⁴ Segundo Mead (apud CARVALHO,1995) a especificidade da realidade humana resulta da singularidade da atividade social, que radica na existência de símbolos. É com os símbolos e pelos símbolos que os indivíduos interagem e atribuem um sentido à sua própria experiência e a experiência com os outros, isto é, com os objetos

que vão transformando com o passar do tempo em “símbolos significantes”. A criatividade no pregão torna-se numa das principais formas de marketing por parte das ambulantes. O humor e o apelo tornam-se dois grandes elementos que compõem o pregão dessas comerciantes:

Mãe com gosto, compra boa roupa para os filhos
Minha sócia, amiga.

O grito da mulher zungueira, constitui um dos principais elos com o tradicional pregão das antigas quitadeiras, passou a fazer parte do quotidiano luandense:

“tá qui pão”, “tá qui pão”,
“arreiou nos meus copos”,
“tá qui as fraldas a passá,
“é coxaeeeeé”,
tá qui tomate a passá”⁷⁵.

Em função destas mensagens carregadas de símbolos, onde os códigos atingem a clientela, a interação social se dá pela comunicação, um tipo de linguagem carregada de códigos transmitidos por símbolos. Portanto compreender o mundo social da mulher zungueira, antes de tudo, é compreender a linguagem que estas utilizam para se fazer compreensível e transmissível. Partindo deste pressuposto, podemos dizer que elas, operam num terreno onde imperam um atendimento quase que personalizado, quer seja com os seus clientes no decorrer do “ritual de negociação”, quer seja com as autoridades ou com os seus colegas de venda. De modo geral, as comerciantes de rua utilizam um código lingüístico inovador, bastante rico em termos de símbolos. Dentre as expressões captadas durante a permanência no terreno destacamos as seguintes:

sociais que os rodeiam. Fazendo recurso a perspectiva interacionista simbólica pode-se dizer que “*os atores que estão em interação numa dada situação social interpretam esta situação e geram-na em função das suas interpretações elaboradas nestas próprias interações*” (CAMPENHOUT, 2003, p.67). Portanto o comportamento social passa a ser uma reação significativa ao gesto do outro. Podemos então referir que o mundo social é constituído de ações interativas entre os atores sociais, que são desenvolvidas pelo uso da linguagem. Através desta são transmitidas as intenções, ações, pedidos, ensinamentos, trocas de auxílio, etc.

⁷⁵Nota-se nos últimos tempos certa apropriação do vocabulário do sector informal principalmente para fins comerciais. A título de exemplo podemos citar a campanha promocional das operadoras de telefonia móvel Unitel e Movicel denominadas “arreiou” e “kilape”.

Quadro 3
VOCABULÁRIO INFORMAL DAS COMERCIANTES DE RUA

Expressão	Significado
<i>Apanhar Bobi</i>	Utilizado quando alguém entre o grupo por várias razões perde a capacidade de adquirir o negócio
<i>Dicomba</i>	Termo usado para referir a um bom dia de negócio
<i>Kilape</i>	Designa a compra e venda de uma mercadoria a crédito. Existem duas variantes: a primeira variante no ato de pagamento o valor a pagar é o mesmo que no dia da compra. A segunda variante, o valor a pagar é acrescido de taxa de juro implícita
<i>Arreiou</i>	Significa baixou, o termo é utilizado por um lado, para dar a conhecer a clientela a baixa de preços e por outro constitui uma forma de concorrência entre as zungueiras
<i>Brexar</i>	Alusivo a chamada de clientela. O termo é de modo geral utilizado pelas kinguilas
<i>Coceira</i>	Alusivo ao cliente que mexe muito os produtos e acaba por não comprar;
<i>Me abre</i>	O mesmo que me dê sorte, deixem-me em paz. Utilizado principalmente em alturas em que se registam poucas vendas, o mesmo pode ser dirigido a uma entidade suprema (dê-me sorte) ou as outras vendedoras (deixem-me em paz)
<i>Boiado</i>	Bêbado, embriagado
<i>Utilizar</i>	Referência ao consumo de bebidas alcoólicas
<i>Sócia</i>	Forma carinhosa e apelativa de tratar a cliente do sexo feminino

<i>Mãe com gosto</i>	Forma de atrair clientes para a aquisição de roupas infantis
<i>Gasosa</i>	Gorjeta, aliciamento monetário para alguém infringir a lei,
<i>Selar</i>	Fechar um dia de negócio com muita boa venda; vender tudo. Bons lucros.
<i>Bicar</i>	Chutar
<i>Yula</i>	Refere a um dia de boas vendas e de bons lucros. Por vezes, pode implicar a especulação de preços.

Os produtos comercializados vão desde a venda de bolsas, calçados e discos piratas, raízes afrodisíacas, venda de material elétrico e escolar, acessórios de beleza para senhoras. Fardo de roupa usada e venda de bebidas espirituosas, as trançadeiras de rua e acessórios de viaturas. Em relação às fontes de aquisição dos produtos por parte das vendedoras entrevistadas verificou-se que: as mulheres que vendem produtos manufaturados (fraldas descartáveis, utensílios de cozinha, produtos de beleza, guloseimas, bebidas espirituosas, roupas, etc.) são abastecidas diretamente pelos armazéns do São Paulo, do Hoji- ya- Henda, do Roque e dos arredores do mercado dos Congolenses. Ao passo que, as que se dedicam a venda de produtos do campo (couve, folha de mandioca, alface, tomate, alho, cenoura, beringela, entre outros) têm o mercado do kikolo e o município de Viana como principais abastecedores.

Quadro. 4

Produtos comercializados por gênero e local de abastecimento

Produtos Manufaturados	Local de Aquisição	Produtos Agrícolas	Local de Aquisição
Fraldas descartáveis	Armazéns do Hoji ya Henda	Alface, Couve	Mercado do kikolo
Roupas brasileiras	de São Paulo		
Utensílios de Cozinha	Mercado do Roque Santeiro		

Produtos de beleza	Armazéns dos Congolenses	Tomate, cebola,	Mercado do Kikolo
Eletrodomésticos	Mercado do Roque Santeiro		
Cervejas, refrigerantes e Bebidas espirituosas	Roque Santeiro Armazéns dos Congolenses	Batata, limão	Viana
Conservas enlatadas	Armazéns dos congolenses e do São Paulo	Cenoura, Kizaka, rarr de batata	Mercado do Kikolo
Carnes várias e pescados	Armazéns congolenses e do São Paulo Ilha de Luanda Praia da Mabunda Roque Santeiro	Berinjela, mandioca, Batata-doce	Viana

4.2.1 Kinguila e Zungeira perante si mesmas

Nas práticas cotidianas do comércio de rua as kinguilas e zungeiras diferenciam-se pelas maneiras específicas de exercer a sua atividade. As cambistas comercializam de forma sedentária ao passo que as ambulantes são majoritariamente itinerárias. Em termos de indumentária verifica-se no caso das kinguilas uma maior preocupação com a aparência, este fato é constatado na exibição de trajes caprichados, jóias de ouros, a preocupação com o cabelo. No caso das zungeiras apesar de se terem modernizado na maneira de vestir, grande parte delas, alternam entre uma indumentária mais “globalizada” e a exibição de certos marcadores que constituíram o traje típico das “mamas quitandeiras”, evidenciado, sobretudo pelo uso do mulule⁷⁶ na cintura e do lenço na cabeça.

As kinguilas por vezes exercem a função de credoras, concedem empréstimos aqueles clientes mais confiáveis cobrando uma taxa de juro que pode chegar a 50% do valor concedido. As zungeiras, por sua vez, concedem aos seus clientes o kilape que é a venda a credito. Existem duas variantes: a primeira variante no ato de pagamento o valor a pagar é o mesmo que no dia da compra. A segunda variante, o valor a pagar é acrescido de taxa de juro implícita.

⁷⁶ Tecido em Kimbundu

Tanto atividades das kinguilas como a das zungueiras não é um trabalho isolado do circuito da economia luandense, uma vez que se encontra em estreita conexão com os demais setores que configuram o circuito das atividades comerciais e conseqüentemente da sociedade em geral. Entretanto, embora elas desempenhem um papel socialmente útil para a sociedade parece que a sua inserção ainda é feita nas margens da sociedade. Elas circulam entre a invisibilidade social e a presença física e paisagística nas ruas de Luanda, entre a legitimidade social da luta pela sobrevivência e a legalidade jurídica, entre os musseques e a baixa da cidade, entre a riqueza, a ostentação dos poderosos e as carências cotidianas da maioria da população. Elas são as intermediárias, ocupando um entre-lugar (BHABHA, 1997), na medida em que construíram um novo lugar da cultura, um espaço de negociação, contato e interação entre grupos e indivíduos diferentes. Que no contexto social de Luanda se revela num espaço simultâneo de exclusão e negociações.

Os depoimentos revelam que estão cientes que a atividade que exercem não é bem vista por determinados grupos da sociedade e pelas autoridades. Elas estão atentas ao que a sociedade, diz a respeito delas e, não raros os testemunhos usam destes argumentos, quer para dramatizar a sua situação quer para justificar a razão de ser da sua atividade. Parece-nos, que as comerciantes de rua, estão conscientes da importância do seu papel enquanto intermediárias e parceiras dos grossistas. Mesmo quando rotuladas de informal e, beneficiárias de uma “parceira desigual”, isso se atendermos ao fato de na sua maioria serem comerciantes por conta própria, comprarem os produtos a vista sem nenhuma espécie de consignação.

Porque geralmente, os clientes vêm aqui por causa das vendedoras ambulantes, das zungueiras: vamos ao arreiou, vamos comprar qualquer coisa no arreiou. Eles vêm não aqui por causa dos armazéns. Geralmente quando não encontram aqui fora, entram lá dentro. Ou às vezes aqui fora tem e eles preferem comprar à grosso lá dentro. E assim, eles vendem e nós também vendemos. É normal, tem uns que compram fora, outros que vão comprar dentro. Até nós vendemos mais barato, eles vendem a grosso, nós vendemos a retalho[
Fonte: Entrevista com Zungueira, Bairro Hoji-ya-henda]

No sentido de inferir como as entrevistadas definem a sua situação⁷⁷ evitamos no decorrer das entrevistas, pelo menos no início destas, utilizar qualquer tipo de rótulo para referir à atividade exercida por elas. A partir dos depoimentos podemos inferir que: não

⁷⁷ Para compreendermos a forma como estas mulheres concebem a atividade por elas exercida recorreremos ao conceito de «definição de situação», utilizado pela primeira vez pelo sociólogo americano William Thomas. Segundo Thomas ” Quando os homens definem a sua situação como reais, elas são reais nas suas consequências”.

obstante as atividades de rua constituir uma resposta das mulheres à situação de precariedade econômica e social que enfrentam, e conseqüentemente uma estratégia de sobrevivência econômica. Dos depoimentos colhidos no decorrer do trabalho de campo, podemos constatar que a representação, ou seja, sua “definição de situação” oscila entre o esforço de inclusão e a situação de marginalização social em que se encontram mergulhadas.

Se bem que alguns cidadãos, não concordam com a nossa atividade. Por vezes, nós impedimos a passagem e alguns ficam chateados, mesmo com razão. Mas uns velam pela vida, vêm como a vida está. Eles apóiam, porque a situação de Angola, não está fácil, principalmente porque há muito desemprego agora. A pessoa está aqui não é por ter aquela força de vontade de estar aqui na rua. Porque há muita gente de nós que tem cursos. Porque hoje em dia, tudo é a base de dinheiro, isso é que nos faz vir aqui. Às vezes os automobilistas querem passar por aqui, temos que recolher as coisas, deixar a passagem. Também a policia, quando está engarrafado e querem passar, eles pisam por cima de tudo. Não há aquela paciência de que temos de recolher, puxar tudo [Fonte: Entrevista com Zungueira, hoji ya Henda].

Na análise de conteúdo feita às entrevistas, foi curioso perceber que a palavra mais utilizada por elas para definir a sua situação foi “sofrimento”. Desta feita conseguimos colher relatos por parte das entrevistadas que espelham as percepções que estas têm de si mesmas e da sua condição e, numa correlação entre “ganhos” e “perdas”, “custos” e “benefícios”

Zungar é Sofrimento: a «zunga» é vivida simultaneamente como uma resposta (estratégia) e como um pesado fardo social imposto pela realidade social, ou seja, ganhos e perdas. A própria percepção das “atrizes sociais”, faz com que essa atividade seja vivida como castigo e ao mesmo tempo como uma promoção social. Grande parte das mulheres explicarem que não agüentam mais o sofrimento das ruas: as poeiras, o barulho, a poluição, a violência. Ao falar da atividade que exercem e das demais exercidas dentro do setor informal utilizam os termos “vender, fazer negocio”, “desenrascar”. Elas mesmas definem a sua situação como precária, como sofrimento. Quanto a esta questão as mulheres relataram acerca das carências e dificuldades que encontram e, sobretudo o longo percurso que realizam desde as primeiras horas do dia até ao cair da noite. Falavam, sobretudo, da poeira, da criminalidade, dos abusos das autoridades e do atormentador cansaço com o qual se debatiam ao chegarem a casa, a falta de um local para efetuarem as vendas. Todas essas peripécias fazem com que o comércio de rua, seja vivenciado num clima de riscos e incertezas permanentes e uma ameaça constante de expropriação.

Eu sou zungueira, onde der eu vou. Porque eu sou zungueira, eu ando muito. Temos sofrido muito. É muito sofrimento. A vida que eu estou a levar só Deus quem sabe, é pá, está mesmo mal, tem que parar este sofrimento. A pessoa tem que sair seis horas sem comer nada, vinte e uma hora está chegar a casa. Porque zungar também é sofrimento, toda hora rodear. Quando chego a casa corpo bem cansado não consigo fazer mais nada. Quando vamos à praça, nós as zungeiras já não tem sítio para nós, quando tentamos posar o negocio, tão nos xotar, Tá mesmo mal. A zungeira não pode vender, não tem sítio para vender. Sofrimento é demais num temo nada. Todo o tempo é rodear toda a cidade só para conseguir qualquer coisa para as crianças: todos os santos dias, a pessoa não tem descansa, se não vou assim o dinheiro já vai a baixo. Há vezes que vai com a banheira cheia e volta com a banheira cheia. Dinheiro num sai, tens que tirar nas folhas para comer. O grande problema que encontro é o cansaço saí daí da Asa- Branca a pé até girar, até quando acabar, mo cansaço é esse. Fico toda castigada, fico cansada. Meu cansaço é esse ter que andar toda hora a pé. [Fonte: Zungueira, Bairro Hoji-ya-henda]

Questionada acerca da sua visão em relação às condições sociais do país, após o conflito armado, Lurdes apresenta o desemprego e a pobreza como dois grandes fenômenos que continuam a crescer no seio da população luandense. O que segundo ela tem aumentando o fosso entre os que muito têm e os quase nada possuem. Lurdes aborda esse tema de maneira bastante reflexiva das dificuldades dos mais desfavorecidos em superar estes obstáculos sociais. Vê o futuro com certo pessimismo, prefere encarar a dura realidade presente a sonhar com um futuro mais promissor. Entretanto fala de uma possível mudança no que concerne a ocupação profissional.

Benefícios: entretanto podemos dizer que estas mulheres, ao procurarem respostas para fazer face a esta situação de pobreza possuem um papel ativo na construção da realidade sócio-cultural. Deste modo, o mercado passa a ser o espaço social de sobrevivência, mas também de inserção e expressão, onde se desenvolvem novas sociabilidades e circula a informação (Pacheco, 1994), visto que: “*experiências compartilhadas por pessoas em condições assemelhadas de existência constroem identidade. Essas/ identidades, pois, não surge do nada ou de um processo pré-determinado, não são sempre únicas, definidas e imutáveis*” (CESCONETO, 2004). Uma parcela considerável nos confidenciou através nos lucros obtidos nos negócios conseguem erguer a casa própria e manter os filhos na escola.

A essa questão está intimamente relacionada aos rendimentos e das estratégias de reprodução familiar. Por sua vez, o conceito de estratégias de sobrevivência faz alusão ao conjunto de práticas sociais diferenciadas, realizadas consciente ou inconscientemente por indivíduos, grupos sociais, e famílias, seja para conservar ou aumentar seu patrimônio, para manter, ou melhor, sua posição na estrutura de relações de classes ou para garantir a sobrevivência. Vários autores discutem conceitos como estratégias de reprodução, estratégias famílias, estratégias de vida ou de sobrevivência, remetendo às famílias e unidades

domésticas para articular os processos de manutenção cotidiana, de manutenção geracional e de reprodução das relações sociais. As estratégias são vistas como estruturas de opção ou de decisões, atuando de modo interdependente – como práticas de trabalho de procriação, de socialização dos filhos, de migração.

No contexto (s) africano (s) essas estratégias de sobrevivência e de reprodução melhor atingem os objetivos e os propósitos que lhes servem de base quando suportada, pelo grupo familiar, articulando atividades e complementaridades. Esta análise das estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em meio urbano se apoia em duas idéias centrais: as estratégias são concebidas e postas em prática pelo grupo familiar, desempenha papel social fundamental central e concentrador no que diz respeito à gestão de membros; as estratégias são implementadas e desenvolvidas segundo o princípio da dispersão das possibilidades geradoras de rendimento por atividades e por membros da família, bem como a dispersão das redes de solidariedade onde se incluem os membros das famílias (RODRIGUES, 2006, p. 182).

No que concerne aos rendimentos obtidos com a venda não são uniformes. Estes variam dependendo muito da quantidade de mercadoria comprada o preço praticado e o tipo de negócio.⁷⁸ Por outro lado, verificou-se também que a aplicação dos rendimentos varia consoante a idade e a responsabilidade familiares, como número de filhos, chefia familiar, número de dependentes no agregado, bem como ter ou não um parceiro que ajude nas despesas do lar. Há uma tendência das vendedoras mais jovens gastarem seus rendimentos em roupas, educação em raros casos, ou seja, as mulheres mais jovens e com menos responsabilidades familiares têm maiores oportunidades de investirem em si mesmas, em relação a mais velhas e com maiores responsabilidades familiares. Entretanto entre os dois grupos predomina como principal preocupação a sobrevivência e reprodução familiar. No caso por nós aqui analisado, importa referir que se não fosse os rendimentos obtidos com as vendas grande parte das mulheres estaria a viver em situação de indigência.

Questionadas acerca da aplicação dos rendimentos nossas interlocutoras relataram que o rendimento serve, sobretudo, para subsistência para cobrir as questões alimentares, ainda assim é possível notar que é através desses recursos que conseguem garantir a educação dos filhos e manter a casa. A educação dos filhos passa a ser um grande investimento, uma aposta num futuro melhor: *Não posso dizer que, aquilo que eu estou a fazer é que o filho também tem que fazer. Porque, se o filho seguir o meu caminho conforme está é negativo. Tenho que incentivar os*

⁷⁸ Durante as entrevistas foram referidos valores que variam dos cinco aos trinta dólares norte-americanos.

miúdos, para estudarem, para a vida não ser mais como a minha [Fonte: Entrevista com Lurdes, Kinguila]. Parte significativa dos lucros obtidos nos negócios vai para a compra de alimentação. O que torna difícil calcular o rendimento total auferido, todos os dias após a venda uma parte destes vão para a compra de alimentos para a confecção das refeições.

Deolinda, a zungueira-empREENDEDORA

Deolinda, 23 anos, natural do Município de Bula Atumba, casada. Mãe de três filhos. Estudou até a sexta-classe. Saiu da sua zona de origem aos nove anos de idade acompanhada dos pais, marceneiro e doméstica que veio a Luanda a procura de trabalho. Acerca de catorze anos iniciou as atividades informais, primeiro como vendedora de bolos, na esquina de sua rua, onde permaneceu por dez anos. Nos últimos quatro anos ingressou para venda de frango a retalho, na mesma esquina por onde iniciou. Questionada acerca das motivações para entrada e permanência nas atividades informais, respondeu *“porque eu vi que é um serviço fácil. Porque sai o ganho para sustentar os meus filhos e, me sinto satisfeita porque não há emprego, pois se tivesse não estaria aqui”*. Foi uma das raras entrevistadas que declarou ter outras fontes de rendimento para além da venda de frango a retalho. Deolinda compra mercadoria em Luanda e, envia para o mato para ser comercializada. “Questionada sobre os planos futuros, disse almejar expandir os seus negócios através de um empréstimo bancário, porque segundo ela *“cada dia que passa eu também quero mudar”*. *“Quero mudar, porque o bem-estar também faz falta na sociedade”*. [Fonte: Entrevista com Deolinda, Zungueira]

Embora parcela considerável das nossas interlocutoras apresentarem a necessidade de sobrevivência física ser a principal motivação para ali estarem. A leitura e análise das entrevistas revelam que elas conseguem muito mais do que a reprodução física, elas almejam acima de tudo, a reprodução social de suas famílias. O investimento na educação dos filhos, a compra de terrenos, a construção da casa própria, a manutenção da casa, são indicadores disso, tendo em conta o próprio depoimento de grande maioria das entrevistadas, fica patente que uns dos grandes contributos dos rendimentos que as mulheres vendedoras auferem nos negócios têm sido aplicados na educação dos filhos, o que evidentemente nos remete para uma dimensão

muita além da satisfação da sobrevivência física (questão alimentar), mas, agindo como um fator de redução da pobreza, de reprodução social, uma vez que a educação dos filhos tem sido vista como um grande investimento, uma aposta na melhoria das condições sociais futuras das famílias mais carentes.

As próprias comerciantes apresentam como grande motivação da para a continuidade nessa atividade, o fato de esta garantir o sustento da sua família, ao mesmo tempo, os obstáculos que encontram no dia-a-dia bem como a maneira influencia nas representações que elas fazem do trabalho que exerce. Os lucros são apresentados como a grande motivação que as faz suportar todas as vicissitudes que encontram no espaço de Venda. De outro lado, temos as motivações que emergem da necessidade de ajudar do ponto de vista orçamental os esposos, devido ao baixo salário dos maridos procuraram mobilizar formas de rentabilizar esses escassos recursos e criar uma renda complementar. De outro lado temos aquelas que são as principais provedoras de recursos para o agregado. Subjacente a esta motivação existe uma representação da zunga enquanto o lugar de sofrimento, às vezes vivido como algo depreciativo.

4.3 Trajetórias de vida

Um ponto comum não só a estas, mas, a trajetória de vida de outras entrevistadas é o deslocamento das províncias de origem para Luanda. Todo este deslocamento mantém com base as construções de laços familiares e de parentesco entre os que ficam e os que estão já estabelecidos em Luanda. Outro aspecto constatado, diz respeito a um processo de mobilidade social descendente que grande parte das nossas interlocutoras parece ter vivenciado. Esse processo se caracteriza por uma descida de status social dentro das atividades informais. Os fragmentos da trajetória de vida de Tânia, que a seguir apresentamos, parece bem ilustrar esse fenômeno.

Tânia é natural de Ndalatando, município de Samba Caju província do Kwanza-Norte. A curiosidade em conhecer Luanda fez se deslocar da sua zona de origem e se estabelecer na cidade capital, desde 1983, acerca de 26 anos. Onde se casou e teve cinco filhos. Tânia ingressou na atividade comercial efetuando viagens inter-regionais entre Luanda e Lubango (capital da província da Huila), trazendo carne bovina abatida para comercializar na capital. Pouca experiência em gerir negócios a fez com que não conseguir

obter poupanças e gerir renda para manter os negócios. Depois de impossibilitada de continuar com o negócio de carne, passou algum tempo em casa, até que um parente a introduziu no negócio de banana. Nossa interlocutora diz não pretender se estabelecer nesse negócio pretende alcançar outros patamares e recuperar seu antigo lugar dentro do comércio.

Ao analisar aspectos ligados a zona de origem das entrevistadas, fica nítida que grande parte delas não é originária de Luanda. Das 33 entrevistadas 23 (72%) são provenientes das mais diversas regiões do país ao passo que somente 10 (30%) nasceram na cidade capital. Verificando-se a seguinte composição: (10) nascidas em Luanda; (6) provenientes da Província de Malange; (4) de Benguela; (3) do Huambo; (1) do Kwanza-Sul, (3) do Kwanza-Norte; (1) Bengo; (1) do Namibe; (2) do Bié; (1) do Uíge e (1) da Huíla. Como fatores ligados a tal migração se podem citar: o deslocamento frenético de populações quer a procura de segurança durante o período do conflito armado, quer a procura de melhores condições de vida ou oportunidades de negócios em Luanda⁷⁹, esses se afiguram como os grandes fatores explicativos para essa situação. Neste sentido, a necessidade de ganhar a vida torna-se o primeiro dilema neste processo de integração dessas migrantes. São os amigos e familiares que vão mais tarde inseri-lo na economia informal de Luanda, fornecendo as regras do mercado; a compra de mercadoria; as estratégias de venda e as redes de solidariedades.

De uma maneira geral, as nossas interlocutoras são socialmente originárias de famílias do interior do país. São filhas de pais não escolarizados, ou com baixo nível de escolaridade, havendo raras exceções de pais que alcançaram uma educação média ou freqüência ao ensino superior. No que se refere à zona de origem, registramos igualmente uma heterogeneidade de proveniências. Há uma predominância clara das mulheres provenientes da área cultural Ambundu (62,3%) seguidas do grupo Ovimbundu (34,3%), conforme indica a tabela a seguir apresentada.

⁷⁹ Grande parte dessas deslocações foram efetuadas entre os finais da década de 80 e inícios da década de 90. Estas datas coincidem com marcos históricos importantes nomeadamente: o período de transição entre a I e a II República que, implicou reformas políticas e económicas; Assinatura dos Acordos de Bicesse, a realização das primeiras Eleições Multipartidárias e o Eclodir do conflito pós-eleitoral.

Tabela 5 – Entrevistas segundo o grupo etnolinguístico ⁸⁰

Etnia	Comerciantes Entrevistadas
Ambundu	52,5%
Ovimbundu	34,3%
Bakongo	3,1%
Total	100

No que se refere ao nível de escolaridade, verificou-se que parte considerável das entrevistadas somente possui o nível primário completo, bem como uma declarada ausência de qualquer tipo de formação profissional. Não obstante tal constatação parece existir uma tentativa por parte das mais jovens em alcançar maiores níveis de escolaridade e uma forte tendência em conciliarem os estudos com as atividades de venda e os cuidados com o lar. Este grupo geracional parece ter outra maneira de estar na atividade informal, uma vez que esta é vista por elas, não como algo permanente, mas, como uma maneira de se inserirem no mercado de trabalho formal. Para estas, o comércio de rua se constitui num lugar de passagem permite o prosseguimento dos estudos, ao mesmo tempo em que garante a sobrevivência econômica da família, ou seja, é o lugar onde vão buscar recursos para realização de outros anseios pessoais e profissionais.

Ngueve nasceu no interior da província do Huambo. Em 1992, por altura do conflito pós-eleitoral desloca-se com os pais para a cidade Huambo, onde permanecem até 1999 altura em que se deslocam a Luanda, a procura de segurança e melhores condições de vida. A quando do deslocamento, tinha como escolaridade a sexta-classe, ficando dois anos longe dos estudos, retomando em 2002. Concluiu a sétima classe e, cursando por altura da entrevista a Nona classe. Paralelamente a isso possui o curso de informática e pretende efetuar outros cursos profissionalizantes. Vendo que só estudar não garantiria a sua subsistência, em 2004 se lança no negócio de calçados brasileiros. Posteriormente diante da falta de mercadoria ingressou,

⁸⁰ A tabela foi construída a partir de inferência feita às respostas obtidas acerca das zonas de nascimento dos pais e das entrevistadas.

temporariamente, na venda de cuecas. Mora com o marido, técnico médio de enfermagem, e os dois filhos. Seu objetivo é fazer o curso de enfermagem, enquanto isso vai fazendo alguns cursos profissionais, pois como ela mesma diz. Seu objetivo é adquirir novos conhecimentos, para poder avançar na vida [Fonte: entrevista com Ngueve, Zungueira, Hoji-ya-Henda].

É também nesse grupo que encontramos de certa forma uma trajetória social marcada por passagem por empregos fora das atividades informais, bem como por um interesse na aquisição de novas experiências profissionais que observem as exigências do mercado oficial de trabalho, onde algumas de nossas interlocutoras, segundo depoimentos, almejam futuramente estar inseridas. Esta geração manifesta uma maior perspectiva de inclusão, por isso seu horizonte é de uma atividade passageira no intuito de alcançar outra situação. Trata-se, nestes casos, de uma estratégia de sobrevivência num contexto em que se entrelaçam nacional e global e, em que os situados fora do mercado sob pena de serem exterminados têm de reinventar a cada dia a sua subsistência.

Datilografa a vendedora de roupa íntima brasileira

Chama-se Domingas, nasceu em Luanda, mas, seus pais são naturais do C. Norte. Quando estes faleceram, era ainda bebê. Hoje casada, vive com o marido e os sete filhos no Bairro da Mabor, Município do Cazenga. Tem como escolaridade a sétima classe. Trata-se dentre as nossas interlocutoras, uma das poucas que possui uma trajetória profissional, marcada pela passagem pela função pública, onde segundo ela fora, datilografa-escritorária no Ministério das Obras Públicas, ambiente e Urbanismo, permanecendo quatro anos nessa função. O baixo salário e a ausência de outros benefícios sociais complementares fizeram-na abandonar o trabalho, para se dedicar ao comércio. Por altura da realização da entrevista, Domingas se dedicava a venda de sutiã e biquíni do Brasil, negócios adquiridos no Mercado do Roque Santeiro, atividade que exerce acerca de dois anos. Entretanto, diz estar já cansada das condições com quais exerce a atividade “*porque é pá,*

ficar aqui por baixo do sol, já não estou a agüentar”. *Se conseguir um furo*⁸¹ *numa empresa ou vou deixar* “[Fonte: fragmentos da história de vida de Domingas, Zungueira]

De certo modo, a variável idade, número de filhos e estado civil vão influenciar esse fenômeno. Observando as características sócio-demográficas desse subgrupo notamos que, trata-se de uma população composta por mulheres jovens na faixa etária dos 23 aos 25 anos, solteiras (5) ou em situação conjugal de “amigadas” (3) sem filhos (3) ou quando os têm a média é de dois filhos (4) e com um percurso recente dentro do sector informal (Ver em anexos quadro de caracterização das entrevistadas). Todas elas, atuando como vendedoras ambulantes, zungueiras. Aqui, mais uma vez, observamos a questão geracional na medida em que as mais novas se mostraram mais predispostas em alcançar a integração no mercado de trabalho formal. De modo geral, o grupo pesquisado possui uma idade mínima é de 20 anos, ao passo que idade máxima é de 60 anos, sendo a média de idade de 32 anos.

Tabela 6 – Estatuto civil das entrevistadas

Solteira	Separada	Amigada	Casada	Viúva
18,8%	3,1%	40,6%	31,2%	5,2%

Paralelamente a este, temos um grupo de mulheres comerciantes, geralmente mais velhas que possuem longo percurso dentro das atividades informais, “as mães quitadeiras”, com menores níveis de escolarização e, que de alguma forma se encontram acomodadas nessa atividade, ali fizeram suas vidas, com bastante suor conseguiram construir a casa própria, educar os filhos. Essas senhoras não visualizam alternativa para além das atividades de venda. Como elas mesmas dizem: “*Já estamos habituadas com esse negócio*”. Neste contexto, enquadro a “história de vida” de **três irmãs, Tia Josefa, Tia Antônia e Tia Maria:**

⁸¹ Lugar.

Filha de pais camponeses, tia Josefa é natural de Malange, de onde saiu depois da independência, em 1975, para Luanda. Atualmente é vendedora de rua nos arredores do Mercado da Asa Branca, Tem 50 anos, 28 dos quais passados no sector informal de Luanda, mãe de 5 filhos, diz todos dependerem economicamente dela, vive maritalmente e se assume como a principal provedora de recursos para o agregado familiar, conforme ela diz:”Eu mesmo é que sustento a minha casa. Eu é que se agüento com os filhos, tenho cinco filhos, todos dependem de mim, são pequenos. Marido de agora. No meu caso, falo verdade não tem pessoa que me ajuda tudo mesmo só eu. Tudo depende mesmo aqui da Asa Branca, tudo da Fuba [Fonte: Entrevista com Tia Josefa, Asa Branca]

Vestida a moda da antiga quitandeira, lenço na cabeça e panos. Fala do seu percurso como quitandeira, com início no ano de 1979 no Mercado do Imbondeiro, uma das “quitandas” da época, por influência de suas duas irmãs já quitandeiras. Tendo em 1992 se estabelecido no mercado da Asa Branca como vendedora Grossista de engradado de cerveja. Tia Maria, outras das irmãs, fala do percurso no mercado e dos tempos dos bons negócios com saudosismo:

Eu inicieei em 1992, na altura quando iniciou aqui a praça, eu estava a morar na Petrangol. Em 1992, comecei a vender cerveja em grade, nos íamos à fábrica da Cuca, comprávamos carros e depois íamos vender a outras pessoas, despachávamos muito bem, mas, desde que a praça está na confusão e desde que estão já as lojas, o comércio, essas casas, toda gente já tem negócio da praça, pronto deixamos de vender cerveja em grande e, eu fiquei a vender gasosa, gasosa mesmo já na zunga só para conseguir um bocado de pão. Mas ficamos mais arrasca, quando a praça saiu daqui para e, fomos ali para praça nova do Cantinton, Ai é onde sofremos mais, ai fizemos lá um ano. Depois regressamos mais aqui, e não conseguimos lugar lá dentro, para, além disso, lá dentro o negócio não estava a andar, por isso ficamos aqui a vender fora. Mesmo lá dentro, o povo também não chegava, negócio também não andava, é pá, saímos lá e viemos aqui, até aqui estamos a se remediar minimamente [Fonte: Entrevista com Tia Maria, Mercado da Asa Branca].

De 56 anos, tia Antônia é irmã mais velha de tia Josefa, Nasceu de igual modo em Malange, migrou para Luanda em 1977, entrou no comércio informal dedicando-se a venda de fuba, comprando bombó para posterior mente levá-lo a moagem no Bairro do Rangel. Assume-se como sendo a responsável do agregado, coabitando com seu marido, que afirma estar aposentado. Recorda sua infância, trabalhando juntos dos pais nos campos de algodão, na província de Malange, ainda no “período colonial”:

Naquela época do tempo colonial, nós éramos crianças ainda. Você tem que ir a fazenda dum branco e, ai aonde você vai, tens que trabalhar também. *O senhor te dava “fulana de tal tem de trabalhar e vais ganhar X”*. Colhíamos algodão. Mas não é tanto como agora, porque nós agora estamos livre. Você é que sabe se trabalha, você é que sabe se larga a que horas [Fonte: Entrevista com Tia Antonia, Asa Branca]

Observando a composição sóciodemográfica das entrevistadas podemos constatar que a maneira de encarar o trabalho informal como transitório ou permanente pode variar em função a idade, escolaridade, origem social encargos familiares, rendimentos obtidos, da capacidade física para agüentar a atividade. Verificou-se uma clara tendência das mais jovens encararem o comércio de rua como algo provisório, ao passo que as mais velhas com maior tempo de transito dentro das atividades informais e com baixo nível de escolaridade tenderam a manifestar maior desejo de prosseguir com esta. Por outro lado, são as mais velhas que mobilizam grande parte dos recursos obtidos na venda, para a educação dos mais jovens e para reprodução social. Uma vez que maior parte dessas mulheres pretende que seus filhos conseguem alcançar oportunidades sociais muito mais satisfatórias. Daí que corroboramos com Oliveira (2005), quando fala de um caráter ambivalente das atividades informais (particularmente as de rua), na medida em que é ao mesmo tempo provisório e permanente. Na sua argumentação a pesquisadora faz referencia que a condição de informalidade é vivida como permanente pelo fato de as possibilidades de inserção ou re-inserção no núcleo estruturado do mercado de trabalho torna-se mínimas no contexto de desregulamentação e flexibilidade do trabalho, principalmente, para os trabalhadores informais mais velhos e menos escolarizados. Sendo assim, o mundo do trabalho informal se configura como a única alternativa plausível para fugir do estigma social do desempregado e assegurar a reprodução dos homens e mulheres “sem emprego”. Por outro lado, os riscos, as incertezas e a instabilidade das condições de trabalho com a esperança de ter emprego com carteira assinada fazem com que a condição permanente do trabalhador informal seja vivenciada sob o signo de provisório (OLIVEIRA, 2005 apud DURÃES, 2006, p.6).

4.4 “Homem a vender ali, mulher a vender aqui”

Nesta seção, retomamos as discussões acerca das dinâmicas e negociações de papeis de gênero no interior das atividades comerciais de rua, iniciada no segundo capítulo. Para essa abordagem inicial, começaremos por acentuar a existência de uma tradicional segmentação, das atividades comerciais, por gênero e idade, embora em algumas atividades esta delimitação não esteja bem patente, torna-se um aspecto importante e digno de realce. Podemos citar, por

exemplo, a especialização de mulheres em atividades como o comércio de alimentos; a troca de divisas; serviço de beleza; a venda de bebidas e artigos de uso doméstico entre outros. Já os indivíduos do sexo masculino são mais visíveis em atividades como a venda de acessórios automóveis, mobiliário, artigos de consumo doméstico, carregamento de mercadorias, serviço de lavagem, estacionamento e segurança de carros, só para citar algumas.

No que toca à estratificação por idades pudemos notar que existem atividades tradicionalmente exercidas por indivíduos cuja faixa etária ronda entre os 12 aos 19 anos, temos como exemplo a venda de sacos plásticos. Pensamos que tal estratificação embora não seja rigorosa, prende-se ao fato da própria complexidade característica de cada atividade, sendo que umas exigem mais experiência, outras requerem maior esforço físico e outras mesmo requerem maior dinamismo e mobilidade. Com objetivo de inferir as opiniões das nossas interlocutoras, acerca desta segmentação das atividades por gênero, solicitamos que expusessem suas opiniões acerca da presença masculina no comércio de rua e qual seriam as atividades mais comuns as mulheres e aos homens. Uma delas respondeu:

Tá mal, tal mal. O homem coisa dele é mesmo só trabalhar nas empresas. Há homens que zungam roupas lá na baixa, aqueles papás mesmo, a venderem coisinhas na baixa. É sofrimento ou não, um homem grande que dá para trabalhar? Negócio dos homens é vender pastas, mala, rádios. As mulheres também são outros negócios água, zungar água; vender tomate mesmo na zunga; fuba mesmo na zunga; coxas de frango. Agora está mal, não havia esta mudança. Dantes o homem trabalhava, a mulher mesmo que não tem esperava lá em casa o marido trazer qualquer coisa, o homem só diz: toma. Mas agora já não está a existir, é mulher no mercado, marido também no mercado. O homem a vender ali a mulher a vender aqui. É isso que nós estamos a ver. Às vezes, você a vir aqui a sofrer, o marido a vir beber o caporoto⁸² dele. Dantes não, dantes estivemos a esperar o papá vir nos trazer. Não é tanto assim como passar o dia aqui no sol. Estamos a passar o dia na poeira, sofrimento, o sol [Fonte: Josefa, Mercado da Asa Branca].

O relato da nossa interlocutora, ao mesmo tempo em que corrobora com um ideal nostálgico da tradicional segmentação das atividades por gênero, onde exista rigidez na demarcação de "negócio de homem" ou "negócio de mulher". Sua fala indica que os tempos são outros. O homem já não é o principal provedor de recursos para manutenção da sua família e que de certa forma vai perdendo esse status dentro do núcleo familiar. De outro modo, espelha também como nesse contexto os rendimentos das mulheres constituem cada vez mais o suporte orçamental dos agregados. Essa mudança de papel, resultantes desse processo parece ter sérias repercussões na estrutura social das famílias Luandense. A título de exemplo, um trabalho realizado por Ducados, junto de mulheres comerciantes de peixe, revela

⁸² Trata-se de uma bebida destilada em moldes tradicionais

que muitas vezes elas são alvos de injustas acusações e de atos de violência doméstica. Ducados afirma que, “*os rendimentos das mulheres no sector informal da economia começaram causar um sério conflito cultural pondo em causa a capacidades dos homens de ganhar rendimentos e o papel tradicional dos dois sexos na família*” (DUCADOS, 2000, p.). A experiência urbana das mulheres em África evoluiu diferentemente, consoante a sua pertença de classe (COQUEVERY-VIDROVITCH, 1994 apud DOMINGUES, 2000, p.45). Enquanto as mulheres da classe média tenderam a conformar-se no modelo ocidental da mulher no lar, dependente economicamente do marido, as mulheres das classes populares, parecem ter encontrado, novas oportunidades de emancipação (ROBERTSON, 1995 apud DOMINGUES, 2000, p.)

Nossa análise do percurso dessas mulheres lança uma reflexão de elas, as vendedoras, tenderem a alcançar a sua emancipação social em relação aos rendimentos de seus maridos. Aqui o termo “emancipação social” é usado aqui para caracterizar por um lado, esta possível inserção da mulher no espaço público⁸³ da “grande cidade e, por outro, à vontade de não dependerem dos seus cônjuges, uma das entrevistadas replicou: “*Eu também não posso deixar de vender, toda hora esperar só do bolso do outro. Se ficar só em casa o homem não vai me dar nada. Se tu pedes dinheiro em casa, primeiro é te dar um disparato. Se não trabalhas eles te desprezam, te chamam acaba molho*”⁸⁴, [Fonte: Zungueira, Hoji-ya-henda].

Nesse contexto é mediante as atividades que exerce que a mulher sente-se reconhecida e mais livre, à vontade, dona de si mesma, tais sentimentos são exteriorizados através de cânticos, danças e interações simbólicas que estabelecem entre si e com os clientes. Sobretudo libertam-se de muitas angústias suportadas no seio familiar.⁸⁵ A partir da venda elas conseguem integrar-se num conjunto de redes de interações que engloba os seus clientes, colegas de venda e até com os fornecedores das mercadorias o que permite uma relativa integração nas redes das relações nas grandes cidades. Abrindo caminho para o que Boaventura de Sousa Santos (2000) designa por relações emancipatórias, isto é, relações que criam um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais, que se desenvolvem, portanto, no interior das relações de poder.

⁸³O conceito é aqui utilizado no sentido socioantropológico atribuído por apud Maia(2002) , isto é, como sendo o modelo teatral, os actores representam o seu papel de homens públicos, segundo as convenções que orientam a vida em público ou das relações publicas. Neste sentido o conceito é entendido como cena de visibilidade em que as coisas aparecem (GOFFMAN, 1973; SENNETT, 1979 apud MAIA, 2002, p.89)

⁸⁴ Equivalente a usurpadora

⁸⁵ No decorrer das entrevistas podemos notar a necessidade que grande parte delas sente de serem ouvidas e desabafar suas angustias com alguém.

“Em casa não vou sentar”

Escurinha, amigada, dois filhos [eu naquela altura, vendia no São Paulo. Vendia em frente ao Cine São Paulo, vendia fresco⁸⁶. Comprava ali dentro do Cine ou na Macambira e, despachávamos ai. Comprávamos caixas de entrecosto, carne e coxa de frango. Trabalhei lá dois anos e tal, a caminho de três. Aqui já estou a caminho de três anos, assim que o São Paulo acabou uma amiga me puxou e estou aqui] Vendo aqui, porque não tenho mais nada para fazer. Vou fazer mais o quê? Em casa não vou sentar. Me puxaram, meu marido não trabalha depende dos negócios. Estou aqui a remediar, é aqui onde sai qualquer coisa, esses são os fatores que me fazem hoje estar aqui no arreiou.

Retomando a questão das dinâmicas de gênero, constatações feitas no campo chamam atenção, para uma forte pressão que tem vindo a ser exercida sobre o sector informal urbano de Luanda.⁸⁷ O tem originado, um relativo rompimento com a tradicional estratificação sexual das atividades informais criando um certo deslocamento de tradicionais papéis de gênero. É já bastante usual, encontrar operadores do sexo masculino a exercerem atividades tradicionalmente ligadas às mulheres e vice-versa. Na busca de satisfação das necessidades básicas, as populações evidenciam um grande potencial criativo, que como já fizemos referência, tem extrapolado a tradicional estratificação de gêneros dentro do setor, vários exemplos poderão espelhar tal mudança.

O primeiro caso, o mais visível, é a entrada massiva de jovens rapazes no comércio ambulante, pratica tradicionalmente atribuídas as mulheres. Outro, prende-se a entrada de jovens rapazes na prestação de serviços de beleza e venda peças íntimas feminina. No caso dos primeiros, trata-se de “uma nova categoria de operadores” que prestam igualmente serviço ambulante de manicure e pedicure, a uma clientela majoritariamente feminina, seus clientes são de várias origens social e econômica.

⁸⁶ Carne congelada.

⁸⁷ causado por um lado, pelo contingente de populações de todos os quadrantes que se fixaram em Luanda, pela larga vaga de migrantes que continua a deslocar-se à cidade capital e por outro, devido à elevada taxa de desemprego e as ausências de alternativas de emprego formal que se registram,

No exercício cotidiano do seu “ofício”, caminham pelos mercados, seus arredores e um pouco por toda cidade, exibindo seus produtos a procura de potenciais clientes, em grande parte mulheres comerciantes de rua. Eles exercem esta atividade com bastante habilidade e técnica, vão ganhando cada vez mais espaço num setor tradicionalmente atribuída as mulheres.



Fig. 17- Jovens pintores fazendo os pés de duas jovens kinguilas no Bairro Hoji ya Henda

Durante o trabalho de campo buscamos acompanhar a atividade desses jovens rapazes habitualmente designados por “pintores”, o que resultou numa conversa informal com três desses operadores, ambos naturais da província de Benguela.

Os “Pintores”

Mânico de 18 anos, Pedro de 17 anos e Gasparito de 24 anos. Ambos naturais da Ganda, província de Benguela. A procura de melhores possibilidades de existência fez com que se deslocassem à cidade. Agora transitam entre Luanda e a província de origem. Os três jovens residem em uma casa alugada nas imediações do Mercado Roque Santeiro, município do Sambizanga. Dizem que deste modo, conseguem proteção contra meliantes e poupar dinheiro para comprar roupas, eletrodomésticos e enviar dinheiro para família. Geralmente a refeição mais caprichada do dia é preparada após o termino das atividades, isso por volta das seis da tarde. Na altura da entrevista uma manicure e pedicure custavam cerca de duzentos e cinquenta kwanzas e

os vernizes comercializados cada um a cinquenta kwanzas. [Fonte: conversa com Jovens pintores, Bairro Hoji ya Henda]

Questionados acerca da sua atividade e, se tinham alguma dificuldade em desempenhar uma atividade outrora tida como feminina responderam: “*Antes eram as mulheres, agora nós é que mandamos*”. Relativamente a aprendizagem do ofício os jovens confidenciaram que esta é feita através da observação do quotidiano de amigos que trabalham em salões de beleza [Fonte: Conversa com Pintores, Congolenses].

Um terceiro, caso é o da entrada de indivíduos do sexo masculino nas atividades ligadas ao comércio de divisas, fez surgir os doleiros. Anteriormente atividade exercida majoritariamente por mulheres, as tradicionais kinguilas. No caso das mulheres cresce o número de comerciantes que se dedicam a venda de materiais de construção civil e elétricos.

Nossa hipótese é que o contexto no qual se desenvolvem estas atividades está a criar uma geração de homens e mulheres mais preocupados com o seu sustento, mesmo que esse implique o rompimento com os tradicionais modelos de gênero. Daí que começa a existir uma geração de jovens, tanto rapazes como rapariga, que vão desafiando a tradicional divisão de gênero antes verificada. Deste modo, como as atividades, até então “femininas”, passaram a ser vistas como lucrativas os homens entraram no mercado. Naquelas atividades, ainda não exploradas por elas, o nicho de mercado, eles foram mais rápidos e se aproveitaram para ocupar o espaço. De alguma maneira eles fizeram a inversão de papéis de gênero. Não vão ocupando lugares em profissões tradicionalmente femininas. Eles passaram a atendê-las, já que são elas a parcela importante da sua clientela. Elas criaram “serviços” para

Por outro lado, essas inovações podem também ser atribuídas à característica multicultural desses espaços de venda e, que se reveste em inovações e experiências trazidas pelos comerciantes que vêm de outras partes do globo. A este propósito, podemos citar que a forte imigração de indivíduos provenientes de outras partes de África, tem resultado contribuindo também para essa reconfiguração dos papéis de gênero. Podemos citar o fato por nós constatado, durante a permanência nas áreas em que pesquisamos de que uma parcela considerável dos homens que vimos exercer a atividade de câmbio, os doleiros, ser constituída por imigrantes vindos de outros pontos do continente.

4.5 Identidades e territorialidade; versus local e global

Nesta seção, há a salientar que embora do ponto de vista geográfico o estudo ter como universo de estudo Luanda, fica a constatação que, do ponto de vista cultural o grupo estudado é bastante heterogêneo, o que nos leva a deduzir que a diversidade cultural angolana se reflete na composição social dos atores que intervêm nesse ambiente social, se tivermos em consideração que este apresenta um desenho étnico do país e, quiçá de outros lugares do globo. Tal constatação nos impele a uma breve reflexão em torno da coabitabilidade dessa diversidade no âmbito do trabalho informal. Para além de angolanos provenientes das diversas regiões do país, cada qual portador de referências culturais do seu grupo étno-cultural⁸⁸ de pertença estão presentes indivíduos provenientes de outras partes do globo. Dentre estes, se destaca uma presença marcante de indivíduos africanos oriundos do Mali, Costa do Marfim, Guiné Konacri, República Democrática do Congo, Senegal, um número considerável de libaneses uma presença ainda tímida de Asiáticos.

Será necessário antes de mais aponta que a questão da identidade cultural remete naturalmente, numa primeira instância, para a questão mais alargada da identidade social, sendo uma das componentes desta última. Ela é uma ferramenta que nos permite pensar a articulação do psicológico e do social num indivíduo. Expressando-se como resultante das varias interações entre individuo e o seu meio social. Nesta perspectiva, a identidade social de um indivíduo caracteriza-se pelo conjunto das suas pertenças no sistema social: pertença a uma classe sexual, a uma classe etária, a uma classe social, a uma nação, etc. Permitindo o mesmo localizar-se e ser localizado socialmente. De acordo com a *visão interativa*, a identidade é formada na “interação” entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “ parte de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural [HALL, 2006, p. 11-12].

Esta visão acima apresentada por Hall aproxima as chamadas concepções subjetivistas das concepções objetivistas da identidade cultural. Deste ponto de vista, a *identidade é entendida como sendo o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em*

⁸⁸ Expressão usada por Kajibanga, 2000.

conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições [DUBAR, 1997, p.105]. A identidade é uma construção que se elabora num modo de relação que opõe um grupo aos outros com os quais está em contato. (CUCHE, 1999, p. 129).

Trata-se nesse sentido de um contexto onde se encontram articuladas redes sociais muito diversas que incluem os laços familiares de parentesco e um circuito comercial local e internacional no qual estão incluídos os diferentes tipos de intervenientes dentre eles: abastecedores grossistas, comerciantes transfronteiriços e transnacional, retalhistas e consumidores. Essas redes de fornecedores e consumidores ligam a economia informal luandense e seus operadores a outros países do globo como: República Democrática do Congo- RDC e Congo Brazzaville e transnacional onde África do Sul, Brasil, China, Dubai e Portugal, países de origem da maior parte das mercadorias comercializadas nos mercados informais. Destacamos o papel das comerciantes retalhistas, são elas que se encarregam em distribuir essas mercadorias, influenciando as suas práticas de consumos servindo de interlocutoras perto dos grossistas. São elas que se encarregam de proliferar aquilo que está na moda que no calão luandense se designa por “*está bater*”, ou seja, o que está em alta.

As observações efetuadas ao longo do trabalho de campo levam a deduzir que, essa atmosfera cosmopolita, implicou a reconfiguração dos espaços, das técnicas de venda, assiste-se ainda em raros casos, a introdução da prática de venda por consignação e, de apropriação de técnicas de vendas de ambos os lados, vendedores nacionais e imigrantes. Timidamente vamos assistir o aparecimento de comerciantes ambulantes de origem asiática que com suas técnicas e conhecida perícia nos negócios fazem frentes às comerciantes nacionais.

A configuração do comércio de rua nas áreas pesquisadas começa a mudar com o aparecimento dos primeiros “armazéns dos senegaleses”⁸⁹, assim foram apelidados, por vendedores, moradores e compradores. A predominância de mulheres de nacionalidade angolana tende agora a mudar com a entrada massiva de comerciantes do sexo masculino de outras nacionalidades, mormente os africanos da parte Oeste. Muitas das dinâmicas e inovações verificadas no comércio de rua em Luanda, se devem a presença de indivíduos vindos de outros lugares do continente bem como dos oriundos de outras partes do globo. Estes trazem as suas experiências empresárias, inovações tecnológicas e técnicas de venda.

A abertura dos armazéns contribui para o crescimento do comércio de rua, na medida em que são as principais agentes retalhistas privilegiadas dos produtos que comercializam. Já o ressurgimento das cantinas, veio de certa forma estimular a competição entre comerciantes

⁸⁹ Foram assim apelidados os armazéns que tinham como gestores africanos de outros países.

documentados e não documentados. Nestes casos, os concorrentes dos ambulantes, na sua maioria homens, estrangeiros com maior volume de capital e outros horizontes empresariais, com maiores possibilidades de negociações com as entidades públicas, passam a dianteira das comerciantes locais.



Fig. 18 – vendedores “Senegaleses” no bairro do Bairro Hoji ya Henda
A venda de vestuário é uma das suas especialidades.

4.5.1 Entre “Nós e Eles”

Durante as entrevistas procurou-se saber, de nossas interlocutoras como elas encaravam essa concorrência com “novos inclinos” desses espaços e de que maneira esta presença afetava os seus negócios.

O negócio que nós vendemos são os mesmos. Mas, como nós vendemos mas assim do Brasil e, eles vendem mais da Tailândia. E quando você vê que ele também comprou roupa do Brasil, você vê que não está a andar, ou eles estão a arrear, então nós discutimos com eles e, lhes corremos. Ou eles sobem o preço ou vendem num lado e, nós vendemos noutra.

Embora grande parte das vendedoras com quem conversamos respondesse que a convivência com seus “concorrentes” era amena, foi comum frases como: “*eu vou te dizer uma*

coisa: Langa⁹⁰ é pessoa que Deus não podia fazer: Langa não tem coração”; “Homem, no caso dos langas, até a própria mulher ele vende”; “Cada pessoa com o coração dele. Eu não converso com os senê⁹¹”; “O dialeto que eles falam e não entendo. Vamos conversar então o quê”?

Quanto aos nacionais, é preciso lembrar que não obstante estarem distantes de suas zonas de origem as pessoas, procuram manter um vínculo muito grande com a sua terra, quer seja através de viagens periódicas, envio de lembrança, acolhimento de parentes em Luanda. Contudo, a criação de redes de vizinhanças com base no parentesco, com pessoas de provenientes do mesmo espaço sociocultural, manutenção dos hábitos alimentares, e o falar a língua do grupo etnolinguístico de origem pareceu ser as formas mais evidentes de manifestação de laços de “etnicidade”. Foi visível a predominância na venda de produtos do campo nos vendedores provenientes da zona centro-sul do país e falantes da língua Umbundu. No interior desse grupo, existe uma solidariedade muito característica. Primeira evidência desse fenômeno prende-se ao fato da comunicação ser feita na língua nacional fala na região de origem, nesse caso em Umbundu. Outra forma, é a agregação dos vendedores em pequenos núcleos de conterrâneos, juntos na comercialização dos seus produtos. Quer se trata-se de homens ou mulheres, “carregadores”, “zungueiras”, “saqueiros”. Expressões como: “*Nós aqui somos todos sulansos; “Somos já famílias, aqui já não há mais amigos “.*

Essa camaradagem vai, em certos momentos estruturar a especialização dentro dos espaços de venda. Se tivermos em conta que essas senhoras quando necessário mobilizam seus “saberes locais”, os conhecimentos adquiridos dentro dos seus grupos de pertença, as experiências de vida, conhecimentos ancestrais, tornando-os, ou seja, potenciando-os como estratégias para o mercado. A título de exemplo, as vendedoras de produtos hortícolas são em grande medida mulheres aquelas que de certa forma estiveram ligadas, nas suas zonas de origem, a agricultura de subsistência sendo muitas vezes filhas de pais camponeses, como nos confidenciou uma delas: “*Esse negócio de verdura você só encontra mais nos sulanos. Nossas mães e nossos pais eram camponeses*”. Embora não se trata de uma prática homogênea verificou-se uma tendência de algumas senhoras se concentrarem nos espaços de venda a partir de laços étnicos, vizinhança e parentesco. Isso pode estar associado às redes familiares de venda e a forma como se inserem nos espaços de comércio.

⁹⁰ Modo pejorativo como são chamados e conhecidos os imigrantes do Congo Democrático em Luanda e, em Angola de modo geral.

⁹¹ Alusão a senegaleses

Pelo que alguns estudos indicam em tempos idos parece ter existido essa agregação de vendedoras segunda as zonas de origens. Esta questão ficou patente, na resposta de uma de nossas interlocutoras quando questionadas acerca de quem eram as vendedoras de raízes, replicou:

Que estavam a fazer este negócio, antigamente eram as senhoras de Luanda, Malange e Catete. Agora são já as langas que estão a vender estes negócios agora é já zairense. Muita gente que vendia, agora já deixou de vender. Aquelas outras viram que este negócio está andar e seguraram este negócio para começar a vender[**Fonte:** quitandeira sexagenária, mercado da Asa Branca].

Tratamentos de índole pejorativos como: “Langas”; ”Benguelense”; “sai daí Bailundo” de merda, foram observados quer entre comerciantes, quer no nível da interação com a clientela. Essas classificações pouco abonatórias e até certo ponto, reveladoras de ignorância, como o caso de designar as populações do Sul de Angola como “bailundas”, em que “bailundos”, derivado do topônimo Bailundo (designação de um município da província do Bié) é usado entre angolanos não para caracterizar os nascidos, no Bailundo, mas, para particularmente, como sinônimo de pessoas desprezíveis, subservientes e ignorantes (MELO, 2004) Algumas cenas presenciadas, levam a corroborar com a idéia de que, como acontece em vários outros contextos, entre os angolanos a convivência entre as diferentes identidades sociais e étnicas nem sempre são pacíficas.

Contudo, se partidos do pressuposto, segundo o qual tradição e cultura não são paradigmas eternamente válidos, porque estão em permanente mutação (KAJIBANGA, 2000) e no caso da identidade, como diz Dubar (1997) é produto de sucessivas socializações. É nesta perspectiva que ousamos afirmar que essa experiência tem sem sombra de dúvida tem vindo acrescentar novos elementos as identidades individuais e que, portanto, ao mesmo tempo em que se verificam manifestações de etnicidade, também ressalta o sentimento nacional. Uma vez que, ao mesmo tempo em que se recorrem às identidades étnicas, também se evidenciou uma vontade de coabitar com os outros na diversidade, estarem com os outros. É o que ficou patente nos depoimentos acerca da convivência entre comerciantes vindos das diferentes regiões do país: “*Somos todos angolanos: luandenses, malanginos. Nós todos somos angolanos. Por isso, eu quem vou decidir onde eu estou se vou ficar lá dois meses ou um ou dois anos* [Fonte: depoimentos de um Roboteiro, Congolenses].

Quer no decorrer da venda e pelas interações que sucedem no interior dos grupos de vendedoras, quer entre a vizinhança nos bairros onde estão instaladas está presente o contacto

entre as vários grupos etnolinguísticos: “*Sim, tem tudo aqui: do Uíge, tem malanginho, tem de Catete, tem todos mesmo, é se misturar. Se damos mesmo com outras pessoas. Não há problema, somos todos irmãos*”. [Fonte: Entrevista com Zungueira]

A aproximação de mulheres pertencentes a diferentes grupos etnolinguísticos permite a criação das redes de solidariedade social. Um exemplo, é a constituição dos grupos de kixikila, que é praticada por mulheres provenientes de diferentes regiões do país. Este aspecto foi também realçado num estudo elaborado pela Ação Para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA, 1997) sob o título *O perfil da mulher angolana no desenvolvimento*. Segundo o referido estudo um dos resultados não antecipados da deslocação em Angola é a sua contribuição para a “distribalização” do país. Visto que pelo país a fora, se encontram pessoas de todas as regiões e de todos os grupos étnicos.

Na secção que se segue, abordamos de maneira mais específica a questão da religiosidade enquanto um dos traços das identidades sociais e consequentemente do quotidiano nas práticas das vendedoras.

4.5.2 O relato sobre a experiência religiosa

Durante as entrevistas foi possível captar outros espaços das identidades, a questão religiosa. Alias importa salientar que Angola, e Luanda de modo particular, possui um campo religioso heterogêneo onde estão presentes: [...] *doutrinas cristãs (católica e protestante nas suas variadas vertentes), sincréticas e não cristãs, que coabitam com as religiões locais originais. Sendo que, parte da população já experimentou adesão a uma religião diferente daquela em que foi iniciada* (VIEGAS, 2007). Muitas dessas mulheres foram socializadas num ambiente sincrético, ora apelando para os espíritos ancestrais, aos mortos, aos santos católicos, a Nzambi, a Cristo. É nesse âmbito que podemos enquadrar a experiência de Tia Domingas:

Filha de pai pastor protestante e mãe camponesa, tia Maria é natural de Pungo-a-Ndongo (Pedras Negras) província de Malange. Em 1979 sai da província de origem com destino a Luanda. Atualmente é vendedora de raízes medicinais, atividade que concilia com a prática da terapia tradicional. Com 48 anos, 28 dos quais passados no mercado, mãe de cinco filhos, diz todos dependerem economicamente dela, vive maritalmente e se assume como chefe do agregado

familiar, conforme ela diz: “*Eu sou natural de Pungo-a-Ndongo, Pedras Negras, Malange. Vivi e trabalhei lá. É a guerra que me trouxe para viver em Luanda. Saí lá em 1979, cheguei aqui em Luanda, ainda jovem. Sempre o meu trabalho foi fazer medicamento. Lá na província é cavar, vai na lavra buscar este medicamento, para tratar as pessoas, que têm lombrigas, que tem hérnia, o que tem gota*⁹². Outro é para mulher que não está conceber. Desde a data que vim, minha vida é mesmo esta, já não tenho outro negócio”[Fonte: Entrevista com de Tia Domingas, Terapeuta tradicional, Mercado do Tunga Ngó]

Como fiz referência ao longo dos capítulos precedentes, tratam-se das quitandeiras que atuam no setor de venda tradicional em Luanda. Elas trabalham com elementos da tradição e costumes do país, dedicam-se por um lado, a venda de produtos de fabricação caseira, de plantas e raízes medicinais, adornos, bem como de objetos mágico-religiosos ligados a tradição cultural angolana. No dizer de Dya Kasembe (2005), tratam-se daquelas mulheres que, passaram então a assumir-se como:

[...] guardiãs do pouco que restava dos seus costumes tradicionais, quase legendários, por estarem muito afastados das verdadeiras fontes, começaram por sobreviver do comércio do dia-a-dia, doces para crianças, jipepes, gengibre, cola, erva de parto, óleos de jibóia ou de galinha para reumatismos, enfim um arsenal de pequenos remédios para pequenos males. Mas, sobretudo, ela vendia os seus dons de vidente-kimbandeira [DYA KASEMBE, 2005, p.113]

Ao falar da sua iniciação nas práticas de terapia tradicional, a nossa interlocutora fala de uma da influência dos espíritos dos antepassados e do chamamento divino. Conforme seu depoimento:

Antes de começar este negócio, fiquei maluca. Para fazer este serviço, primeiro os santos me pegaram. Mas, desde a data que eu estou a crescer mesmo com esse esses meus medicamentos. É Deus mesmo, que me dirigiu para eu aprender. Eu? Não foi alguém de dizer, não. Eu dormi, assim que eu durmo sonho mesmo da forma como o mano está aqui alguém está me dirigir: “*este é raiz de tal*”, se já conheço “*esta raiz assim, é a raiz X*”.

Nesse relato, podemos identificar os chamados kalundus, espíritos dos antepassados no caso dos Ambundu. Nesse contexto, os espíritos dos seus antepassados, são manifestados

⁹² Epilepsia

através do ato de Xinguilar ou xinguilamento, que é o ritual que envolve essa tradição.⁹³ A comunicação com os seus entes queridos é fundamental para que a harmonia da comunidade se estabeleça. Assim quando é percebida a presença dos Kalúndus, é logo dado o início a uma iniciação ritualística para que o espírito possa manifestar-se e ser agraciado, deixar seu recado para depois voltar para o seu universo. Neste ato, a pessoa possuída entra em transe (xinguilamento) até ser "liberta", mas devendo continuar a manter uma série de obrigações, entre as quais as ofertas de comida, bebidas e outros bens aos defuntos, num altar montado com figurinhas que representam os antepassados diariamente invocados e venerados⁹⁴. Tia Maria é uma terapeuta acreditada no mercado do Tunga Ngó, prova disso é o contingente de clientes que procuram os seus serviços:

Esse é que é o meu serviço mesmo. Corto mikila, curo maculo, meu serviço é mesmo só esse aqui. Mas, o medicamento venha mesmo da província de Malange, compramos, tem já alguém que venham “ou tia Maria, compra medicamento” você conhece as raízes, vai comprando. O dinheiro já mesmo que está sair aqui, poupa devagar um kwanza, um kwanza vai comprando aquilo, que para farmácia não ficar vazia, na falência.



Fig. 19 - Banca de Tia Maria, com vários produtos dentre os quais: Jipepe, Nshanhi, Usuku (ocre Vermelho), Pemba (argila dos fundos dos rios), Óleo de Jibóia, contas, alfazema

⁹³ Neste caso, Xinguilador médium (em relação aos vivos). Pessoa que, por faculdade de específicas condições, serve de intermédio entre os espíritos e os vivos, Mulher-de-calundu. Ver RIBAS, Óscar (1989) – Sunguilando. Contos tradicionais angolanos, Lisboa: edições Asa, p.176

⁹⁴ Segundo Altuna as possessões se desenvolvem em três momentos” a crise de possessão, que se expressa por uma série de sintomas quase sempre de caráter patológico; uma iniciação-cura e, por fim a possessão (ALTUNA, 2007, p.481)

A pertença à mesma religião também é um dos fatores que intervêm na criação e consolidação das solidariedades no sector informal. Verifiquei que, algumas vendedoras frequentam a mesma igreja e a partir daí que constroem redes de solidariedade.

Sou protestante mais agora, estou um bocado afastada. Era muito diferente, o tempo de agora às vezes até a pessoa se arrepende, aquele tempo que a pessoa rezava o comportamento, o ambiente era diferente. A amizade da igreja e amizade de hoje em dia, há muita diferença. Desde que deixei a igreja, me sinto aflita, ficar no meio das colegas hoje é um pouco vergonhoso. Estávamos todas juntas e eu caí, elas estão continuar, você às vezes lhes vê elas a se prepararem a irem a igreja, dói um bocado, elas também vendem e rezam [Fonte: conversa com zungueira, Congolenses].

Para essas mulheres, praticantes das religiões cristãs, os domingos são geralmente dedicados aos cultos e outras atividades religiosas, são consideradas como sendo o dia mais “sagrado”, por isso grande parte delas não vende nesse dia. Com relação a este aspecto, constatei que as mulheres ao abordarem a sua vida religiosa expressam grande “emotividade”. Toda essa carga emotiva nos impele, a pensar a religião enquanto representação do imaginário social, ao mesmo tempo a capacidade humana de idealizar, representar e de pensar a sociedade. « *Sou do Sétimo Dia é mesmo com as amigas da Igreja. Eu vi o que elas faziam e, então disse: eu quero aquilo que vocês estão a fazer. Ya, minha amiga me puxou da igreja e comecei a vender*». Nesta dimensão da religiosidade, estão de igual modo presentes os relatos acerca do “*complexo fortúnio e infortúnio*”. Geralmente, “um mau dia de venda, é associado aos “maus-olhados”, as invejas.

Fala-se de trocas de acusações de utilização do “fetiche” no sentido de se prejudicar o negócio de outrem, como podemos constatar no relato que a seguir transcrevo:

Outras que roubavam o dinheiro das outras, anda a acontecer mesmo. Esse mesmo, nunca falta vendeu, vendeu, quando venha ver o avental, dinheiro está aonde? Depois, é só já a outra me puxou dinheiro. Se estamos assim vizinhas, ta ver só a outra, eu não estou a vender só já ela é que está vender, então vou culpar já a minha vizinha é que me puxou o dinheiro. Acontece mesmo. O puxa, puxa está mesmo a acontecer. Nós estamos só já ouvir na boca delas: “é me puxou o dinheiro”. Porque o feitiço existe. Porque, se eu vendi, a venda me correu bem, clientes estão a vir, o dinheiro nós só estamos a entulhar. Chega na hora o dinheiro não está. Então o dinheiro está aonde me puxaram com ele. Vão apanhar aonde se ele puxa com feitiço [Fonte: Entrevista com sexagenária, Mercado da Asa Branca].

Neste âmbito, é lugar comum ouvirmos entre as vendedoras a expressão “me abre” o mesmo que me dê sorte, deixem-me em paz. Utilizado principalmente em alturas em que se registram poucas vendas, o mesmo pode ser dirigido a uma entidade suprema “*dê-me sorte*” ou

as outras vendedoras “deixem-me em paz”. Essa dimensão ficou patente, quando solicitei às entrevistadas que narrassem alguns dos acontecimentos mais marcantes dos seus percursos nos mercados. Uma das nossas interlocutoras, narrou a história do desabamento do então Mercado do Chamavo, ainda neste caso, as marcas do “infortúnio”, “do castigo”, “do fazer o mal”:

Havia uma senhora do Dondo, que vendia sangas e panelas de barro. A senhora vendeu e, no fim do dia deixou perder o saco onde punha o dinheiro das vendas das sangas. A senhora passou a reclamar no mercado todo “quem apanhou um saco de dinheiro?”. Ninguém conseguiu falar. Afinal havia uma senhora que vendia mesmo lá, uma quitandeira que apanhou o dinheiro e ficou calada. A senhora sempre “quem me apanhou o dinheiro entrega”, “me entrega o dinheiro”. Nada, “quem apertar o coração dela, esse dinheiro não é só meu”. Tem também o negócio das outras”, quando eu chegar no Dondo vou fazer a manobra que eu quiser”, Quem pegou nesse dinheiro, quem comeu, quem viu, quem contribuiu, também vai sofrer”. A senhora foi, não demorou muitos dias, começou aquele vento – pum, pum, pum- pronto a praça caiu, mas, era uma praça forte grande mas, o mercado caiu. Neste dia já, pessoas que estavam dentro do mercado, que foram fazer compras para o jantar, pessoas que saíram do serviço. Eu conheci até uma senhora que a mamã me mostrou, uma senhora mestiça que tinha um braço, também perdeu o braço lá dentro do mercado, foram pessoas mesmo inocentes. Agora a que tirou o dinheiro, não sei se estava na praça naquele dia. É esse prejuízo que a senhora mandou fazer. Muitas pessoas estavam a reclamar “está ver, apanham dinheiro alheio e a dona reclamou e ninguém ligou, apertaram o coração agora pessoas inocentes morreram”. Morreram pessoas inocentes, fiscais ficaram aleijados, crianças e a senhora não sei se continuou. É essa história que a mamã me contou. Depois daquela praça cair, eu ainda vi pedras caídas, aquelas pedras de cimento armado. Resolveram fazer um outro mercado aí na praça do São Paulo. Quando começaram a construir eu já estava grande e depois as pessoas que vendiam lá dentro começaram a vender lá fora, ao lado dos armazéns da Gajajeira [Fonte: Entrevista com Sexagenária luandense, cuja mãe, Maria Jorge Manuel, alias “Nga Madía”, fora quitandeira de fama no mercado do Xamavo até a altura do seu suposto desabamento].

É interessante notar, a forma particular como este mercado figura no imaginário luandense, expresso, sobretudo nas versões narradas por antigas quitandeiras no que respeita as causas da extinção ou se quisermos do seu desabamento.

4.6 Redes⁹⁵ de solidariedade

A respeito desta questão, muitas comerciantes com quem mantivemos conversas, confidenciaram-nos que foram “iniciados” nas atividades informais por membros da sua família ou por “conterrâneos”, já algum tempo exercendo estas atividades. O que vem reforçar a idéia, segundo a qual são os amigos e, sobretudo familiares que vão inserir os

⁹⁵ O conceito de rede social refere-se a “estrutura de laços entre os atores de um sistema social. Estes atores podem ser papéis, indivíduos, organizações, sectores ou Estado-Nação. Os seus laços podem basear-se na conversação, afeto, amizade, parentesco, autoridade, troca económica, troca de informação ou qualquer outra coisa que constitua a base de uma relação” (NOHRIA & ECCLES, 1992, p. 288).

indivíduos na economia informal de Luanda, fornecendo-lhes as regras do mercado. A compra de mercadoria, as estratégias de venda e as redes de solidariedades. Todos os relatos indicam que o ingresso no sector informal está muito dependente da ajuda prestada quer por familiares, quer por colegas e vizinhos.

Outro aspecto que faz transparecer a persistência das relações de vizinhança, diz respeito a forma como os vendedores se mobilizam perante as situações de óbito e doenças, ativando-se velhas redes de solidariedade tradicionais de contribuição em dinheiro e bens alimentares para se ajudar um colega. Houve relatos, sobretudo da parte das mulheres, que em caso de doença de uma das colegas, as demais se prontificavam em vender a sua mercadoria e gerir o seu negócio enquanto esta permanecer acamada. Esta prática, pode ser relativa entre os grupos, independentemente do tipo de laços sociais que existe entre elas. Por outro lado, na compra de negócio as mulheres juntam os valores de cada uma no sentido de adquirir a mercadoria a grosso e congregar os esforços individuais. ajuda com os cuidados com crianças, no caso das mulheres que vendem com crianças;. Para a cordialidade, o que pode variar mediante as situações e o grau de familiaridade entre eles. Maneiras diferentes de conceber as relações sociais.

A altura em que faz as refeições constitui uma ótima altura para sedimentar os laços de sociabilidade, é também por intermédio desta, que se evidenciam muitas das vezes os aspectos cooperativos. As refeições são feitas em conjunto e de maneira “tradicional”, as mulheres geralmente em grupo de duas ou mais fazem as refeições de maneira coletiva, nesse momento mesmo aqueles que não dispõem de recursos para adquirir a refeição, são inseridos no grupo.

4.6.1. Jogar Kixikila: construindo redes de poupanças rotativas

Estudos relacionados à questão das poupanças informais apontam que a prática das Associações de Poupanças - Roscas⁹⁶ têm a sua origem nas zonas rurais onde era prática entre os agricultores. Na prática funcionam como clubes de poupança, formados por grupos de indivíduos que se unem para criar seus próprios mecanismos de serviços de intermediação financeira. Atualmente muitas sociedades ainda a praticam transportando-as, com ligeiras alterações para os espaços urbanos. Consoante o contexto em que a prática toma diferentes

⁹⁶ Do inglês Rotating Saving and Credit Assotations.

denominações, a título de exemplo: Na Indonésia toma o nome de Arisan, nas Filipinas Paluwagon, no Egito Gameya, na Etiópia Ekub, na Guatemala Cuchubal, no Brasil Caixinhas ou sorteios e em Moçambique Chiquitiques (ROCHA e MELLO, 2004).

No contexto angolano a prática é encontrada nas várias regiões do país. Variando a denominação consoante a proveniência etnolinguística dos membros que a praticam. Entre os Baconkos é conhecida por Kituku e entre os Kimbundu é chamada de Kixikila. Sendo a sua pratica bastante difundida entre as mulheres (NSAMO, et. al. 1999 apud PNUD, 1999). Trata-se de um circuito de ajuda mutua que as mulheres praticam e que compensa em parte a ou a escassez de capital inicial (DUCADOS e FERREIRA, 1998). Ela consiste num sistema de credito informal baseado na filosofia das associações mutualistas de rotação de poupanças (QUEIROZ, 1999 apud LOPES, 2000).

Este aspecto relacionado à solidariedade foi explorado de igual modo, através das entrevistas e das observações diretas. Assim pudemos registrar que: uma das principais expressões das redes de solidariedade entre as comerciantes de rua - é a *kixikila*. No sentido de maximizar os ganhos obtidos com venda, as mulheres tem-se engajado em grupos rotativos de poupança, habitualmente designado por Kixikila.⁹⁷

No caso por nós estudado esta pratica encontra-se bastante difundida, visto que todas entrevistadas, quer se trate de kinguilas ou zungueiras, afirmaram estar integrada em grupos de kixikila. Geralmente juntam-se em grupos de quatro, cinco, dez ou no máximo 15 mulheres, em cada uma delas semanalmente ou mensalmente deposita um valor estipulado pelo grupo. A líder do grupo é habitualmente designada por “*mãe da kixikila*”. Esta figura central do “jogo” é eleita pelo grupo pela capacidade de gestão e mobilização. Os critérios para eleição da mãe da Kixikila encontram-se espelhados no depoimento e uma das interlocutoras:

A mãe da kixikila é escolhida vendo as maneiras de cada uma. A mãe também nunca pode ser muito exaltada, também nunca pode ser muita atrasada. Tem que ser no meio, uma das boas pessoas. Através de conversas nós escolhemos daí, vamos ver, gostei das maneiras da fulana: “*A fulana tem que ser a mãe*”[Fonte: Entrevista com Maria]

Freqüentemente os lucros obtidos com os negócios são incrementados na kixikila. Através do relato que a seguir apresentamos, uma das “empresárias” evidenciaram o modo como é desenvolvida está pratica, bem como a sua importância:

⁹⁷ A pratica da kixikila verifica-se também entre os funcionários da função pública no sentido de incrementarem os salários auferidos.

Temos de fazer kixikila. Se o marido ganha pouco, esperar trinta dias, tem que fazer kixikila, as vezes de um mês, duas semanas. Assim dá para reforçar um pouco o dinheiro da zunga, porque também sem kixikila, o dinheiro não chega para nada. A kixikila ajuda, as vezes só tens vinte mil, para ficar com mais dinheiro, você faz kixikila. Juntamos quatro ou cinco, assim numa semana cada pessoa entrega mil kwanzas kwanzas em uma semana cada uma de nós recebe cinco mil e assim a diante. [Fonte: Entrevista com Zungueira]

Em alguns casos, se uma das integrantes, por motivo bastante forte, não puder contribuir o valor lhe é empresto por uma das integrantes do grupo. Em outros casos, essa falha tem sido motivo de brigas e de desintegração do grupo. Presume-se, no entanto que não obstante as ligeiras adaptações, a kixikila urbana é idêntica nas zonas rurais.

A kixikila quando bem sucedida tem funcionado como fator de proteção a sustentabilidade desses grupos, é mais visível entre mulheres mais velhas do que entre homens devido à dedicação destas e aos fortes laços de solidariedade. A Prática da kixikila é mais freqüente entre a camada feminina e os grupos tendem a ser mais coesos e duradoiros, isto é devido aos fortes laços de solidariedade e confiança mútua que existe entre as mulheres (PNUD, 1999, p. 81). Pelo exposto, podemos afirmar que a prática da kixikila resultante dos laços de solidariedade estabelecidas entre essas mulheres, se constitui num forte indicador de redes de poupança se tivermos em conta que é com o dinheiro adquirido a partir desta pratica que elas conseguem incrementar os seus negócios, arcarem com algumas despesas de casa, a educação com os filhos, os cuidados com a saúde ou ainda garantir dinheiro o transporte do marido de casa para o posto de trabalho, uma vez que na sua maioria dependem de um salário mensal.

4.7 Riscos, incertezas e instabilidades no comércio de rua

Quanto à questão dos riscos da rua consoante as respostas dadas, foi possível elencar várias tipologias. O primeiro se refere à integridade física, nesse caso a criminalidade concretizada em atos de agressões físicas e assaltos, praticados por meliantes, constitui um dos grandes fatores de riscos da exposição à rua. Nestes casos muitas das vendedoras perdem o dinheiro do negócio :

Esses miúdos que batem a toa, você quando pega, se andaste male leva um catucão. Ali não têm pena, esses bandidos são demais. Mas, estamos mesmo a agüentar assim. Se for mesmo meu dia, me encontro com eles aí mesmo onde estou a ir. Estou andar vou me encontrar junto com os gatunos porque quero dinheiro. Já me aconteceu três vezes

A seguir aparecem os riscos legais, estes envolvem as ações da fiscalização e a polícia, **tendo em consideração** as ações perpetradas por elementos afetos a fiscalização e por efetivos da polícia nacional. Para além dos relatos, as observações diretas efetuadas, confirmam as afirmações dos excessos ali cometidos: abuso de poder, violações dos direitos elementares da pessoa humana e das mulheres em particular, agressões físicas e morais, mortes e corrupção.⁹⁸

Aqui só temos o problema da polícia, quando vem corre conosco. Porque não vende mais aqui, nós também não temos onde vender. Na praça num temos lugar. Eles nos recebem e pedem cem kwanzas para devolver. Aquele polícia que me levou estava a me cobrar cem kwanzas. Você sai do armazém é já nos receber as coisas. É muita corrupção. As coisas boas levam para as mulheres deles. Se a polícia te recebe o negócio tens que dar dinheiro para te darem o negócio e não tiver dinheiro vão privar o negócio.

Os problemas com a fiscalização podem variar de zona para zona, do tipo de atividade exercida e da capacidade de negociação dos envolvidos. Quanto mais privilegiada for à área onde se estabelecem os pontos de venda. Nesse sentido, não tendo a quem recorrer as comerciantes⁹⁹ estabelecem acordos, de cumplicidade com a fiscalização como, por exemplo, o fato de se permitir a venda em locais proibidos em troca de pagamentos., aqui também está patente a “gasosa”, “os corredores” que compram “os olhos da lei”. Conforme espelha o depoimento de uma zungueira por entrevistada:

Quando já esta apanhada não adianta fazer muito esforço, querer sair das mãos dele, não adianta porque quanto mais você mostra resistência, mais ele se sente seguro. Chega num lugar lhe segue, você vai ter com ele e aí ele vai dizer: gostei muito do teu comportamento, não me fizeste envergonhar arranja só cem kwanzas. Porque se você fosse malandra eu iria de pedir mil, mas como você obedeceste minha irmã dá só os cem para mim apanhar taxi ou

⁹⁸ Constatamos in loco o tratamento que os elementos da fiscalização dão as mulheres zungueiras: presenciamos por exemplo numa das nossas deslocações que certos elementos da fiscalização munidos de “armas branca” como machados corriam com as vendedoras (que entram em debandada geral) e quando conseguissem capturar uma delas punham-se a danificar a cesta de produtos com o instrumento perigoso ou então quando se tratasse de um “produto precioso” levavam para junto de seus carros ou na ausência destes para um local estratégico para serem posteriormente recolhidos e em alguns casos repartidos.

⁹⁹ Visto que a igualdade jurídica em vigor numa sociedade com profundas carências económicas e débeis estruturais sociais, como a nossa, dificilmente é correspondida ao nível das práticas sociais.

beber uma gasosa”. Ai ele te entrega o negócio.no meu caso, ele até vai mentir aos outros colegas que sou prima dele.

É através do sacrifício empreendido por essas mulheres que esses agentes da lei se aproveitam para satisfazerem a sua ânsia da aquisição da gasosa através do abuso da autoridade geralmente exteriorizada através do exercício da violência física. Outra forma de fazer frente a essa situação e, conseqüentemente garantir o seu sustento é a de retomar a venda a partir do cair da noite numa altura em que os efetivos da fiscalização já deixaram esses locais. Por outro lado, muitos dos ativos da fiscalização possuem também parentes próximos; irmãos, esposas, filhos, sobrinhos a praticarem a venda ambulante o que cria certo sentimento de mal-estar, quando confrontados com a tarefa de correr com as ambulantes.

Outra estratégia para contornar as ações dos fiscais, tem sido a tendência de tornarem-se fixas, em determinados locais e nas horas de fracas vendas. Entretanto, isso vai criando uma rede de clientela que faz com que as ambulantes passem a se fixar em determinados locais, abandonando gradualmente o trabalho itinerário. De outro lado, verificamos também a tendência da parte das que continuam a zungar, o mesmo desejo de criar uma rede de clientela fixa, isso faz com que as mercadorias sejam mais rapidamente comercializadas, encurta o itinerário de venda diário e possibilita a comercialização e aquisição de mercadorias mais de uma vez por dia. Essa tendência foi identificada junto das vendedoras de produtos agrícolas e bens de primeira necessidade que passam agora a atuar mais constantemente no interior dos bairros e em locais mais tranqüilos, longe da fiscalização

Por ultimo, temos as dificuldades em conciliar a atividade de venda e a gestão do espaço doméstico, ou seja, cuidado diário com o lar e os filhos. Grande parte das entrevistadas declarou deparar-se com dificuldades em conciliar as atividades domésticas, sobretudo devido ao peso do cansaço com que se debatem após a árdua jornada e pela hora em que concluem as atividades, esse problema é muitas vezes atenuado através de uma rede de solidariedade dentro do parentesco e da vizinhança. Resta muito pouco tempo para elas se dedicarem a educação dos filhos, quer se trata do acompanhamento atento da vida escolar como da socialização primária dos filhos.

Grande parte destas entregues a sua sorte, expostas os perigos que as ruas oferecem muitos os esposos muitas das vezes aproveitam-se do fato de as mulheres ganharem algum dinheiro para furtarem-se aos seus deveres para com a família. Por outro lado, mesmos quando desempregados grande parte os homens não aceitam cooperar nas tarefas domésticas e muitas das vezes quando aceitam colaborar não consideram como sendo sua tarefa. Esta falta de

colaboração do marido vem tornar ainda mais penosa o dia-a-dia dessas mulheres. Relação a este aspecto, as entrevistadas afirmaram terem tido dificuldades em manter relações conjugais estáveis como consequência da atividade de zungueira principalmente devido ao horário da chegada à casa e ao tempo de ausência de casa as possíveis suspeitas de infidelidade conjugal, ao consumo de álcool. Com base nos relatos registrados, transcrevemos o seguinte:

Não, somos solteiras, os homens nos fugiram. Só nos engravidaram, só lhes engravidaram foram embora que por causa de chegar à noite. E ela agora se esperar na conta do homem ficar em casa o homem não vai lhe dar nada. Agora ela assim como está ganha lá um trezentos, uns quinhentos já num tá bom? Agora o homem num quero essa vida. São maus, são burros. Aqueles só querem engravidar, no querem sumir. Assim eu fiquei grávida desta (indicando a bebê, que trazia ao colo) ele viu quando “meteu lá” agora disse que não é dele. Quando crescer amanhã vai vir lhe buscar? E eu vou aceitar? Assim eu não preparo água quente para lhe atirar? Sustento meu filho porque o pai não quem sustentar a criança a chega [Fonte: Entrevista com Zungueiras, Município do Rangel]

Entretanto não podemos atribuir as causas da ruptura dos laços conjugais unicamente a atividade da mulher comerciante. Mediante uma análise atenta feita aos relatos das entrevistadas, vimos que o fato de estas mulheres possuírem seus próprios rendimentos é muitas vezes motivo para seus esposos furtarem-se as suas responsabilidades familiares, como a contribuição para os gastos diários e os cuidados com os filhos, ficando tudo como responsabilidade das mulheres. Fruto desta situação muitas entrevistadas dizem preferir estarem “sozinhas do que mal acompanhadas”, optando em grande parte por viverem sós, sem a companhia do marido:

O marido não fugiu, eu mesmo é que lhe corri. Na primeira filha já me fez assim, vou continuar com ele?. Dinheiro não estou a ver, mas ele não está me ajudar. É feitio de quê? De dormir quatro pernas na cama. Ele não está me ajudar, não sabe se a mãe precisa de vestir. O dinheiro da comida reclama então, tal feitio de ficar com o marido é de quê? Só andar se ver na cara toda hora? Vale a pena lhe xotar e ficar sozinha, eu já decidi assim. [Fonte: Entrevista com Zungueiras, Município do Rangel]

Tendo em conta este quadro, que muitas destas mulheres procuram novas relações, procuram um novo parceiro, buscam uma estabilidade conjugal. Deparando-se não raramente com novas decepções emocionais.

4.8 Entre a legalidade e a Sobrevivência: os dilemas dos comerciantes de rua

As exposições feitas antes, nos permitiram visualizar como durante muito tempo, Angola foi governada por um regime de partido único; com o novo quadro constitucional atual, os critérios ligados à dependência ou à fidelidade dos serviços ao partido no poder, ainda condicionam, de certo modo, o acesso a determinados postos de responsabilidade e alimentam o tráfico de influências (NZATUZOLA, 2006, p.85). A guerra, por seu lado, incrementou as ações autoritárias, repressoras e violentas na estrutura do Estado, as mulheres vendedoras, assim como os seus fregueses, vez por outra, sofriam o confisco arbitrário de seus produtos por parte da polícia, dos fiscais de mercados ou de outros indivíduos ligados. Alias, a repressão policial fez parte, desde os primeiros anos, de uma política oficial em prol da manutenção das características do regime “socialista”, embora, na prática, [...] fosse inócua (MENEZES, 2000).

Aliado a este fato, nos últimos anos, começa a observar-se uma nova disputa entre a necessidade de espaço das populações das periferias e as pretensões da elite política em tomar as diretrizes de todo cenário empresarial, com tendência de deslocação para a periferia das famílias pobres que ocupam os lugares nobres dos subúrbios mais centrais ou da sua expulsão com métodos repressivos (RAPOSO e SALVADOR, 2001).¹⁰⁰ Aqui, a idéia território traduz, ao mesmo tempo, uma classificação que exclui e inclui; um exercício de gestão que é objeto de mecanismos de controle e de subversão; e uma qualificação do espaço que cria valores diferenciais, redefinindo uma morfologia de cunho socioespecial. Estes pares-exclusão/inclusão submissão/subversão, e valorização/desvalorização – criam tensões e resultam em lutas territoriais que almejam modificar seus limites, sua dinâmica, suas regras ou seus valores (GOMES, 2002).

A partir de meados da década de 90 até a presente data, verificam-se ações dos órgãos estatais no sentido de criação de bases gerais, e jurídicos-legais sobre reformas do comércio em Angola. O enquadramento legal das atividades informais polariza o sector comercial angolano entre, o pequeno comércio de caráter tradicional, majoritariamente informal e as grandes superfícies comerciais, com um número elevado de agentes do comercio não

¹⁰⁰ Podemos citar a retirada dos vendedores do Mercado da Estalagem, no município de Viana, que resultou em vários confrontos entre vendedores e elementos da Polícia Nacional e das tropas especiais. Tudo começou quando em Janeiro de 2004, o Governo de Luanda, mandou encerrar o referido mercado, transferindo os cerca de 11 mil vendedores num outro local, que segundos estes, não tem capacidade para albergar toda a gente, nem a segurança. A justificativa para essas ações tem sido a necessidar em dar à capital angolana uma imagem digna de uma cidade.

licenciados.¹⁰¹ A atividade dos vendedores ambulantes tem um enquadramento, dado pelo decreto executivo n.º. 48/00 de 2 de Junho. O referido documento define comércio ambulante como sendo: a atividade comercial a retalho exercida de forma não sedentária, por indivíduos que transportam mercadorias, quer através dos seus próprios meios, quer por veículos de tração animal e as vendem nos locais do seu trânsito, fora dos mercados urbanos e ou municipais e em locais fixados pelas administrações municipais. Nessa ótica, o vendedor ambulante seria aquele que exerce a atividade comercial a retalho de forma não sedentária nos locais por onde passa ou em zonas que lhe sejam previamente destinadas pela entidade competente¹⁰². Entretanto, proíbe-se a venda de produtos em estradas, justificada pela necessidade de ordem e segurança. Quem exerce o comércio ambulante deverá exibir de forma facilmente visível para o público, os seus dados pessoais e o documento do qual consta a correspondente autorização das Administrações Municipais e Comunais, ou seja, cartão de Comerciante Ambulante, assim como um endereço para o qual se remetem eventuais reclamações.¹⁰³

Do mesmo modo, o Código de Postura Camarárias, estabelece a proibição de venda em locais “impróprios” e, aquisição de bens na via pública por condutores de veículos e passageiros. No caso do comércio a retalho, competem as administrações municipais e comunais dos governos provinciais a concessão de Cartão de comerciante ambulante, documentação exigida para o exercício legal do comércio a retalho itinerante, a nível municipal e, em áreas de jurisdição devidamente demarcada, identificada e autorizada pelos órgãos em referência¹⁰⁴. Contudo essa pretensão legalista do Estado, para além de uma falta de sentido de políticas públicas, tem se ancorado numa acentuada falta de atenção para com o papel social e a criatividade dos comerciantes informais em Luanda. Tal fato torna-se evidente, na forma como são combatidos os vendedores bem como a ausência qualquer política de proteção social destinada a esse setor que pelo pelas estatísticas e as evidências sociais assume a sobrevivência de mais de 50% da população de Luanda.

Nota-se antes, uma clara intenção em se transladar todas as tradicionais formas de comércio popular do centro da cidade para as novas periferias da cidade. O que faz com que, no contexto angolano o argumento de estar ou não licenciadas não seja nem muito clara, nem a maneira mais adequada de se olhar a economia informal, principalmente se nos atermos ao

¹⁰¹ Ver Lei 1 n.º. /07 publicada no Diário da República na I Serie - n.º. 58 de 14 de Maio de 2007,

¹⁰² Ver decreto Lei 1 n.º. /07 de 14 de Maio.

¹⁰³ Ver artigo 45º

¹⁰⁴ O comércio informal, a luz da Lei n.º. 1/07 de 14 de Maio, “*Lei das Atividades Comerciais*” e do Projeto de *Regulamentação Sobre a Organização, Exercício e Funcionamento das Atividades Comerciais a Retalho*.

fato de que, uma parte desses operadores não possui informação acerca do processo de legalização e exercer a sua atividade sem ter em conta essa entidade “ Estado”, o que revela a sua “fraca” capacidade de se impor.

Esta disposição estatal na obrigatoriedade dos comerciantes estarem recenseados não é observada na criação de meios para que muitos deles obtenham o bilhete de identidade, estando muito deles numa condição “informal” relativamente à nacionalidade angolana. Isso considerando que parte considerável destes “pequenos comerciantes” não possui documentação pessoal necessária que os possibilite tratar registrar seu negócio, aliado aos constrangimentos e esquemas que, tratar este tipo de documentação pode acarretar no contexto luandense (excesso de procedimentos burocráticos, suborno e tráfico de influências).

Por outro, em muitos dos casos os efetivos da policia nacional e da fiscalização do governo da província de Luanda, não respeitarem o fato dos vendedores possuírem algum tipo de documentação que legalmente os habita a exercem as suas atividades. Este cenário, em vez de “formalizar” o sistema organizativo das atividades informais, abriu horizontes para todo um exercício de ilegalidade institucional e corrupção a todos os níveis, isso se tiver em conta a total falta de transparência na gestão pública, que caracteriza o contexto angolano.

O que se constata, é que grande parte das populações ligada à economia informal, principalmente no comércio de rua, é também aquela destituída de direitos, e a que vivência bem de perto a erosão das mediações políticas entre o mundo do trabalho e as esferas públicas, por isso, mesmo cada vez mais afastadas de possibilidades de enfrentamento de conflitos e de consensos através de mecanismos de representação e negociações políticas (CESCONETO, 2004). Verifica-se a prática de toda sorte de violência contra os vendedores de rua, que podem ir desde o espancamento (que muitas vezes resulta em mortes, sobretudo de mulheres e crianças), o confisco de mercadorias, a prisão, e toda uma série de abusos e excessos de autoridade que acabam por relevar a falta de capacidade de controle do Estado sobre essas atividades econômicas. As palavras proferidas por uma das entrevistadas espelham bem esse contexto:

Pai! Aqui é angola, é tipo um animal que mataram. Tipo uma Pacaça matam cortam e, cada pessoa tira a metade dele. Aqui é Angola, toda pessoa tira a parte dele.
[Fonte: conversa com Zungueira, bairro do Hoji- ya -henda]

Isso resulta do fato de, não obstante o peso da economia informal, ser cada vez mais forte, os aspectos que emanam da criatividade popular têm sido sistematicamente ignorados,

particularmente no que concerne a incorporação destes na agenda das políticas públicas direcionadas as grandes questões sociais do país. Um exemplo típico que pode espelhar esta controvérsia, diz respeito a forma como tem sido ignorado o potencial criativo das populações, particularmente que se encontram no sector informal: “ [...] *Em vez de se lhes conhecer a criatividade empresarial nos pequenos negócios do sector informal, os pobres têm sido impedidos de exercer o seu comércio nas ruas e centro urbano de Luanda*”(CAIN, 2003).

Na prática se verifica uma ausência, perante esses setores da população, de uma política pública, ou se quisermos políticas direcionadas a integrar, incluir essas atividades econômicas nos sistemas gerais da economia formal do país. Neste caso, se torna necessário questionar: a quem interessa esse crescimento acelerado de um setor econômico que foge aos controles, fiscalização do Estado e do governo? Seriam a corrupção, as mediações obscuras dos agentes do Estado e Governo os maiores interessados? Certamente que sim, basta olharmos aos “rumores” que personalidades com influência no poder público estão por detrás dos grandes grupos empresariais grossistas que dominam e alimentam e se beneficiam dessa situação, tirando daí lucros fabulosos. Trata-se de um terreno onde se misturam interesses financeiros nacionais e estrangeiros.¹⁰⁵

A informalidade é principalmente uma questão de governação. A expansão da economia informal pode muitas vezes ser imputada a políticas macroeconômicas e sociais inadequadas, ineficazes, mal planeadas ou mal implementadas, em muitos casos formuladas sem consulta tripartida, e à falta de molduras legais e institucionais favoráveis e de boa governação para aplicação pertinente e efetiva das políticas e das leis. Algumas políticas macro-econômicas, incluindo as políticas de ajuste estrutural, de reestruturação econômica e de privatização, que não estavam suficientemente centradas no emprego, destruíram alguns empregos ou não criaram novos empregos suficientes na economia formal. Sem crescimento econômico forte e sustentado, os governos vêm-se incapacitados para criar empregos na economia formal e para facilitar a transição da economia informal para a economia formal. Muitos países não possuem política explícita de criação de empregos e de empresas; tratam a questão da quantidade e da qualidade dos empregos como um fator residual, e não como um fator necessário para o desenvolvimento econômico (OIT, 2006, p.12).

Seria a importância e o papel desempenhado pelas atividades comerciais de rua, em termos de estratégias de reprodução social e mercado de trabalho uma válvula de escape do

¹⁰⁵ A esse respeito o Semário Angolense de 20 de Novembro de 2004, fazia alusão a “*Nomes escondidos por detrás dos grupos que dominam o mercado*”. Segundo aquele Jornal “*a totalidade dos bens essenciais de consumo comercializados nos mercados informais é fornecida por armazéns detidos majoritariamente por comerciantes estrangeiros conluiados com cidadãos nacionais sobretudo detentores de elevados cargos públicos*”.

Estado angolana para atenuar ou camuflar a sua fragilidade? Talvez obtenhamos a resposta, se partirmos do pressuposto que os poderes públicos permitem o comércio ‘informal’, porque este termina por reduzir a pobreza, gerar auto-emprego e criar rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e, em muitas situações, beneficiam as sub-elites e as burocracias intermédias. E acalmam eventuais manifestações e revoltas (MOSCA, 2009).

EM JEITO DE CONCLUSÃO: Luanda, “a grande quitanda”?

Ao longo deste trabalho, procuramos apresentar o comércio de rua numa perspectiva dinâmica salientando que ao mesmo tempo em que constitui hoje uma das faces mais marcante da economia de Luanda, a sua presença se afirma desde os primórdios da cidade. Essa atividade faz parte do seu cotidiano e do seu imaginário social, evidenciando-se rupturas e continuidades nas práticas rotineiras entre antigas e novas gerações de “quitandeiras”. O estudo aponta para a manutenção do papel de intermediárias, que as comerciantes desenvolvem entre os diferentes espaços sociais que estruturam a sociedade luandense. Se no período colonial eram as mediadoras entre o mundo dos colonizados e dos colonizadores, entre a cidade do asfalto e a cidade de areia, na atualidade “zungam” entre os ricos e pobres, entre os privilegiados do regime e os excluídos socialmente, entre Luanda dos musseques e a dos luxuosos condomínios.

Fica patente que, no contexto pesquisado as atividades comerciais designadas por “informais”, “precárias” ou “paralelas” funcionam como um setor complementar as atividades econômicas oficiais. Nesse sentido “formal” e “informal” no caso de Luanda não constituem realidades separadas, pelo contrário, as fronteiras entre um e outro são bastante tênues. A semelhança do que acontece em outros contextos, em Luanda as atividades não-oficiais têm caminhando a par e passo com as oficiais, produzindo, empregando, distribuindo e assegurando rendimentos, garantindo dessa forma a sobrevivência de uma parcela significativa da população. Ainda assim, a maioria das vezes, as políticas públicas adotadas pelas entidades governamentais não têm em conta este aspecto da atividade econômica dificultando assim a compreensão da realidade econômica e social do país.

A pesquisa indica que a falta de formação profissional e ausência de alternativas de emprego refletem por um lado as desigualdades de gênero no acesso a educação, bem como a situação mais geral de incapacidade institucional do Estado em proporcionar aos cidadãos, possibilidades de formação e acesso ao mercado de trabalho oficial. O que faz com que trabalhar por conta própria se constitua numa maneira de escapar esta instabilidade que o mercado de trabalho angolano oferece aos seus cidadãos.

A procura pela sobrevivência diante das ausências de alternativas constitui ainda o grande incentivo para o ingresso das mulheres nas atividades de comércio de rua. Contudo, fatores como qualificações acadêmicas e profissionais insuficientes ou não condizentes as

exigências do mercado de trabalho formal, bem como a flexibilidade oferecida pelas atividades informais em determinados aspetos como o caso do horário e o desejo de não se submeterem as exigências e aos salários de um “emprego formal” aparecem como relevantes. Diante dessa diversidade, a economia informal passa, simultâneamente a ser considerada por uns, como uma necessidade de sobrevivência determinada pelas condições de recessão, desemprego e ajustamentos econômicos. Mas para outros, ela se constitui num modo novo de ganhar a vida, isto é, um modo de inserção.

A necessidade de sobrevivência tem originado, um relativo rompimento com a tradicional estratificação sexual das atividades informais criando um certo deslocamento de tradicionais papéis de gênero. Na busca de satisfação das necessidades básicas, os comerciantes evidenciam um grande potencial criativo, que extrapola esta habitual estratificação. Desta feita, atividades até então “femininas” ou “masculinas”, passaram a ser vistas como lucrativas e, faz com que tanto homens e mulheres entrem para o mercado rompendo com tradicionais papéis de gênero.

O espaço social no qual se desenrolam as atividades comerciais de rua constitui um ambiente social onde se cruzam aspetos culturais ligados ao local e global. Esses aspetos são exteriorizados nas práticas cotidianas das comerciantes que evidencia um entrelaçamento entre os conhecimentos adquiridos dentro dos seus grupos de pertença, as experiências de vida e as inovações provenientes de outras partes do globo. Esses elementos são potenciando como estratégias para o mercado. Daí que, torna-se necessário levar em consideração que global e local; tradição e moderno são oposições repletas de nuances, com tensões em diversos níveis, mas que, no contexto estudado ao invés de se aniquilarem, são formas de construir equilíbrio e dinâmicas dentro da economia urbana de Luanda.

As últimas palavras, não podiam deixar de considerar o fato de estarmos cientes das possíveis limitações do trabalho, ficando nesse caso, alguns aspetos por aprofundar. Entretanto, nosso alento vem da certeza que o trabalho poderá estimular novas abordagens acerca da temática por nós estudada, bem como a possibilidade de aprofundarmos a pesquisa num futuro estudo de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CAPITAL. O povo e os agentes da fiscalização do GPL. 16 a 23 de Out. 2005

AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA. Pobreza e Crise social em Angola. Luanda, 18 a 20 de Novembro de 1993.

ADAIR, Phillipe. O setor informal urbano na África. Ensaio FEE, Porto Alegre, n. 2, p.110-125, 1997.

ADÉSÍNÀ, Jimi O. Social Policy and the Question for Inclusive Development. Research Findings from Sub-Saharan Africa. (s/l): United Nations Research Institute for Social Development, 2007.

AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO. Departamento de Pesquisa. Formação Profissional no Sector Informal (Relatório sobre o Inquérito Realizado em Angola). Paris, 2006.

AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. A Participação da Mulher Angolana na Reconstrução de Angola no seu Processo Político e Instituições. Luanda, 1997.

AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. Para uma Igualdade entre Mulheres e Homens. Um Perfil das Relações de Género. Luanda, 2000.

ALTUNA, Raul de A. Cultura Tradicional Bantu. Luanda: Edições Paulinas, 2007.

AMARAL, Ilídio do. Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana, Finisterra, XI, 79, pp. 53-72, 2005.

_____.O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos). O Reino dos Ngola (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do Século XVI, [s/l:s/n], [s/d].

_____. Luanda. Estudo de Geografia Urbana. Lisboa, 1968.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, 2005.

_____(- Neo-Colonialism in West África. (s/l). s/d)

ANDRADE, Mario Pinto de. Antologia temática de poesia africana. II O canto armado. Praia: Instituto caboverdiano do Livro, (s/d).

ANGONOTÍCIAS “ Kinguilas em vias de extinção”. 05/04/2004.

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa do meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPRESÁRIAS DA PROVINCIA DE LUANDA. A situação das mulheres empresárias de Luanda. Maputo, 2007.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BAPTISTA, Mariquinhas das Dores. A inserção dos portadores de deficiência visual no mercado de trabalho em Luanda. 2005. Monografia (Licenciatura em Ensino da Sociologia) - Universidade Agostinho Neto, Luanda.

BAUER, Martin W; GASKELL. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BETTENCOURT, José de Sousa. Subsídio para o Estudo Sociológico da população de Luanda. Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola 2 (1): p.83-130, 1965

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGA, Thaiz Silveira. A controvérsia acerca do sector informal: formas de participação na produção e definição de políticas públicas. Conjuntura e planejamento. Salvador, SEI, n.132, p.27-34, Maio de 2005.

CALEY, Cornélio. Os Petróleos e a Problemática do desenvolvimento em Angola: uma visão histórico-económica. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996.

CARVALHO, Paulo de. Angola. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social. Oeira: Celta, 2002.

_____. Política cambial seletiva. In NGOLA- Revista de Estudos Sociais. Luanda, I(1), 1997, p. 219-247.

CASAL, Adolfo Yánez. Suportes teóricos e epistemológicos do método biográfico. In Ethnologia, Nova série, nº 6-8, p. 87-104, 1997.

CASTEL, Robert. A discriminação negativa. Cidadãos ou autóctones? Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, Luiza Carnicero de. O Desenvolvimento Guiado por um Elemento Estrangeiro. As relações entre o Banco Mundial e os Países Subdesenvolvidos. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO, Boaventura. Dizanga dia Muenhu. São Paulo: Ática, 1982.

CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. Luanda antiga. Luanda: Museu de Angola, 1951.

CHARMES, Jacques. “*Women working in the Informal Sector in África: new methods and new data*”. Ankara 28 a 30 de Abril 1998. Disponível em: <http://www.wiego.org/main/www.ilo.org/public/english/employment/%20gems/download/women.pdf>. Acesso em 30 de Mai. 2009.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. A escravatura africana vista da América. Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII. *Africana Studia*, N.5, 2002, edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.47-73.

CAMPENHOUT, Luc Van. *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003.

CHALIAND, Gérald. Problemas do nacionalismo angolano. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1 (8), pp. 77-96, (s/d).

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique. Experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê editorial, 2005.

CESCONETO, Eugênia Aparecida. Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo, 1980/1999). In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra 16 a 18 de Setembro 2004.

CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa, 1997.

COELHO, Virgílio. Representações Sobre a terra...In: *Orações de Sapiência*. Luanda: Edições Kulonga, 2003, p.27-63.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século, 1999.

CUNHA, Teresa . As mulheres Africanas no âmago do seu continente. Para além da subjugação e da raiva. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Luanda 16 a 18 de Novembro de 2006.

CRUZ, Viriato. *Poemas*. Lobito, 1974.

DIAS, Jill R. Prefacio. In: OLIVEIRA, Mário António F. de. *Alguns aspectos da administração de Angola em épocas de reformas (1834-1851)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, (s/d).

DYA KASEMBE. *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*, Editorial Nzila: Luanda, 2005.

DOMINGUES, Maria Manuela Abreu Borges. *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*. 2000. 322f. Tese (Doutorado em Antropologia) - FCSH/UNL. Lisboa.

DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

DUCADOS, Henda. *A Mulher Após o Final do Conflito*. 2002. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/mulher-angolana.php>. Acesso em: 1 fev. 2010.

_____. *Gênero, Raça e Classe – A Feminização da Pobreza: a estratificação do sector informal urbano de Luanda*. In I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença. *Articulando Género, Raça e Classe*. Salvador, 2000.

_____. A feminização da pobreza: estão as mulheres chefes de agregados familiares sempre em situações de desvantagens? In Anais da III jornadas Técnico- Científicas da Fundação Eduardo dos Santos. Luanda, 1999.

_____. e FERREIRA, Manuel Eanes. O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Econômica das Mulheres em Angola: a kixikila no Município do Sambizanga (Luanda). In: V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Lisboa:1998).

DURÃES, Bruno J. Rodrigues. Trabalhadores de Rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas.

FILHO, Silvio de Almeida C. Angola: vivências femininas de uma guerra sem fim. I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença. Articulado Gênero, Raça e Classe. Salvador, 2000.

FERREIRA, Manuel. Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. São Paulo: Fundamentos, 1987.

FOLHA 8. Bebés sacrificados na Zunga. 14 Mar. 2005.

FREUND, Bill. The modes of production debate in African Studies. Canadian Journal of African Studies/Revue Canadienne des Études Africaines, vol.19, nº1, p. 38-45,1985.

GRASSI, Marzia. Rabidantes. Comércio espontaneo transnacional em Cabo Verde. Imprensa de Ciências Sociais/ Splleen Edições, Lisboa, 2003.

GRASSI, MARZIA. De Cabo Verde para o Mundo: informalidade e comércio transnacional a partir de um estudo de caso no mercado Sucupira. In Travessias, nº 4/5, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.99-117, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Marcelino Andrade e JUNIOR, Antonio Thomaz. *Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. VI, núm. 119 (31), 1 de agosto de 2002.

GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Ver. Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

GUERRA, Isabel Carvalho. Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso. Estoril: Príncípia, 2006.

GUESSER, Adalto. A etnometodologia e a análise de conversação e da fala. In *Revista Electrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol.1, nº1 pp.149-168, 2003.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. *Participação familiar e trabalhadores informais*. In XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais, 4 a 8 de Dezembro 2002

HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e Identidade. O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c.1872-c.1926)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÓMICA E SOCIAL. *O impacto da economia informal na redução da pobreza e exclusão social - Interação com a proteção social - O caso de Angola, 2006*(Versão Preliminar).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Inquérito de Indicadores Múltiplos . Avaliando a Situação das Crianças e Mulheres Angolanas no Início do Milénio*. Luanda, 2003

JORNAL DE ANGOLA. *Cambistas de rua são também credores*. 20 Mai. 2008

_____. *Negócios de Kinguilas cada vez menos lucrativo*.

_____. *Grossistas podem ser transformados em retalhistas*. 19 Abr. 2005.

_____. *Tango está a ser dançado em Luanda*.

_____. *Código quinhentos e o eixo ” Francas-paralelo”*. 13 Fev.1987

_____. *“Mercados Paralelos”*. 26. Jul.1987

_____. *Os Fundamentos da Política econômica de Angola*. 01 Nov. 1987

JÚNIOR, Manuel Nunes. *O papel do Estado na construção da economia de Mercado*. In KULONGA – *Revista de Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares n.º 1*, edições Kulonga: Instituto Superior de Ciências da Educação: Luanda, p.59-73, 2002.

KAJIBANGA, Víctor. *Sociedades étnicas e espaços socioculturais: uma contribuição ao estudo da problemática das culturas étnicas e da cultura nacional em Angola*. Sumários do Curso de Sociologia, Luanda: Universidade Agostinho Neto, Instituto Superior de Ciências da Educação, Ano académico 2000/2001.

_____. *Dimensão cultural do desenvolvimento: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano*. In Kulonga – *Revista de Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares n.º 1*, edições Kulonga: Instituto Superior de Ciências da Educação: Luanda,2002.

LARANJEIRA, Pires; SILVA, Maria da . *Mulher e negra – que tipo de representação social nas literaturas africana e brasileiras? Análise de alguns casos”*. In IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais,Luanda, 2006.

_____. *A alma sociológica na ensaística de Mario Pinto de Andrade. Um estudo sobre a vida e obra do primeiro sociólogo angolano*. Luanda: Instituto do Livro e do Disco, 2002.

LEGROS, Patrick et al. *Sociologia do Imaginário*, Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

LEITE, Joana Pereira (1996). *A emergência improvável de empresários nacionais nos países da África Subsariana* – notícia dos primeiros balanços das políticas de liberalização. *Brief Papers* nº2/96, CesA, Lisboa, 1996.

LOPES, Carlos. As mulheres na economia urbana de Luanda. Subalternidade, discriminação e mudança. *RAS*, junho de 2008, n. 1, pp.105-120

_____. Comércio Informal, transfronteiriço e transnacional: que articulações? Estudo de caso no mercado de S. Pedro (Huambo) e nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro (Luanda). *Economia Global e Gestão*, dez. 2007, vol.12, no.3, p.35-55. ISSN 0873-7444.

_____. “*Informalidade e desenvolvimento. Algumas pistas para reflexão.*” Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Estudos africanos do Mundo Ibérico: *África Camina*, 2004.

_____. Candongueiros, Kinguilas, Roboteiros e Zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda. In VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CarlosMLopes.pdf>. Acesso em: 20. Nov. 2007.

_____. “Luanda Cidade Informal? Estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto”, Comunicação apresentada ao IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, 2000.

_____. *Roque Santeiro: entre a ficção e a realidade*. Principia: Estoril, 2007

_____. *O Sector Informal e o Desenvolvimento: Estudo de caso em Luanda* “, Comunicação apresentada ao II Congresso de estudos africanos en El mundo ibérico- África Hacia El siglo XXI, Madrid, Espanha, 1999a.

-----.- “Elementos para a Compreensão do Sector Informal Urbano nos Países em Desenvolvimento: Anotações sobre o retalho informal em Luanda e Maputo”, Comunicação apresentada ao Colóquio África –Populações, Ambiente e Desenvolvimento, ISCSP, Lisboa, 1999b.

_____. *Compasso de Espera. O fundamental e o acessório na crise africana*, Edições Afrontamento, Porto, 1997.

LOPO, Júlio de Castro. *Uma rica dona de Luanda*, Portucale, Imprensa Industrial Gráfica: Porto, 1948.

_____. *O vocábulo “Loanda”. Subisios históricos*. Loanda: Tipografia Mondego, 1942.

MACÊDO, Tania. *Luanda: literatura, história e identidade de Angola*. In PANTOJA, Selma(Org.). *Identidades, memórias e histórias, em terras africanas*. Brasília: LGE Editora, Luanda:Nzila, 2006, p.39-56.

MAIA, Leandro et al. Dicionário Temático de Sociologia. Porto: Porto editora, 2000.

MARCELINO, Rosário. Loucura e kimbandices. Porto: Edições Asa, 1989.

MARTINS, José de Sousa. A sociabilidade do homem simples cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contraponto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002, 208p.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. Serviços e informalidade o comércio no Rio de Janeiro, 2000. Disponível em [http:// www.ipea.gov.br/pub/td-2000](http://www.ipea.gov.br/pub/td-2000). Acesso em: 14 jan. 2007.

MELO, Rosa. Sentir Angola no Coração: uma reflexão sobre a angolanidade em Portugal. In VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&q=MELO%2C+Rosa.+Sentir+Angola+no+Cor%C3%A7%C3%A3o%3A&meta=&aq=f&oq=&fp=100a0d77b1901992>. Acesso em: 7 abr. 2007.

MENEZES, Solival - Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo: FAPESP.

MILANDO, João. Cooperação sem desenvolvimento, Lisboa: ICS, 2005.

MOSCA, João. Pobreza, economia “informal”, informalidades e desenvolvimento. In: III Conferência Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique, Abril 2009. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf. Acessado em 14 Dezembro de 2009.

MOURÃO, Fernando Augusto. A evolução de Luanda: aspectos sociodemográficos em relação à independência do Brasil e ao fim do tráfico. In PANTOJA, Selma e SARAIVA, Flávio Sombra (Orgs.) .Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.195-225.

_____. A sociedade angolana através da literatura. São Paulo: Ática, 1978.

MUNANGA, Kangule. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo (28): p.56-63 Dezembro-Fevereiro, 95/96.

MITULLAH, Winnie V. *Street Vending in Africa Cities: A synthesis of Empirical Findings from Kenya, Cot d'Ivoire, Ghana, Zimbabwe, Uganda and South Africa*. Institute for Development Studies of University of Nairobi, 2003.

MURTEIRA, Mário. Economias e sociedades em transição na África lusófona “. Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu9521.html>. Acesso: 12 nov. 2007.

_____. A economia da república popular de Angola no contexto da África Austral. *Economia e Socialismo*, Nova serie, n 62, junho-setembro 1984, p.73-79.

NAZARÉ, Domingas. Setor informal em Angola. *África Debate*, n.1, Setembro de 1999.

NEWBURY, David. Mode of Production Analysis and Historical Production. *Canadian Journal of African Studies/Revue Canadienne des Études Africaines*, Canada, vol. 19, n.1, 1985.

NETO, Agostinho. *Sagrada Esperança*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1995.

NETO, Maria da Conceição. O Luso, o trópico ... e os outros (Angola, C. 1900-1975). *II RIHA*, 1996, p. 117-122.

NOHRIA, Nitin e ECCLES, Robert G. (eds). *Networks and Organizations: Structure, Form and Action*, Boston: Harvard Business School Press, 1992.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *A OIT e a economia informal*. Lisboa, 2006.

OLIVEIRA, Mário António F. de. Alguns aspectos da administração de Angola em épocas de reformas (1834-1851). Lisboa: UNL/ Faculdade de Ciências Humanas, (s/d).

NZATUZOLA, João Baptista Lukombo. *População e Mercado de Trabalho em Angola: Alguns elementos essenciais e as suas incidências sobre o emprego e o desemprego em Luanda*. Luanda: Editorial Nzila, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano- Angola 1999*, Luanda.

_____. *Políticas de Redução da Pobreza Procurando a Equidade e a Eficiência*, Luanda, 2000.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitadeiras, in FURTADO, Júnia Ferreira, Org. – *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as Novas abordagens para uma história do império Ultramarino Português*. Editora UGMG, 2001a.

_____. *Quitandas e Arimos: um negócio feminino no abastecimento de géneros alimentícios em Luanda nos séculos XVIII e XIX*. In PANTOJA, Selma Org. – *Entre Áfricas e Brasis, Brasília*, Editora Paralelo 15, 2001b.

_____. *Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

_____. *Três Leituras e Duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos*. In PANTOJA, Selma e SARAIVA, Flávio Sombra (Orgs.) *.Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul Rio de Janeiro: Bertrand Brasil*, 1999, p.99-126.

PARREIRA, Adriano. *Economia e Sociedade em Angola na época da Rainha Jinga(Século XVII)*. Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

PEPETELA. Luandando. Porto: Elf Aquitaine Angola, 1990.

PEREIRA, Aline. *Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho*. In 11ª Assembleia-Geral do CODESRIA: *Repensando o desenvolvimento Africano: Além do Impasse, Rumo às Alternativas*: Senegal. Disponível em: http://www.codesria.org/Links/conferences/general_assembly11/papers/pereira.pdf. Acessado em : 1 de fev. 2007.

PERETZ, Henri. *Métodos em Sociologia*. Lisboa: Temas e debates, 1998.

PINTO, Marcelo Bittencourt Ivar. *As linhas que forma o “EME”*. Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo.

RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. *Sociologia do Trabalho no mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

RAMOS, Carlos Alberto. *Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual*. Marcos interpretativos e alternativas de políticas. *Economia*, Rio de Janeiro, v.9, n1, p.115-137, 2007.

RAPOSO, Isabel & SALVADOR, Cristina. *Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio*. Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Maputo e Luanda. Projeto “Urbanização acelerada em Luanda e Maputo: impacto da guerra e das transformações socioeconômicas (décadas 80 e 90)”

RIBAS, Oscar. *Missosso*. Literatura tradicional angolana. Luanda: Tipografia angolana, 1964.

_____. *Ilundo*. Divindades e ritos angolanos. Luanda: Museu de Angola, 1958.

ROBSON, Paul e ROQUE, Sandra. *Aqui na cidade nada sobra para ajudar: buscando solidariedade e ação coletiva em bairros peri-urbanos em Angola*, Luanda, ADRA, 2000.

ROCHA, Manuel J. Alves da . *A globalização económica: desafios e realidades*” in *Opiniões e Reflexões*. In: *Coletânea de artigos, conferências e palestras sobre Angola, África e o Mundo*, Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, 2004.

_____. *Ensaio de um balanço crítico*. In *Economia e Socialismo*. Revista Trimestral de Economia e Política, Ano X, Nº69/70, Dezembro, 1986, p.109-118.

RODRIGUES, Cristina U. *O trabalho dignifica o homem*. Estratégias de sobrevivência em Luanda. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

_____. *Da delimitação colonial rígida da mobilidade social às estratégias de sobrevivência e reprodução social diversificadas: análise das formas de dispersão e concentração de recursos econômicos e sociais em Luanda e Maputo*. In: Congresso “Lusofonia em África: História, democracia e integração africana, CODESRIA, Maputo, 12 a 14 de Maio 2005.

_____. "Recomposição Social em Luanda e Urbanização" Comunicação apresentada no âmbito do projeto multidisciplinar Urbanização em Luanda e Maputo: Impactos da guerra e das Transformações socioeconómicas (anos 80-90), 2003.

SANTOS, Ana de Sousa. Aspectos de alguns costumes da população luandense. Luanda, Boletim de investigação Científica de Angola, 2 (2), 1970.

_____. Quitadeiras e quitandas de Luanda. Luanda: Separata do Instituto de Investigação científica de Angola, 4 (2): pp.89-112, 1967.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SANTOS, Orlando. Do "pregão da avó Ximinha" ao grito das zungueiras: trajetórias de vida, redes de solidariedade social e representações sociais do quotidiano. Revista Angolana de Sociologia - RAS, nº1, Junho 2008, p.121-141.

_____. A Mulher no sector informal: Trajetórias sociais e estratégias de sobrevivência. 2006. (Licenciatura em Sociologia). Universidade Agostinho Neto, Luanda.

_____. O dilema das zungueiras em Luanda: percepções acerca das representações sociais do seu quotidiano. In IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. As ciências sociais e os desafios das sociedades em desenvolvimento, 28 a 30 de Novembro de 2006, Luanda.

_____. e SOUSA, Florival de. A importância das redes de solidariedade e ajuda na atividade comercial: algumas considerações acerca dos aspectos cooperativos no interior do sector informal urbano de Luanda. Iº Congresso da Associação Africana de Sociologia, África do Sul 15-18 de Julho de 2007.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. In AFRO-ÁSIA nº17, 1996, p.57-72.

SOGGE, David. Angola: e onde está à boa governação do mundo. Relatório: FRIDE, 2006

TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

TSHIYEMBE, Mwayila. A difícil gestação da nova União. In *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <http://www.diplo.uol.com.br/2008-04,02365>. Acesso em: 22 Março 2008.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA. Centro de Estudos e Investigação Científica Relatório económico de Angola. Outubro (2005), 2004.

VAN-DÚNEM, José Octávio Serra. Breve abordagem entre o mercado de trabalho e a pobreza: o caso de Luanda. I *Cadernos de Pesquisa*, Cunene: Diocese do Cunene, p. 17-24, 2004.

VALLEJO, Delia Selene de Dios. Sociología de Género, México: AVJ ediciones, 2002

VLETTER, Fion. A promoção do sector micro-empresarial urbano em Angola. Contribuições para uma estratégia de redução da pobreza, Luanda: Principia, 2002.

VENÂNCIO, José Carlos. O Fato Africano: elementos para uma sociologia de África. Lisboa, 2000.

_____. A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de Sociologia Histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

VIEGAS, José M. Leite e FARIA, Sérgio. Participação Política Feminina: Percursos, Constrangimentos e Incentivos. In Sociologia, Problemas e Práticas, Revista do centro de investigação e estudo de sociologia -CIES, nº 30, pp.55-87,1999.

ZAU, Filipe. Para entre nós nunca mais a guerra. Jornal de Angola. Quinta, 1 de Maio de 2008.

ANEXOS

Anexo 1

GRELHA ANALÍTICA PARA AS ENTREVISTAS

Problemática	Dimensões
Zona de Origem Origem social e familiar	<ul style="list-style-type: none">• Província e Município de Proveniência• Escolarização e profissão dos pais• Rural/urbana
Trajetória Pessoal	<ul style="list-style-type: none">• Saída da zona de origem (quando, porque, onde)• Experiências conjugais (casamento, união de fato, alembamento, viuvez, divórcio/separação)• Filhos (número e idades)
Trajetória profissional	<ul style="list-style-type: none">• Nível de escolaridade• Mobilidade ocupacional (Profissões ou atividades desempenhadas e tempo de exercício em casa uma delas)• Tempo de exercício da atividade atual• Motivações (Tradição familiar, redes sociais: amigos, vizinhanças, motivos pessoais)
Estratégias de Sobrevivência e Práticas quotidianas	<ul style="list-style-type: none">• Atividade exercida• Atividade complementar (formal/informal)• Redes de solidariedade (Kixikila grupos rotativos de poupança, habitualmente designado por Kixikila., consignação, empréstimo familiar)• Aquisição de mercadorias (formas e mecanismos de aquisição: Kilape¹⁰⁶, consignação; fontes de informação, dificuldades)• Técnicas de venda (pregão, consignação, regateio)

¹⁰⁶ Termo usado para referir a compra e venda de uma mercadoria a crédito. Existem duas variantes: a primeira variante no acto de pagamento o valor a pagar é o mesmo que no dia da compra. A segunda variante, o valor a pagar é acrescido de taxa de juro implícita

<p>Apreciação da Atividade exercida</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção e representação acerca da atividade • Fatores que contribuem para satisfação e/ou a insatisfação (flexibilidade do horário de trabalho, auto-emprego, localização, atratividade das ruas, reconhecimento social, cansaço físico, perigos das ruas, ações das autoridades) • Satisfação em relação à atividade atual comparando com a anterior (correspondência com as aspirações que tinha em relação à atividade) • Desejo/possibilidade de mudança (para onde, porque razões e para que tipo de atividade: formal ou informal.

Anexos 2

MAPA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS DE RUA NAS ÁREAS ESTUDADAS


Atividade	Operador	Sexo	Territorialidade	Formas de exercício
Venda de frutas e hortícola	Zungueira	Feminino	Margens das estradas Porta de estabelecimentos Esquina de ruas	Ambulante
Venda de Refrigerante, água mineral e cerveja	Zungueiro	Masculino	Margens das estradas Passadeiras	Semi-ambulante
Venda de guloseimas	Zungueira(o)	Feminino masculino	Margens das estradas Porta de estabelecimentos Transito Porta de casa Esquina das ruas	Fixa ambulante
Venda de jornal	Ardina (Zungueiro)	Masculino	Margens das estradas trânsito	Ambulante
Venda de acessórios de celulares Comandos de TV, DVD	Zungueira(o)	Feminino Masculino	Margens das estradas Trânsito Arredores de mercados	Ambulante
Venda de comida de rua (quitutes, almoços)	Quitandeira	feminino	Porta de estabelecimentos Passeios Arredores de mercados	Fixa Ambulante
Câmbio	Kinguila Doleiro	Masculino Feminino	Porta de estabelecimentos Esquinas de prédios e estabelecimentos	fixa
Engraxe	Engraxador	Masculino	Porta de estabelecimentos Passeios	Fixa Ambulante
Lavagem de viatura	Lavador de carros	Masculino	Porta de estabelecimentos Locais de estacionamento Passeios	Fixo
Venda de fardos de roupa e calçados usados	Quitandeira	Feminino	Passeios Margens da estrada	Fixo
Serviços de recauchutagem	Mecânico	Masculino	Margens das estradas	Fixo
Venda de combustível		Masculino	Margens de estradas	Fixo
Carregamento de mercadorias	Carregador Roboteiro	Masculino	Porta de armazéns Margens das estradas	Fixa Ambulante

Venda de cosméticos e serviços de beleza	Pintores	Masculino	Arredores de mercados	Ambulante
Venda de quitutes	Quitandeira	Feminino	Arredores de mercados Esquinas das ruas Porta de casa	Fixa
Venda de sacolas de plásticos	Saqueiro	Masculino	Margens e interior de mercados	Ambulante
Venda de água fresca em saquinhos de plásticos	Zungueira (o)	Feminino Masculino	Arredores e interior de mercados	Ambulante
Venda de roupa íntima	Zungueira (o)	Feminino Masculino	Porta de estabelecimentos Arredores de mercados	Ambulante Fixo
Venda de material didático	Zungueira (o)	Feminino Masculino	Porta de estabelecimentos Arredores de mercados	Ambulante Fixo
Venda de livros	Vendedor	Masculino	Arredores de mercados	Fixo
Venda CD E DVD piratas	Zungueiro	Masculino	Passeios Arredores de mercados trânsito	Ambulante
Venda de material elétrico	Vendedores	Feminino Masculino	Margens de mercados	Fixo
Venda de raízes	Zungueira	Feminino	Margens de mercados Estradas	Ambulante
Corte de cabelo	Barbeiro	Masculino	Estabelecimentos Improvisados	Fixo
Serviços de beleza (tranças)	Cabeleireiras	Feminino	Margens de mercados	Fixo

Anexo 3

Diário da República de Angola, Lei das atividades comerciais, 2007

segunda-feira, 14 de Maio de 2007 1 Série — N.º 58



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 120,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo da publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	As três séries	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série	Kz: 95 700,00	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 1/07:
Regula e disciplina o exercício da actividade comercial dos comerciantes e dos que actuam por conta destes e revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Conselho de Ministros

Decreto n.º 31/07:
Regula a gratuidade dos registos de nascimento e de óbito para a primeira infância, bem como estabelece a gratuidade na atribuição do bilhete de identidade a menores até 11 anos.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 337/07:
Designa para o Conselho de Auditoria do Banco Nacional de Angola, António Gomes Furtado — Presidente, Manuel Neto da Costa, João Boa Francisco Quiquira e Francisco João da Silva.

Despacho n.º 338/07:
Fixa em Kz: 800 000,00, o Fundo Permanente do Ministério da Assistência e Reinserção Social, para o ano económico de 2007.

Ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente

Despacho conjunto n.º 339/07:
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano de rés-do-chão e 1.º andar situado no Lobito, Rua Cidade Ponta Delgada, Bairro da Luz, inscrito na Repartição de Finanças do Lobito, sob o n.º 3228, descrito na Conservatória dos Registos do Lobito, sob o n.º 879, a folhas 73 do livro G-2, em nome de Annando Rodrigues Morais.

Despacho conjunto n.º 340/07:
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano situado na Província de Benguela, na Rua Dr. Carlos Tavares, inscrito na Repartição Fiscal de Benguela, sob o n.º 2589, descrito e inscrito na Conservatória dos Registos da Comarca de Benguela a folhas 193 do livro B-22 sob o n.º 5760 a folhas 194, verso, do livro G-5 sob o n.º 5826, em nome de Maria Manuela Tavares de Vasconcelos.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 1/07
de 14 de Maio

O sector do comércio constitui um elemento fundamental na criação de uma estrutura económica moderna,

devido a sua influência significativa na estruturação territorial e populacional da sociedade, na criação de empresas e empregos.

* Em Angola este sector encontra-se polarizado entre o pequeno comércio de carácter tradicional, maioritariamente informal e as grandes superfícies e grupos comerciais, com um número elevado de agentes do comércio não licenciados.

A presente lei vem assim regular e disciplinar o exercício da actividade comercial dos comerciantes e dos que actuam por conta destes, com vista a dar resposta à evolução na estrutura do sector comercial, derivada das inovações sociais e tecnológicas, e sobretudo competitivas, originadas pelo surgimento de grandes superfícies comerciais e de influentes grupos de distribuição directa e indirecta.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

LEI DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

SECÇÃO I

Do Objecto e Âmbito de Aplicação

ARTIGO 1.º

(Objecto)

* A presente lei tem por objecto estabelecer as regras de acesso e disciplinar o exercício da actividade do comércio e contribuir para o ordenamento e a modernização das infra-estruturas comerciais, proteger a livre e leal concorrência entre comerciantes e salvaguardar os direitos dos consumidores estabelecidos por lei.

ARTIGO 2.^o
(Âmbito de aplicação)

A presente lei aplica-se ao exercício das actividades comerciais e serviços realizados no território nacional por comerciantes ou por quem actua por conta destes e visa a promoção, preparação ou cooperação na realização e conclusão de operações comerciais.

ARTIGO 3.^o
(Ordenamento da actividade comercial)

A actividade comercial e de prestação de serviços mercantis está sujeita a ordenamento e procedimentos estabelecidos na presente lei, designadamente:

- a) à licenciamento;
- b) à organização de cadastro comercial e de prestação de serviços mercantis;
- c) ao regime de horários de funcionamento para os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços mercantis;
- d) ao regime de actividades promocionais;
- e) ao regime de vendas especiais;
- f) à inspecção e fiscalização dos estabelecimentos e das actividades comerciais e de prestação de serviços mercantis.

ARTIGO 4.^o
(Definições)

Para efeitos da presente lei e salvo se de outro modo for expressamente indicado no próprio texto, as palavras e expressões nela usadas têm o seguinte significado, sendo certo que as definições no singular se aplicam de igual modo no plural e vice-versa:

1. Actividade comercial — actividade realizada profissionalmente por pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras que possuam capacidade civil, comercial e financeira para praticar actos de comércio, com o objectivo de obter lucro.

2. Actos de comércio — são considerados actos de comércio todos aqueles que se achem especialmente regulados na presente lei e demais legislação complementar e além deles, todos os contratos e obrigações dos comerciantes que não forem de natureza exclusivamente civil, se o contrário do próprio acto não resultar.

3. Agente económico — toda a pessoa jurídica que exerce actividade comercial e económica, proporcionando a outrem certo resultado do seu trabalho.

4. Agente de comércio — toda a pessoa jurídica que, através de um contrato se obriga a promover, por conta e em nome de outrem, a celebração de actos de comércio numa

determinada zona, de modo autónomo e estável mediante retribuição.

5. Cadastro comercial — ficheiro com informações de identificação e caracterização dos comerciantes e seus estabelecimentos, sua localização, número e qualificação de trabalhadores empregue, superfícies de vendas, actividades económicas e comerciais exercidas e outras informações.

6. Calzeiro-viajante — é aquele que por meio de catálogos, cartas, avisos, circulares ou quaisquer documentos análogos, realiza operações de comércio em nome próprio ou de outrem em localidade diversa daquela em que tiver o seu domicílio.

7. Certames comerciais — são manifestações de carácter comercial que têm por objecto a exposição, difusão e promoção comercial de bens e ou serviços, com vista a facilitar a aproximação entre a oferta e a procura que conduzam à realização de transacções comerciais e potenciem a transparência do mercado.

8. Concessionário — é aquele que, mediante um contrato de concessão comercial, comercializa os produtos do concedente, em seu nome e por conta própria, numa determinada área ou círculo de clientes.

9. Comércio — é a actividade económica que consiste em comprar bens para os vender no mesmo estado físico, bem como prestar serviços mercantis, em estabelecimentos comerciais e outros lugares permitidos por lei.

10. Comércio ambulante — é a actividade comercial a retalho não sedentária, exercida por indivíduos que transportam as mercadorias e as vendem nos locais do seu trânsito, fora dos mercados urbanos ou municipais e em locais fixados pelas administrações municipais.

11. Comércio electrónico — forma de comércio à distância, realizada fundamentalmente com recurso a meios informáticos.

12. Comércio feirante — é a actividade comercial a retalho exercida de forma não sedentária, em mercados cobertos ou descobertos em locais e instalações não fixas.

13. Comércio a grosso — é a actividade comercial que consiste na aquisição de produtos aos importadores e/ou a produtores e na sua venda a grosso, realizada em instalações adequadas à natureza da mercadoria a comercializar, não efectuando venda directa ao público consumidor.

14. Comércio a grosso em livre serviço — sistema de comércio a grosso cujo método de venda consiste em expor as mercadorias à disposição dos clientes de forma a serem eles próprios a retirá-las e a levá-las à caixa para efectuar o pagamento.

(continuação)

700

DIÁRIO DA REPÚBLICA

tação de serviços mercantis, do espaço público envolvente, integrado em áreas limitadas dos centros urbanos, com características de elevada densidade comercial, centralidade, multifuncionalidade, de desenvolvimento económico, patrimonial e social.

38. *Venda ambulante* — é aquela que se realiza fora de estabelecimento comercial permanente, de forma habitual, ocasional, periódica ou continuada, em perímetros ou locais devidamente autorizados, instalações comerciais desmontáveis ou transportáveis, incluindo roulettes.

39. *Venda automática* — forma de distribuição comercial retalhista na qual se põe à disposição do consumidor o produto ou serviço para que este o adquira através de mecanismo electrónico, com prévio pagamento da sua importância.

40. *Venda à distância* — é aquela que se realiza com recurso a qualquer meio de comunicação, sem necessidade da presença física dos intervenientes.

41. *Venda ao domicílio* — é aquela que consiste na prestação de serviços e ou entrega dos bens adquiridos, no domicílio do consumidor ou potencial comprador pelo vendedor.

42. *Venda em leilão* — consiste em propor, pública e irrevogavelmente dentro do prazo concedido para o efeito, a venda do bem, a favor de quem ofereça melhor oferta, mediante sistema de lances, o preço mais alto a partir de um mínimo inicialmente fixado ou mediante ofertas descendentes efectuadas no decurso do mesmo ano num período de tempo previamente fixado.

43. *Venda em liquidação* — é a venda de bens ou mercadorias com carácter excepcional, acompanhada ou precedida de anúncio público destinado ao escoamento acelerado com redução de preços, da totalidade ou de parte das existências do estabelecimento, resultante da ocorrência de um dos seguintes casos:

- a) cumprimento de uma decisão judicial;
- b) cessação, total ou parcial da actividade comercial;
- c) mudança de ramo;
- d) trespasse ou cessão de exploração do estabelecimento comercial;
- e) realização de obras que, pela sua natureza, impliquem a liquidação, total ou parcial das existências;
- f) danos nas existências, por motivos de força maior;
- g) ocorrência de entraves importantes à actividade comercial.

44. *Vendas especiais* — são actos de comércio que podem ser, em público, ocasionais, ambulantes, ao domicílio, à distância, fora do estabelecimento comercial ou automáticas.

45. *Venda multi-nível* — forma especial de comércio em que um fabricante ou comerciante grossista vende os seus produtos ou serviços ao consumidor final através de contratos de distribuição.

46. *Venda ocasional* — é aquela que se realiza por um período inferior a um mês, com ou sem leilão, em estabelecimentos ou locais que não estejam destinados habitualmente à actividade comercial.

47. *Venda de promoção* — é aquela que tem por finalidade dar a conhecer produto ou artigo novo ou aumentar a venda dos existentes, ou ainda desenvolver um ou vários estabelecimentos, mediante a oferta de um artigo ou grupo de artigos homogéneos.

48. *Venda com recompensa* — é aquela que consiste em utilizar concursos, sortelos, ofertas, vales, prémios ou similares, vinculados à oferta, promoção ou venda de determinados artigos.

49. *Venda em saldo* — é aquela que é realizada em estabelecimentos comerciais durante fins de estação, de semana, do mês ou outras ocasiões particulares, com redução de preços, cujo objectivo é escoar rapidamente as existências e renovar stocks de mercadorias.

50. *Vendedor ambulante* — é aquele que exerce a actividade comercial a retalho de forma não sedentária nos locais por onde passa ou em zonas que lhe sejam previamente destinadas pela entidade competente.

SECÇÃO II
Dos Comerciantes

ARTIGO 5.^o
(Classificação dos comerciantes)

1. Os comerciantes são classificados em função da actividade que exercem.
2. Os comerciantes classificam-se em operadores de:
 - a) comércio a grosso;
 - b) comércio a retalho;
 - c) comércio de representação;
 - d) prestação de serviços mercantis.
3. O comércio a grosso é exercido pelos seguintes agentes económicos:

Referências sobre Mercado paralelo no Jornal de Angola

Mateus Kisekula do problema. 200 milhões de ou... viço da dívida por ano, isto é, me-

Tribuna do Leitor

Mercados paralelos

Em qualquer parte do mundo, capital é sempre capital, seja qual for a sua insuficiência neste ou naquele ângulo visual, não deixa de ter as suas virtudes.

Nos fins de semana a tendência de cada popular é proporcionar a si e à sua família em comunhão um ambiente mais radiante, festivo, recreativo, etc. Isto está condicionado à disposição monetária capaz de fazer frente aos chocantes preços injustos.

Muitos são os dissabores que origina essa marginalidade de precários crescentes que põem fora o real custo de vida e as dificuldades de vária índole. Os elaboradores de tais precários só projectam os fabulosos lucros a curto prazo, procurando por todos os cálculos saquear até a última moeda os boisos pacíficos.

Do lado dos fornecedores a preocupação perante a possível "baixa" de preços surge quando sabem que os mercados estatais estão apetrechados de produtos de primeira saída.

Assistimos ao aparecimento de praças paralelas, em algumas áreas da capital, com nomes viçados do outro lado do Atlântico, por exemplo, a chamada "Roque Santeiro".

Segundo comentários de rua, nada mais que um ano após sua "inauguração", sei lá por quem, a "Roque Santeiro" regista maior aderência do que seu homólogo e veterano "Cala-Boca" e parece que vai mesmo calar a boca. Este "mais velho", adiantam os comentaristas, está a recuar em receitas com a eminência de ver toda a sua clientela, talvez por razões de distância, a encher os balcões do brasileiro "Roque".

O maior espanto consiste em saber como, por quem, são abastecidos com tanta coisa de lá de fora em quantidades invejáveis. De tudo um pouco existe, tanto no "Cala-Boca" como no "Roque Santeiro" com maior expoente para o último neste momento, não esquecendo algumas sucursais que estão a ser "promovidas", como uma delas a do Calemba.

Noutras bandas e continuando com o teclado diria: uma vez abastecidas as lojas estatais em bens de primeira necessidade com quantidades razoáveis, não descuidando a situação real e dificuldades do país, de uma forma regular e oportuna, planificada e cumprir sua execução em função do número de consumidores, sem que ninguém se queixe e diga, por exemplo, "fui à loja encontrei só óleo e margarina, mas os primeiros clientes foram atendidos com tudo quanto havia planificado para o mês". Para esta questão, duas hipóteses se pode referir: uma, talvez por má planificação e outra parece por antecipado autoconsumo das pessoas que nestas coisas atendem, no que está programado para venda aos consumidores.

E, se isso não acontecesse, pelo menos, os investidores do "paralelismo mercantil" constatariam paulatinas mas pesadas quedas nos seus macabros projectos de enriquecimento prematuro, a curtíssimo prazo e na mira de serem extintos os seus campos de acção ou teriam que se conformar com a legislação comercial legalmente estipulada, caso, também fossem autorizados superiormente.

David Tomás (Kumbidila)

TELEFONE AVARIADO

Porquê que pagamos a Enatel? Tenho o telefone avariado, há um ano, e não tenho meses atrasados, por sinal até já paguei todas as contas. O número é 350282. Expliquei a causa da avaria do mesmo, por três vezes, e mandaram-me esperar, alegando que os técnicos já lá iriam sempre, precisar a data. Já passaram 10 meses que espero por eles. Quando hão-de aparecer?

Damião Francisco

1939
1943
1944
1945
1952
1953
1956
1963
1971
1974
1976
1979

ANGOLA

Tribuna do Leitor

"Código quinhentos" e eixo "Francas-paralelo"

Psi, pssiiii, pssssiiii, é o sinal adoptado como "senha" pela corja de parasitas que deambulam diariamente de frente das prestigiosas Lojas Francas.

Quem já passou pela rua paralela à Avenida Deolinda Rodrigues a que nos leva às Lojas Francas, sabe que "psi psi" é o sinal-senha do "processo 500". (Que o saibam os

combate. Que desde já, o "processo 500" seja agendado no quadro das prioridades como uma direcção de combate a considerar.

Perdiu-se o respeito por quem quer que seja, desde que se desloque às Lojas Francas; carro parado, de imediato acerçado, por crianças, mulheres (principalmente) e quantas vezes jovens com idades

ou paralelo, obfêm para acima de Kz. 200.000.00. O suficiente para viver um mês tranquilamente.

O que se passa hoje nas portas das Lojas Francas é tão grave, que outra coisa não se deverá fazer que não seja o pôr-se cobro a tal situação por parte dos organismos competentes.

E preciso, é imperioso que

De re bens de cada ve estou a (oficial), compre aparece mais quinh te utili "queat da dia q viver son faz as pe

1

1542
1668
1692
1820
1856
1909
1920
1960
1961
1970
1975
1976
1980

O sinal para o "candongueiro" que passa. Um código de nome "quinhentos"

desprevenidos). Sem pretendermos dramatizar, podemos afirmar com responsabilidade que, o "processo 500" foi já longe de mais; pois, tal comportamento, que não se condiz com o que pretendemos que seja a nossa sociedade, ganhou proporções tão grandes que certamente só um conjugado de esforços a nível superior, será possível seu

militares. Mesmo sem nos termos apercebido da saudação que há muito se extinguiu no dicionário das boas maneiras dentro do "processo 500", valores numéricos são adiantados, tais como: 24, 25, 26 (mil kwanzas — preço da caixa de cerveja) quer isso dizer que, com 50 à 70 dólares, os fornecedores do mercado "negro"

se mova uma acção eficaz de desencorajamento contra todos os indivíduos que alimentam os mercados paralelos apartir das portas da Loja Franca, sancionando todos os que ostensivamente se mantêm na República Popular de Angola.

(Carlos Gomes)

Recortes de imprensa sobre as zungueiras

The image is a screenshot of a web page from 'Digital News', a digital journal from Angola. The page features a navigation menu on the left with categories like 'ANGOLA HOJE', 'MUNDO NOSSO', and 'AFRICANO'. The main content area displays an article titled 'A dignidade e coragem das zungueiras' by Jorge Ramos, dated Tuesday, 24 November 2009. The article includes two photographs: one showing a woman carrying a large basket on her head and another showing a group of women walking. The text describes the 'zungueiras' (street vendors) in Luanda, highlighting their resilience and the challenges they face, such as carrying heavy loads on their heads and navigating traffic. It also mentions government efforts to create markets for them and the impact of the war on their lives.

Digital News
O JORNAL DIGITAL DE ANGOLA

PORTAL HOME REGRISTAR LOGIN

DIGITAL NEWS HOME > ECOS DO KIMANZA > A dignidade e coragem das zungueiras

A dignidade e coragem das zungueiras

Fonte: Global Voices - Edição por AD
Tuesday, 24 November 2009

 Pelas ruas da cidade de Luanda vêem-se zungueiras de olhar humilde e determinado. Percorrem as ruas da cidade seja sol ou chuva. Algumas carregam os filhos às costas, ao mesmo tempo que suportam o peso da mercadoria que vendem.

Pode ser fruta doce, a manga perfumada, o abacate da cor da esperança que estas mulheres têm em preservar, ou sacos bem recheados com fiambre e queijo. Produtos como roupa, sapatos, livros escolares ou peles são outros dos artigos escolhidos por estas lutadoras e provedoras do lar.

Jorge Ramos, autor do blog "Jorginho em Angola" comprova esta realidade e escreve sobre as zungueiras da bela península do Musulo:

"As zungueiras são as milhares de angolanas que saem às ruas vendendo todo o tipo de mercadorias que carregam na cabeça mesmo. Essas zungueiras do Musulo atendem a um público específico e oferecem produtos como roupas de praia, bates e peças inteiras de panos multicoloridos, ricamente estampados com figuras africanas e linhas geométricas, bem ao gosto do padrão daqui.

Elas caminham o dia todo, sob o sol escaldante. É absolutamente incrível a capacidade das zungueiras em equilibrar sobre a cabeça baldios sacos, cestos, baldes e sacotes onde transportam as mercadorias que vendem.

 Desafando as leis da física, o hábil equilíbrio impõe-se perante vários obstáculos que se interpõem ante elas nas ruas e calçadas além dos filhos pequenos, que carregam nas costas, atados por panos que amarram na frente à altura do peito. Milhares de zungueiras percorrem a cidade, o dia todo, de um ponto ao outro de Luanda, antecendo-se muitas vezes no meio do tumultuado trânsito".

O trânsito infernal que reina sob Luanda é o menor dos males para estas mulheres. Os fiáveis que rondam a cidade em busca de infrações caracterizam-se pelo tom áspero e quente com que se dirigem às vendedoras ambulantes.


A relação entre fiáveis e zungueiras está longe de ser cordial. Muitas queixam-se do modo de atuação destes indivíduos, já que a maioria fiáveis com o dinheiro e com a mercadoria, o que significa humilhação e um rancho no orçamento familiar.

O governo tenta acabar com a venda ambulante e tentou construir mercados próprios para receber as zungueiras. De esse meta fir atingida, será que Luanda voltará a ser a mesma? A cidade perderá o colorido e o prazer de ver o grupo guerreiro destas mulheres e as famílias colônias em que transportam a sobrevivência diária.

A documentarista Marisol Kallaga dedica em "Angola de Tróia Nô" um mercado espaço às zungueiras de Luanda e às outras regiões do país.

"Elas saíram do Ugo, Malongo, Benguela, entre! De longe as províncias de Angola para no capital do país tentarem uma vida melhor e em busca de sonhos, tentar ver seus filhos "studantes". Causadas pelo guerra, fugiram de mund quântico a arte de vender de maneira "bona" esperando os estudantes, de se tornar estudantes, estudantes do superior. Esse dia

O pior Natal para as zungueiras



Zungueiras são as vendedeiras ambulantes que dominam o mercado retalhista de Luanda e de outras grandes cidades angolanas. Em Luanda, representam acima de metade das mulheres trabalhadeiras, são geralmente originárias das províncias do interior, trazidas para a capital, por motivos ligados à guerra e que nunca foram reconhecidas, nas suas actividades, pelo governo.

Quase que todas elas suportam o peso dos seus lares, a educação dos seus filhos, através de um trabalho árduo que começa ao romper do sol de todos os dias e que só termina quando a noite cede espaço para a delinquência que nesta altura do ano tende a multiplicar. As zungueiras estão sujeitas a tudo: violações, prisões, perca, por fisco, dos seus haveres e à famigerada gasosa. Ninguém as protege, não têm facilidades, apenas esperam que a situação mude. Ser zungueira é afinal estar na linha da frente de uma luta sem trincheiras pela sobrevivência, enquadrada, na luta pela emancipação da mulher e da (gender balance), ou seja igualdade do género.

No dia da Independência de Angola, 11 de Novembro, o Presidente da República prometeu surpresas aos angolanos, mas as zungueiras continuam cépticas, já não acreditam, em nada, nem mesmo nos órgãos estatais, como é o caso da polícia.

Luis Dias é "roboteiro", e trabalha no mercado do São Paulo. Veio do Kuando Kubango à procura de uma vida nova, que entretanto diz não ter encontrado. " Este ano o negócio está "malaíke"; vivo com o meu irmão que não consegue estudar, muitas vezes não comemos porque temos que passar os dias a fugir da polícia". Da família em Menongue nada sabe, mas espera voltar algum dia.

Enquanto Luis espera voltar, Delfina Augusta Nina, natural do Huambo, nem pensar. " A polícia vai se cansar um dia porque nós não vamos deixar de existir. Para o Huambo não vou porque lá o negócio não anda, não há transportes" lamentou.

Quem também falou para a nossa reportagem foi Maria "Drogadinha" natural de Malange, uma mulher resoluta, que não hesita em dizer que o Natal das zungueira deste ano será horrível. "Com esta polícia que bate, rouba e viola, a vida ficou insuportável". Para além da polícia também se queixa da subida de preços no mercado. Pedimos que nos deixem vender livremente". Instada a pronunciar-se acerca de um dos argumentos da polícia, segundo o qual elas zungueiras contribuem para o agravamento do lixo na capital,

23-03-2006

(Continuação)

Home | About | Webmaster | World

Versão de gráficos de baixa definição Faça login e sua página

BBC PARA AFRICA.com

Última actualização: 16 Novembro, 2004 - Publicado em 12:58 GMT

E-mail um amigo Versão para imprimir

Primeira página

Fórum

Tempo

RÁDIO

Programas

Frequências

SERVIÇOS

Sobre nós

Contacte-nos

LÍNGUAS

ESPAÑOL

العربية

中文

РУССКИЙ

ENGLISH

OUTRAS LÍNGUAS

Na morte de um zungueiro

Reginaldo Silva

Em Luanda

O cobarde e revoltante assassinato a tiro na passada quarta-feira, em vésperas de mais um aniversário da independência nacional, de um jovem vendedor ambulante por um fiscal do Governo de Luanda é o mais recente acto de violência de uma longa lista de desmandos e arbitrariedades que são sistematicamente praticados pelos agentes da autoridade contra a população da capital angolana.

Violência difícil de explicar e muito menos de aceitar num país cujo principal responsável pela anarquia social que hoje se vive foi a guerra recentemente terminada.

Como é evidente, a esmagadora maioria dos angolanos não teve qualquer responsabilidade política pelo que de destruidor e sangrento se passou durante mais de três décadas neste país.

Antes pelo contrário, a maior parte dos angolanos é até os dias de hoje a principal vítima do conflito.

Fiscais contra a "Zunga"

Os fiscais do Governo Provincial de Luanda, que não estão autorizados a utilizar qualquer tipo de armas, o que parece apenas ser uma norma para inglês ver, foram introduzidos há cerca de dois anos nas ruas da capital com o propósito específico de intervirem na área das chamadas contravenções.

Nesta área o comércio ilegal de rua, mais conhecido aqui por "Zunga", praticado por dezenas de milhares de vendedores ambulantes, entre mulheres e homens, é aquele que mais tem chamado a atenção dos referidos fiscais.

Estes agentes civis do Governo de Luanda transformaram-se rapidamente na principal atracção turística da capital no pior sentido, pelos permanentes espectáculos de violência gratuita que protagonizam na sua caça às zungueiras e zungueiros.



A capital luandense assistiu a mais um assassinato brutal

Primeiro nome

Apelido*

Endereço

País

Email

Telefone*

* opcional

A sua opinião

ENVIAR

A BBC não verifica a informação que nos é fornecida, se pontos de vista e opiniões são verdadeiras ou não, qualquer outro por qualquer forma de autorização. O utilizador assume a responsabilidade de enviar e de manter a informação que nos é fornecida para sempre verdadeira e não pode garantir a sua veracidade.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Quém é Bissau?

a Kumba Tapa

Morreu o Papa

Vestígios de A

Angola atribui

e investigador

160

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Fiscais versus zungueiras

Agp. 1994-07

Joaquim, fiscal do governo provincial de Lusaka, agarrado a bengala pelo braço e cederem que ela possua no chão a caixa de artigos diversos que tinha na cabeça.

—Me larga. Cedo a mulher. Assim a sua mulher, levamos o outro braço que agarrava o punho.

—Pois a a caixa do chão, então a te avisa, sendo vou te fazer. Avião.

Ele compra o negócio com o meu dinheiro. Não estou a realizar meu sonho na prostituição. Estou a lutar pelo pão dos meus filhos. Me arranja emprego exato ou arma para o meu marido que está em casa sem fazer nada.

Esta resposta fez Joaquim hesitar. O punho mantinha-se em movimento, mas o braço recuava-se a baixo. O dever impedia-o de largar a mulher porque a ordem do seu superior era clara. Tudo o indivíduo apontado a vender na rua, fora dos mercados, tinha que ser confiscado a mercadoria. Em caso de resistência a autoridade, não havia um castigo a aplicar.

Mas a sua consciência pesava. Como baixar o punho a uma mulher que apenas queria ganhar a vida? Mulher do outro que estava na mesma condição que ele alguns meses atrás. Na verdade, não ficava mesmo desempregado, depois da desmobilização da FAPLA, e aquele furo de fiscal tinha sido como uma benção.

Depois de Ter usado aquele tempo todo sem dignidade, vivendo a custa da mulher, bengala, que chegava sempre chorando em casa, sem qualquer atitude de caridade ou vontade de dizer uma palavra amável ou sequer com educação. O trabalho dela era um duplo pagamento com os colegas por cada cliente que trabalhavam em silêncio e só quando a ela era a casa ela desparava com a maior lealdade, com as palavras mais otimistas e stress que tinha. Não era só por devolução a autoridade, apenas o trabalho.

Quanto mais andava ele constantemente a mão de ir para a rua como último recurso quando lhe surgia o furo parafuso, através de um ex-colega de tempo que se alinha e a ele para ser fiscal. Era o seu melhor amigo, companheiro de infância e quem desafiava e ouvia as coisas exactamente iguais, normalmente acompanhado de um guarda sem qualquer, encorajado de várias reacções de artigos

episódios de guerra em que tinham participado. As reacções de outro em quem nunca porque estava em comum com ele não podia garantir que o mesmo não lhe acontecia.

Agora, estava agarrado a mulher indelicada. Pessoa que não de emprego por conta das zungueiras com chefes de família porque os respectivos maridos não tinham emprego, e com elas que mantinham a família. O resto naturalmente a sua actividade como ajuda material, porque complementavam com a ajuda o, saliente insuportável do companheiro.

Sem dúvida que compete ao governo provincial tomar as medidas necessárias para manter a ordem e fazer cumprir a lei e os regulamentos mas de igual modo compete implementar programas para combater a pobreza.

Venda kapanda e das mesas intencional de investimento, os zungueiros passaram vive de facto, porque ninguém lhe vende na indústria e com os guardas.

Tem energia é impossível procurar gerar empregos e diminuir a taxa de desemprego de forma decisiva. O problema é que com aquela situação as competências do governo provincial. Entretanto o cidadão não espera pela instalação da terceira e da quarta turmas de kapanda. E o estagnado das zungueiras e das suas famílias não são reguladas como as de qualquer outro cidadão. Ver as zungueiras desmobilizadas pelas ruas do interior de um bairro pobre é bastante desagradável porque dá sinais de insegurança e não há uma solução, em vez disso, mais e mais a cada dia, violenta na sua impiedade física, sem ser comovido qualquer desonestidade e ver o seu pai chorando de fome e não lhe poder dar nada para comer porque o seu negócio foi confiscado, é terrível. Por isso, Joaquim tomou uma decisão. Tinha que arranjar outro furo na primeira oportunidade. Entretanto largou-a, e ficou a vê-la afastar-se com uma expressão pensativa como quem se interroga: qual teria sua existência, sem o governo.

2.2 BPC abre linha de crédito para jovens desfavorecidos


Agp. 1994-07

Os jovens desfavorecidos desfavorecidos, são jovens camponeses de mercados, produtores de carne, trabalhadores de mão, produtores de delicatessen e outros, com um pouco de dinheiro, com uma linha de financiamento avaliada em cinco milhões de dólares, resultado de uma concessão financeira rubricada hoje, em Lusaka, entre o Banco de Prospecção e Crédito

(Continuação)

semal de Angola - As zungueiras do tempo colonialista

http://jornaldosangola.sapo.pt/15/01as_zungueiras_do_ressaca_conten...



São mães, na sua maioria jovens desempregadas, que deambulam de bairro em bairro calcando todas as suas ruas, desde o amanhecer até noite dentro. Silenciosas e hirtas, com a tábua na cabeça, transportam, em muitos casos, o filho às costas, e em outros na barriga, não sendo rara a acumulação de ambos.

Vendem material para a cozinha, roupa, lençóis, toalhas de mesa e de casa de banho, material eléctrico, de beleza, calçado, pastas, mochilas, batas, esterofónicas, verduras, frutas, no fundo, de tudo um pouco, o que lhes permite fazer negócio e amparar a família.

Até parecem advinhar as necessidades do próprio mercado, sem estudos muito elaborados por empresas especializadas, antes recorrendo a uma noção empírica das necessidades alheias. Percebem, até, a procura própria de cada época. Por isso, em vésperas do Carnaval, as fantasias invadem as ruas graças a elas, à semelhança do que acontece nos períodos natalícios, durante os quais vendem árvores artificiais e os inerentes adornos.

São as zungueiras, designação que tem a sua origem na língua nacional kimbundo, que significa andar de um lado para outro sem parar. Elas movimentam-se e movimentam também uma parte da economia nacional, confeccionadoras do tempo e da época adequada à venda de cada produto. O seu comércio é ditado pelas circunstâncias.

Em Janeiro, altura em que se inicia a confirmação das matrículas e as inscrições nas escolas para o ano lectivo que se avizinha, as zungueiras saem prontas para andar do São Paulo à Mutamba, dos Congolenses à Calamba, do Prenda ao Rocha Pinto, com material escolar à cabeça. Elas estão presentes lá, onde não existem livrarias, à disposição da população.

Por incrível que pareça, as zungueiras conseguem ter nas suas bancas parte dos frutos dos manuais dos diferentes graus de ensino. Espalham-se por todos os bairros da capital anunciando a venda de material didáctico — batas, livros, cadernos, lápis, lapsoeiros, mochilas, quiches, tira-da-china e outros — artigos que disponibilizam até Março, porque a procura é grande e os encarregados de educação nem sempre conseguem adquiri-los no início do ano, adiantando a despesa até ao último dos professores.

Mas não ficam por aí. Elas sabem que Fevereiro é o mês de S. Valentim, Dia dos Namorados, e dá euforia carnavalesca. Por isso, partem à procura de artigos condizentes com os acontecimentos, como perfumes, miçucas para fotografias, bijuterias, urzes de pelúcia, com vista ao primeiro, e fantasias, miçucas de todo tipo e para todas as idades, já que para o Carnaval tudo vale.

Os produtos são adquiridos, na sua maioria, no mercado do Roque Santeiro, importados de Brasil, o país do Samba e do Carnaval mais popular do Mundo.

Ao longo do mês de Março, as zungueiras também vivem pelas ruas roupas e calçado, chupar (sandálias plásticas), sapatos e guarda-chuvas, para proteger das intempéries que se abatem em quase todo o país.

Em Abril, mudam o negócio. Com o advento de Páscoa, que simboliza a ressurreição de Cristo, vendem produtos confeitados com a celebração. Com a carne relegada para segundo plano, o peixe, seco ou fresco, é o preferido, tal como o vinho ou os bombons, que passam a ser negócios alternativos durante certos dias.

Com o acender da Estação, surgem nas ruas roupas para a época de calor, blusas e calças em tecidos apropriados. E quando desacelera a temperatura, despedindo-se o tempo quente na primeira quinzena de Maio, o negócio também já é outro. Aparecem então os artigos específicos da época fria: casacos, cachecóis, casacos, toucas, bonés, sapatinhas e, em algumas ocasiões, botas, meias, cobertores e cobertas, apesar da maior parte da população de Lusaka não fazer uso constante destes itens.

São vendas que vão até ao mês de Junho, quando também se comemora o Dia Mundial da Criança, fazendo os pais revenda e alegria dos mais pequenos.

Nos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro, com a ausência das chuvas, as zungueiras inundam as ruas de hortaliças, legumes e frutas, principalmente ao final dos dias, quando trazem nos seus alguidares tomate, couves, cebolas, repolho ou pimentão.

As frutas predominantes são a maçã e a pêra, na maior parte importadas. Segue-se o kiwango, o abacate, a banana que vem do sul de Angola.

4 de 5

1982/2010 03 30

Recortes de imprensa sobre as Kinguilas

AngoNoticias
Notícia de Angola em Tempo Real

Kinguilas aumentam os lucros. Agora

Com uma renda mensal superior ao salário mínimo nacional, as kinguilas em Luanda não pretendem abandonar esta actividade e, apesar do Governo, a legaliza-las.

A actividade kinguila, em Luanda, significa "quase está à espera de ser legalizada", no final dos anos 80, quando começaram a proliferar pelas esquinas da cidade, nas estâncias e entradas dos prédios ou nas instalações dos mercados, grupos de mulheres e homens envolvidos na troca de troco por dólares e vice-versa.

A presença destas grupos, ao longo do dia, dificilmente passa despercebida, quando mais não seja pelo comportamento característico das kinguilas no sentido de desparar a atenção dos potenciais clientes e a possibilidade de serem eventualmente abordados em grupo de modo a podar pelo indicador, simbolizando a disponibilidade para troca de moedas.

Actualmente as pessoas que exercem esta actividade consideram-na uma profissão que, tal como outras, tem as suas vantagens e riscos, mas que o lucro compensa todos os esforços.

Trabalho como kinguila há 15 anos e faz com os lucros provenientes desta actividade que consigo criar os meus filhos, explicou Maria do Céu, uma das kinguilas mais antigas de Luanda.

Respeite mercado encontram-se kinguilas de várias idades. Muitas têm essa forma de ganhar a vida como uma profissão. "A renda mensal varia em função da procura e da oferta, mas posso assegurar que a média de receitas que modo por mês é de 400 dólares", disse uma das kinguilas no mercado dos Copelinhos.

Muitas consideram mesmo que o que recebem é superior ao salário mínimo nacional e que não pretendem abandonar tal actividade.

"Estou consciente que não terei uma reforma tranquila porque não estou inscrita na Segurança Social, mas até-me dá para exercer esta actividade e não pretendo abandoná-la", frisou outra kinguila.

A pesar de não pagarem imposto ao Estado, estas vendedoras são unânimes em afirmar que se as autoridades regularizassem legalmente a actividade e criassem as condições para elas serem proprietárias dos mercados, contribuiriam com uma taxa, desde que não fosse muito elevada.

"O governo deve tratar a nossa actividade como as outras, porque se o não fazemos é pagar imposto, estamos dispostas a fazer isso", disse uma das kinguilas que trava os arreios da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

10 Feb 2015
Pena Agora (Compartilhar)

Comunidade angolana online (By Angola Acontece)

Resista-se no Ponto de Encontro e faça amigos, não se desanimos!

Comentários

Resposta de **Wendell** - 10h
Tenho alguma dificuldade em arranjar as kinguilas. Trata-se, então, de comércio ilegal.

Angola Online - A GOVERNADORA INTERINA DE LUANDA MENCIONA ESTE E OS OUTROS CASOS DE FURTO NA SUA AGENCIA, AUMENTAR MENSAGENS E LEGISLAR KINGUILAS NÃO EVOLVERÁ OS OUTROS

Caso Case
Kingilas, organizam-se em associações e criam grupo moderno. A vissa actividade é bastante a nível de força.

PRIMEIRO
A casa Maria de Espírito é a seguinte: "Trabalho já há exercício de uma actividade, além disso de vender produtos. É a minha mais simples de se exercer. Quando me impõem, informo ao Governo: "vamos a criar", para que não seja penal para todos os mais trabalhadores que correm os riscos".

Outro
Não sou contra a profissão, é o grupo não destas mulheres e mulheres, mas a não ser que a lei seja feita para regular esta actividade sem a criminalizar. Trabalho para uma mulher sempre e não quero que a mulher se desanime.

OPAIIS online | Agência Luanda | 03/24 | 19 de Fevereiro de 2015 | Informação

Taxa de câmbio estável no paralelo

No "traga" do Roque Santinho, ponto de referência do mercado paralelo, a nota verde está a ser transaccionada há mais de um mês a 9,50 kwanzas.

Para aferir a cotação do câmbio nos mais diversos pontos de venda no paralelo, e fazer um número segundo no qual a nota de USD 100 estava a ser cotada em 10 mil kw, a reportagem de O PAIS fez uma ronda pelo mercado do Roque Santinho, bairro Marinho do Miradouro e Paredo, bairro do Caxito, na Mutamba, e José Pádua.

Resultado que, na realidade, em nenhum destes locais a venda do dólar registou semelhantes valores.

No Bairro Marinho do Miradouro o câmbio praticado quer pelas kinguilas quer pelos comerciantes das cantinas decaixas maioritariamente por cidadãos vindos do interior está fixado em 9,400 kw por cada nota de cem dólares enquanto no bairro Paredo a moeda norte-americana está cotada em 9,300kw.

Na baixa da cidade a taxa do câmbio varia a nota verde em 9,400 kw, no passo que no Lugar de José Pádua as cotações estão a comercializar 90 kw por 9,400 kw.

No melhor mercado a céu aberto em África, o Roque Santinho, que movimentadamente mais de 20 mil pessoas, O PAIS ouviu a opinião de dois comerciantes que operam no chamado "traga", local onde se registam as maiores transacções de moeda norte-americana.

Jardineiro Cavale, cambista há mais de dez anos no Roque Santinho, considerou que "háste momento o câmbio que está a ser praticado é de 9,5. Pensamos que daqui a mais umas duas semanas a nota vai voltar a flutuar". Há um mês que estamos com a mesma taxa de mercado" O cambista justifica esta mesma taxa relativamente ao dólar por pressão pela falta de liquidez no mercado e a continue restrição por parte dos bancos na venda de dólares aos operadores comerciais.

"Há pontos isolados no mercado por esse facto há também uma realista procura do dólar, mas isso vai durar pouco", acrescentou.

Entretanto, reconhece que o mercado no paralelo tem estado a flutuar, e a margem de lucro que obtém nas transacções é baixa, por esse facto a actividade está a atrair muitos cambistas que se transferiram dos locais dos seus habitual lugares de venda.

Carreira Trinta, que exerce a actividade de kinguila há oito anos no mesmo mercado, diz estar expectante quanto ao eventual da taxa de câmbio no paralelo, sobretudo, por fazer pouco tempo para o início do ano: "Trabalhamos há bastante que a nota verde flutua em cotado 10 kw por dólar e mesmo assim que em Dezembro a taxa de câmbio subiu muito e, se assim acontecer, os preços também vão acompanhar a subida", reflectiu, apesar de admitir que a actividade para que fazem tudo os esforços de vender que se regista é bastante de alto risco.

Depois de se ter movido durante três 75 semanas até Maio de 2011, a taxa de câmbio, nos últimos meses, tem vindo a mostrar alguma volatidade de mercado nacional. A regra praticada está a ser a mesma de sempre: a taxa de câmbio no paralelo é sempre superior à taxa de câmbio no mercado oficial.

A lei da procura e da oferta

Para comentar a queda de actual taxa de câmbio no mercado informal reportado por uma comunidade comercializada, O PAIS ouviu a economista Cláudia Vão.

(Continuação)

OPAIS online 03:23 site

Última hora | Finanças | Notícias | Luanda

18:30

Kinguilas: inflação à espreita

A diferença de apertar entre a taxa de câmbio oficial e a do mercado informal faz das kinguilas uma opção de peso

A comerciante Anabela já não troca mais as suas dívidas nas casas de câmbio ou instituições bancárias, como fazia há alguns meses. Hoje, mesmo com o nível do fisco de um anabela, ela prefere trocar os seus dólares no mercado informal. Para a comerciante de cosméticos, o motivo principal que a faz correr tal risco resulta de as seguintes casas de câmbio oferecerem uma taxa de USD 100 em moeda inferior ao do câmbio praticado pelas kinguilas, na rua. Em Luanda, a nota de USD 100 está a ser vendida no mercado paralelo a 8.100 Kz, taxa de referência do Banco Nacional de Angola (BNA).

Nos mercados do Rio de Janeiro, identificados por comerciantes de África Ocidental e mundo americano até a ser negociada a 20 000, há previsão de flutuações, por cada 100 USD, os comerciantes já estão a pagar 42 e 200.

"Eu sou uma «business woman», por isso tenho de fazer contas em tudo. Em cada USD 100 trocado na rua no paralelo 1.100 se comparado com o câmbio do banco", explica. Como a banca Anabela está também entre milhares de pessoas que têm as suas contas saldados em dólares nos bancos. Estes estão a preferir retirar o dinheiro do banco e vendê-lo no mercado informal.

Este assunto divide os especialistas de economia nacional, os agentes económicos e o consumidor final, que acaba por pagar a subida dos preços dos produtos. A depreciação da moeda mantém o sistema de câmbio dos bancos, embora os dólares não se actualizem ventem consequentemente à inflação independentemente das oscilações cambiais (ver gráfico 1).

No mesmo sentido, a inflação foi também mais preocupada pelos devedores durante a discussão da Orçamento entre a taxa de câmbio e a inflação (GRÁFICO 1). A inflação já atingiu vários dígitos no passado. Desde 2002, os devedores têm conseguido manter a inflação, independentemente das oscilações cambiais através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Plano Nacional para 2009.

No entanto, os ministros de Economia, Manuel Manuel Júnior, e das Finanças, Severino de Almeida, reconhecem que a moeda nacional está a depreciar-se. Contudo, garantem, a situação está controlada. "A flutuação que se regista no mercado de câmbio é perfeitamente controlável e controlável", assegura Manuel Júnior. Para o ministro da Economia, a situação de uma moeda deprecia-se, caso o Governo não tenha tomado algumas medidas restritivas. "No momento actualizado de modo adequado", o Governo avalia, no momento apropriado, tomar medidas que hoje nos permitem viver com esta instabilidade macroeconómica. Caso as medidas restritivas não fossem tomadas, uma de consequências seria a escassez das reservas líquidas do país, o que levaria a um descontrolado total de taxa de câmbio, ao aumento vertiginoso e ao descontrolo dos preços no país e à instabilidade social". Embora reconheça que existem problemas no mercado cambial, o Governo espera uma melhor prestação inflacionista até ao final de ano, contrariamente ao que a opinião acha. A proibição do Governo do USD aprovado para 2009, pela Assembleia Nacional, aponta para uma taxa de inflação de 12%, sendo tal caso, autêntico, não vai comprometer as projecções económicas. Por outro lado, alguns analistas consideram que este valor é muito curto, aditando uma taxa de inflação no orden de 18%.

Apontam a época natalícia como o período em que se regista tradicionalmente uma aceleração da inflação, com uma forte depreciação de moeda nacional.

Selma Abula, docente da cadeira "análise de investimentos" da Universidade Católica de Angola, considera que, em Novembro e Dezembro, as transacções normalmente aumentam, em função dos rendimentos, com o 17 mil e outros salários, dos trabalhadores activos.

De acordo com o absent, as contrapartidas que afectam o Plano de Luanda, o aumento das taxas de juros, o facto de o Governo estar a desenvolver uma política expansionista, devido ao investimento que dá lugar em infra-estruturas, poderes, naturalmente, trazer mais produtos.

Selma Abula aponta ainda a distribuição das exportações (diversificadas e diversificadas) como um indicador a ter em conta. "As exportações hoje são menos, devido à crise internacional, e certamente, as exportações não vão diminuir. Há menos moeda flutuante, o que quer dizer, menos. Este é o principal instrumento para manter a política monetária estável, depreciação, depois de se acirrar que "é o mesmo que hoje mais difícil de manter os recursos. Hoje a taxa de inflação e de taxa de câmbio, mas, ainda mais, não sabemos a regular a hiperinflação (ver gráfico 2). Tendemos que está sempre ligado ao mercado de divisas de moeda que deprecia-se". Quanto ao que se refere ao mercado entre o mercado formal e o informal, o direito consideramos "normal" na medida em que se vive um momento de crise e há de outras economias, como aconteceu no passado.

"Quando o país importa menos, consegue menos dívidas externas.

Esta situação é controlável, porque o preço do petróleo está a subir", sublinha. Já o economista Lello Pereira diz que é necessário ter em conta que a nível estatístico para o Governo está muito a revelar. "É uma taxa imprevisível, dada a vulnerabilidade da economia angolana, que depende fortemente de exportação.

Por fim, é necessário aumentar a produção nacional, de modo a que as importações sejam". Para o mesmo, a inflação depende do preço, no final de ano, Lello Pereira acredita o Governo a "suavizar" os salários, no ano, "porque não se esperam que os salários sejam muito altos".

1 de 2

19/2/2010 03:22

Assine o RSS OPAIS online

Recursos | Conteúdos | Visualizados

- Hora Prata (18-02-2010 14:40:00)
- Alta da taxa "de" (18-02-2010 16:38:00)
- Luís Salgueiro (18-02-2010 16:34:00)
- Luís Duarte (18-02-2010 16:30:00)
- Moeda em Angola (18-02-2010 16:28:00)
- Moeda em Angola (18-02-2010 16:28:00)
- Moeda em Angola (18-02-2010 16:27:00)
- Moeda em Angola (18-02-2010 16:27:00)
- Moeda em Angola (18-02-2010 16:27:00)
- Moeda em Angola (18-02-2010 16:27:00)

SOCIEDADE
REGIÕES
DESPORTO
CULTURA
OPINIÃO
CÓLUNAS
REPORTAGENS
ENTREVISTA
ARTIGOS
GENÉRICO

Negócio de kinguilas cada vez menos lucrativo

Com a estabilidade macro económica alcançada nos últimos anos, fruto das medidas incrementadas pelo Governo, que se traduz também na estabilidade e na valorização da moeda (Kwanza), o negócio de kinguila ou cambista de rua vai de mal a pior. Se há quatro anos atrás esta actividade era rentável, o mesmo não se pode dizer hoje. No passado, pela venda ou compra de uma nota de 100 dólares, as kinguilas lucravam entre quinhentos a seiscentos Kwanzas. Actualmente, o quadro é bem sombrio. Por uma nota de 100 dólares, as cambistas de rua ganham apenas 100 a 50 Kwanzas. Esta situação faz com que dona Ana Rosa, 35 anos, dez dos quais como cambista de rua, na baixa de Luanda, pense em abandonar a actividade para se dedicar a outro ofício. "Meu irmão este negócio já não dá. Por uma nota só se ganha 100 ou 50 Kwanzas. Há semanas que nem consigo vender uma nota", desabafa. Ana Rosa desconhece os motivos da pouca rentabilidade do negócio, a única informação que encontra para esta situação, prende-se com o facto de os clientes actualmente preferirem os bancos e as casas de câmbios, por estas pagarem mais. Dona Ana Rosa lembra com nostalgia o tempo em que dispunha de dez clientes por dia. O seu volume de negócios na altura rondava em média 700 a 1.000 dólares. Por outro lado, lamenta o facto de os seus clientes já não trocarem somas consideráveis, como 500 dólares para cima. Hoje, os clientes ficam pelos 100 e raramente trocam duzentos ou trezentos dólares e só o fazem em situação de emergência, conta.

No mesmo local, encontramos Paula Silva, 32 anos, também kinguila há dez anos. A jovem diz estar desesperada com esta situação. "Estou à procura de um emprego. Mesmo que seja só de limpar chão. Tenho filhos para sustentar e todos os dias vir aqui e não ganhar nada é melhor ficar em casa", lamenta. Residente em Cacuo, Paula Silva queixa-se que o dinheiro que ganha serve apenas para pagar o táxi. Tal como a sua colega Ana Rosa desconhece os motivos que as levaram a perder tantos clientes. Face ao quadro a que o negócio está mergulhado, revela que esta situação fez com que três colegas suas abandonassem a actividade e se dedicassem a outras práticas.

Outras notícias

- Voo inaugural: Luanda-S. Paulo na rota da TAAG
- Feira Internacional de Luanda dedica edição à agro-pecuária
- Angola LNG lança projecto de construção de gasoduto
- Hulla: Governo vai construir porto para rochas ornamentais
- Trichet vaticina melhores dias para recuperação económica
- África precisa de milhões para poerter a crise económica
- Empresária distinguida em Dakar com o prémio africano de liderança

EMHC

Opinião | Colunas | Política | Economia | Sociedade | Regiões | Cultura | Desporto | Especial | Entrevista | Suplementos

Copyright © 2002 Jornal de Angola - Todos os direitos reservados

Outras referências sobre as atividades informais

No Terreno

Quitandeiras de Benguela querem mais organização

10 MIL e 806 QUITANDEIRAS DA PROVÍNCIA DE BENGUELA ESTÃO A SER ORGANIZADAS PELO FAS EM ACTIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO, NAS ZONAS RURAIS E PERI-URBANAS. A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS MERCADOS ESTÁ NA ORDEM DO DIA, E, COM BOA VONTADE, MUITO MAIS PODERIA SER FEITO...

O dia-a-dia das mulheres quitandeiras que nos é dado a ver no país, é de muita agitação. O cenário é de sobrevivência. Em fila ou não e sempre na mesma cadência, bebês às costas e cestos ou bacias à cabeça, deambulam aos gritos com que apregoam o negócio. umas ambulantes e outras vendendo em lugar fixo nos mercados, todas procuram ganhar o pão de cada dia. As ambulantes fixam-se em qualquer esquina e sem nenhum tipo de cerimónia improvisam a sua "quitanda". É mais ou menos nesse ritmo que foram surgindo no país, os vários mercados informais sob o olhar cúmplice das entidades responsáveis pela aplicação do código de postura. As Administrações locais do Estado, cabe a manutenção e bom funcionamento dos mercados, mas habituaram-se a permitir anomalias de todo o tipo, tomando as suas contribuições, na gestão dos mercados, inespicientes. Apesar dos mercados informais serem, hoje, espaços públicos dos quais cada vez mais depende a sobrevivência de muitas famílias, não dispõem de saneamento básico. Vive-se lado a lado com o lixo entre outras insuficiências organizativas.



JORNAL DE ANGOLA Segunda-feira, 17 de Abril de 2006 Geral 3

Organização Direcção do mercado criou figuras de fiscais e coordenadores de quarteirões para melhor funcionamento

Venda de material de construção civil aumenta no Kikolo

Foto de Pedro Salvador

A comercialização de material de construção civil está a intensificar-se cada vez mais no mercado do Kikolo, sito no município de Cacuaco, em Luanda, que conta com mais de três mil vendedores, na sua maioria mulheres.

São várias as pessoas, singulares e colectivas, que percorrem aquele mercado com intuito de adquirir material de construção como madeira, portas, pregos, tintas, cimento, blocos de cimento, malha 80 e outros, como exemplos. No entanto, a Administração do mercado continua a receber pedidos para a concessão de um lugar para a venda desses materiais.

Para uma melhor organização de venda dos referidos materiais, a Administração do mercado do Kikolo organizou as áreas em quarteirões. Nessa organização,

Vestir em Luanda está a nível de todos os bolsos

Helma Reis

O preço de roupas em Luanda está agora mais acessíveis à população. Pelo menos foi a constatação feita por uma equipa de reportagem deste diário quando procedeu uma ronda a vários locais onde são comercializados vestuários provenientes do estrangeiro.

Anteriormente, lá para os anos 80, as roupas para quem tivesse condições financeiras saudáveis, situações que nem são alterada ultimamente, talvez pela maior abertura do mercado nacional.

A entrada de comerciantes estrangeiros em Luanda está agora mais a nível de todos os bolsos. Ela diz que a concorrência no negócio tem feito com que os preços sejam ali mais baixos em relação aos outros locais de Luanda.

Desta feita, Lindra, a Costa fez saber que o valor mais alto da venda das suas mercadorias (roupas que são expostas no chão) é de mil kwanzas e podem baixar até cinquenta kwanzas.

Entretanto, o que se pôde constatar é que o preço de roupas vendidas em boutiques de renome são os preços mais altos, se formos a comparar com os



